

# SOCIOLOGIA *ON LINE*

Número 26

Revista da Associação Portuguesa de Sociologia (APS)

## SOCIOLOGIA ON LINE

Três números por ano

n.º 26, agosto 2021

**Diretora:** Ana Ferreira (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; aferreira@fcs.h.unl.pt)

**Diretoras Adjuntas:** Dalila Cerejo (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; dalilacerejo@fcs.h.unl.pt), Madalena Ramos (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa; madalena.ramos@iscte-iul.pt) e Benedita Portugal e Melo (Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, IE-ULisboa; mbmelo@ie.ulisboa.pt)

**Conselho de Redação:** João Teixeira Lopes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Madalena Ramos (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa); Benedita Portugal e Melo (Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, IE-ULisboa); Dalila Cerejo (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Lígia Ferro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Paulo Peixoto (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC); Ana Maria Brandão (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, ICS-UMinho e CICS.NOVA.UMinho); Ana Ferreira (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Alexandra Aníbal (Câmara Municipal de Lisboa) e Joana Azevedo (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa)

**Conselho Editorial:** Ana Delicado (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Nunes de Almeida (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Romão (Academia Militar e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA, Portugal); Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal); António Firmino da Costa (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); António Teixeira Fernandes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal); Arturo Rodríguez Morató (Facultad de Economía da Universitat de Barcelona, Espanha); Bernard Lahire (Centre national de la recherche scientifique da Université Lyon II, França); Carlos Fortuna (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); Eleni Nina-Pazarzi (Universidade de Piraeus, Grécia); Gilberta Rocha (Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, Portugal); Gonzalo Saravi (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social de la Ciudad de México, México); Hustana Vargas (Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brasil); Jack Barbalet (Institute for Humanities and Social Sciences da Australian Catholic University, Austrália); João Arriscado Nunes (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); João Ferreira de Almeida (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); João Peixoto (Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Portugal); João Sedas Nunes (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Jorge Caleiras (Instituto da Segurança Social, Portugal); José A. Amozurrutia (Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades da Universidad Nacional Autónoma de México, México); José Augusto Palhares (Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal); José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior, Portugal); José Machado Pais (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Juarez Dayrell (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Luís Baptista (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Luísa Veloso (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Manuel Carlos Silva (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA.UMinho, Portugal); Manuel Fernández-Esquinas (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Espanha); Mar Venegas (Faculdade de Educação da Universidade de Granada, Espanha); Maria Alice Nogueira (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Maria das Dores Guerreiro (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Maria de Lourdes Lima dos Santos (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Marta Cocco da Costa (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil); Monika Schroettle (Faculty of Rehabilitation Sciences da Dortmund University, Alemanha); Nicolle Pfaff (Universidade de Essen, Alemanha); Paola Borgna (Universidade de Turin, Itália); Renate Klein (College of Education and Human Development da University of Maine, EUA); Sofia Gaspar (CIES-Iscte – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia) e Vania Baldi (Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, Portugal)

**Assistente Editorial:** Marta Luís Pereira

**Propriedade do Título:** Associação Portuguesa de Sociologia

**Apresentação da Revista:** A *SOCIOLOGIA ON LINE* é a revista científica da Associação Portuguesa de Sociologia, apresentando uma política de acesso livre e encontrando-se todos os artigos publicados disponíveis gratuitamente online. Nesta revista publicam-se artigos originais incluindo trabalhos de investigação, pequenos ensaios ou resenhas de obras publicadas. Aceitam-se propostas para publicação de textos escritos em português, espanhol, francês e inglês

**Edição:** Associação Portuguesa de Sociologia

**Normas para os Autores:** Os textos apresentados para publicação deverão ser textos originais e respeitar as normas de publicação da revista disponíveis online e na última página de cada número da revista

**Sistema de Arbitragem:** Os artigos enviados para publicação são sujeitos a avaliação independente de pelo menos dois especialistas, sob condições de duplo anonimato

**Indexação:** Está indexada na SciELO Portugal, Latindex, ERIH PLUS, DRJI e OAJI, e classificada na QUALIS-CAPES (Brasil). Aguarda indexação na SHERPA/RoMEO e The Publication Forum (Finlândia).

**Contactos:** Associação Portuguesa de Sociologia | Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa | Telefone: 217804738 | Fax: 217940274 | *E-mail:* sociologiaonline@aps.pt

**Conceção Gráfica e Composição:** Lina Cardoso

**Capa:** Isabel Rebelo

**Web Design:** Factis

**Revista de Acesso Livre:** <http://revista.aps.pt>

ISSN: 1647-3337

Nº de Registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 125823



## **SOCIOLOGIA ON LINE**

Three issues per year

N.º 26, august 2021

**Editor:** Ana Ferreira (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; [afferreira@fcsh.unl.pt](mailto:afferreira@fcsh.unl.pt))

**Associate Editors:** Dalila Cerejo (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; [dalilacerejo@fcsh.unl.pt](mailto:dalilacerejo@fcsh.unl.pt)), Madalena Ramos (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa; [madalena.ramos@iscte-iul.pt](mailto:madalena.ramos@iscte-iul.pt)) e Benedita Portugal e Melo (Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, IE-ULisboa; [mbmelo@ie.ulisboa.pt](mailto:mbmelo@ie.ulisboa.pt))

**Board Members:** João Teixeira Lopes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Madalena Ramos (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa); Benedita Portugal e Melo (Instituto da Educação da Universidade de Lisboa, IE-ULisboa); Dalila Cerejo (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Lígia Ferro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Paulo Peixoto (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC); Ana Maria Brandão (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, ICS-UMinho e CICS.NOVA.UMinho); Ana Ferreira (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Alexandra Aníbal (Câmara Municipal de Lisboa) and Joana Azevedo (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa)

**Advisory Editors:** Ana Delicado (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Nunes de Almeida (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Romão (Academia Militar e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA, Portugal); Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal); António Firmino da Costa (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); António Teixeira Fernandes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal); Arturo Rodriguez Morató (Facultad de Economía da Universitat de Barcelona, Spain); Bernard Lahire (Centre national de la recherche scientifique of Université Lyon II, France); Carlos Fortuna (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); Eleni Nina-Pazarzi (University of Piraeus, Greece); Gilberta Rocha (Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, Portugal); Gonzalo Saravi (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social de la Ciudad de México, Mexico); Hustana Vargas (Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brazil); Jack Barbalet (Institute for Humanities and Social Sciences, Australian Catholic University, Australia); João Arriscado Nunes (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); João Ferreira de Almeida (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); João Peixoto (Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Portugal); João Sedas Nunes (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Jorge Caleiras (Instituto de Segurança Social, Portugal); José A. Amozurrutia (Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades da Universidad Nacional Autónoma de México, Mexico); José Augusto Palhares (Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal); José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior, Portugal); José Machado Pais (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Juarez Dayrell (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brazil); Luís Baptista (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Luísa Veloso (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Manuel Carlos Silva (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA.UMinho, Portugal); Manuel Fernández-Esquinas (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Spain); Mar Venegas (Faculdade de Educação da Universidade de Granada, Spain); Maria Alice Nogueira (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brazil); Maria das Dores Guerreiro (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Maria de Lourdes Lima dos Santos (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Marta Cocco da Costa (Universidade Federal de Santa Maria, Brazil); Monika Schroettle (Faculty of Rehabilitation Sciences of Dortmund University, Germany); Nicolle Pfaff (Universidade de Essen, Germany); Paola Borgna (Universidade de Turin, Italy); Renate Klein (College of Education and Human Development of University of Maine, USA); Sofia Gaspar (CIES-Iscte – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia) e Vania Baldi (Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, Portugal)

**Editorial Assistant:** Marta Luís Pereira

**Copyright:** Associação Portuguesa de Sociologia

**About the Journal:** *SOCIOLOGIA ON LINE* is the scientific journal of the Portuguese Sociological Association. It has an open access policy, with all published articles freely available online. This journal publishes original research on social sciences; short essays and book reviews. Proposals for publication can be written in English, Portuguese, Spanish or French

**Publisher:** Associação Portuguesa de Sociologia

**Submission Guidelines:** Only original papers complying to the journal's guidelines, available online and at the last page of each number, are accepted for publication

**Refereeing:** *SOCIOLOGIA ON LINE* uses a double-blind peer review system with papers being independently evaluated by at least two experts

**Abstracting and Indexing:** Abstracting and Indexing: Is indexed in SciELO Portugal, Latindex, ERIH PLUS, DRJI and OAJI, and is classified in QUALIS-CAPES (Brazil). Is under review in SHERPA/RoMEO and The Publication Forum (Finland).

**Contact:** Associação Portuguesa de Sociologia | Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa | Phone: 217804738 | Fax: 217940274 | E-mail: [sociologiaonline@aps.pt](mailto:sociologiaonline@aps.pt)

**Design and Typeset:** Lina Cardoso

**Cover:** Isabel Rebelo

**Web Design:** Factis

**Open access journal available at:** <http://revista.aps.pt>

**ISSN:** 1647-3337

**Number in Entidade Reguladora para a Comunicação Social:** 125823





## ÍNDICE

### Artigos

- A crise da pandemia da COVID-19 desnuda o racismo estrutural no Brasil** ..... 11  
*Fernanda Gonçalves Sthel e Luciane Soares da Silva*
- Visões do inferno: A sociabilidade do “homem comum” brasileiro em Florestan Fernandes e Maria Sylvia de Carvalho Franco** ..... 33  
*Marcos Marques de Oliveira*
- Hábitos e práticas alimentares na sociedade portuguesa: Mudanças e reconfigurações** ..... 56  
*Luís Carlos S. Branco*
- Either unfreedom or death? A genealogy of the “freedom or survival” discourse** ..... 82  
*Anastassia Tsoukala*

### Tradução

- Ou ausência de liberdade ou morte? Uma genealogia do discurso “liberdade ou sobrevivência”** ..... 97  
*Anastassia Tsoukala*  
[Tradução de Guilherme Mira Godinho]

- Normas para Autores** ..... 113

## CONTENTS

### Articles

- The COVID-19 pandemic crisis exposes structural racism in Brazil. ....** 11  
*Fernanda Gonçalves Sthel and Luciane Soares da Silva*
- Visions from hell: The sociability of the Brazilian “common man”  
in Florestan Fernandes and Maria Sylvia de Carvalho Franco .....** 33  
*Marcos Marques de Oliveira*
- Habits and eating practices in the portuguese society: Reconfigurations  
and changes .....** 56  
*Luís Carlos S. Branco*
- Either unfreedom or death? A genealogy of the “freedom or survival”  
discourse .....** 82  
*Anastassia Tsoukala*

### Translation

- Ou ausência de liberdade ou morte? Uma genealogia do discurso  
“liberdade ou sobrevivência” .....** 97  
*Anastassia Tsoukala*  
[Translation of Guilherme Mira Godinho]
- Submission Guidelines .....** 115

ARTIGOS  
ARTICLES



# A CRISE DA PANDEMIA DA COVID-19 DESNUDA O RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL

## THE COVID-19 PANDEMIC CRISIS EXPOSES STRUCTURAL RACISM IN BRAZIL

*Fernanda Gonçalves Sthel*

Universidade Estadual do Norte Fluminense, Centro de Ciências do Homem, Laboratório de Estudos da Sociedade Civil e do Estado. Av. Alberto Lamego, 2000, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro – RJ, Brasil, CEP 28013-602.

E-mail: sthel308@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9858-9850>

*Luciane Soares da Silva*

Universidade Estadual do Norte Fluminense, Centro de Ciências do Homem, Laboratório de Estudos da Sociedade Civil e do Estado. Av. Alberto Lamego, 2000, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro – RJ, Brasil, CEP 28013-602.

E-mail: lucianecoltrane@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1395-3305>

**Resumo:** A pandemia causada pelo SARS-CoV-2 trouxe um novo desafio para a humanidade. O Brasil, por suas características de desigualdade extrema, foi impactado severamente pela COVID-19. Estes impactos foram particularmente severos entre a população negra. O objetivo deste trabalho é analisar se o racismo estrutural se reflecte na taxa de mortalidade por COVID-19 da população negra, nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Os dados utilizados foram obtidos de fontes oficiais como IBGE, Agência Pública, Ministério da Saúde e as Secretarias Estaduais de Saúde. Os resultados mostraram que a população negra se tornou a maior vítima da doença. A média de óbitos entre negros é de 60,7% em comparação com as pessoas brancas que somaram 37,2% das mortes. Este estudo revela que a pandemia se tornou uma verdadeira tragédia para a população negra brasileira.

**Palavras-chave:** COVID-19, racismo estrutural, desigualdade social, Brasil.

**Abstract:** The pandemic caused by SARS-CoV-2 brought a new challenge for humanity. Brazil, particularly due to its extreme inequality, was severely impacted by COVID-19. These impacts were particularly pronounced among the black population. This work aims to analyse whether the latent structural racism in Brazil is reflected in the mortality rate of the black population by COVID-19, in the cities of Rio de Janeiro and São Paulo. Data were gathered from official sources such as IBGE, Agência Pública Ministry of Health and the State Health Secretariats. The results showed that the black population became the biggest victim of this disease. The average number of deaths among blacks is 60.7% compared to white people, who accounted for 37.2% of deaths. This study reveals that the pandemic has become a real tragedy for the Brazilian black population.

**Keywords:** COVID-19, structural racism, social inequality, Brazil.

### Introdução

Na cidade chinesa de Wuhan, no final do ano de 2019, foram relatados casos de uma pneumonia desconhecida e, em janeiro de 2020, o vírus foi identificado e

intitulado de SARS-CoV-2 (WHO, 2020a). Esse vírus causou uma nova doença denominada de COVID-19 e se espalhou rapidamente por todos os continentes. Tal disseminação foi classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (WHO, 2020b). No início de janeiro de 2021, já se computava mais de 1 milhão e 850 mil vítimas fatais no mundo, causando um colapso na economia global (Partington, 2020; Javorcik, 2020). No início de fevereiro de 2020, antes de o primeiro caso ser diagnosticado no Brasil, foi decretada emergência de saúde pública (Croda et al., 2020). O primeiro caso confirmado de COVID-19 no Brasil ocorreu em 26 fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo, em um passageiro vindo da Itália.

É fundamental pontuar que o Brasil apresentou outro desafio: o discurso negacionista (Phillips & Briso, 2020) do governo federal em relação aos riscos da doença, fato que contribuiu para o recrudescimento da pandemia no país, devido à falta de uma liderança nacional coesa e do incentivo à aglomeração e ao não uso de proteção facial. A carência de organização e seriedade do governo Bolsonaro implicou diversos fatores como, por exemplo, o rodízio de ministros da saúde durante o ano de 2020. Nesse ano, o Ministério da Saúde passou pela gerência de três diferentes ministros (Cancian, 2020) em um curto período. Sendo dois desses demitidos por se contrapor às ordens do presidente<sup>1</sup>. Essa troca frequente acarretou atrasos nas operações de saúde, aumento de gastos públicos além de instabilidade pública e política. Os impactos negativos na sociedade e na economia brasileira são crescentes, contando com mais 196 mil mortos e mais de 7 milhões e 700 mil infectados em janeiro de 2021.

O Estado do Rio de Janeiro iniciou o seu isolamento social em 16 de março, declarando emergência de saúde pública e determinando o fechamento de espaços públicos. Em 19 de março, saiu um novo decreto no qual comércios em geral, tais como restaurantes, *shoppings* e bares deveriam encerrar seu funcionamento a partir de 21 de março. As atividades de serviços básicos e de saúde não foram interditas, assim como as indústrias (Decreto nº 46.980/2020). Ressalta-se que a capital possui cerca de 6 milhões de habitantes (IBGE, 2010a) e, em agosto, possuía em torno de 88 mil infectados e 9 mil vítimas fatais. Limitações similares foram adotadas no Estado de São Paulo que decretou um isolamento social no dia 24 março (Decreto nº 64.881/2020). Sua capital, São Paulo, é a maior cidade da América Latina e possui uma população de aproximadamente 12 milhões de habitantes (IBGE, 2019b). A cidade apresentou o maior número de casos e mortes notificado no país, em torno de 280 mil casos e 11 mil mortes.

---

1 Os ministros Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich foram demitidos por não aceitarem o tratamento sem comprovação científica (hidroxicloroquina) sugerido pelo presidente Jair Bolsonaro.

No Brasil, os primeiros casos da COVID-19 foram diagnosticados em áreas nobres das grandes cidades e em indivíduos que transitam internacionalmente. Posteriormente, espalhou-se pelas regiões periféricas, onde a marca da desigualdade social aparece de forma mais proeminente. Devido ao racismo estrutural no Brasil, a população negra – pretos e pardos – foi historicamente marginalizada, concentrando-se nas regiões mais pobres das cidades e, conseqüentemente, sendo mais vulneráveis socialmente. Essa população representa apenas 27,7% entre os 10% mais ricos do Brasil, e em pobreza representa 75,2% entre os 10% mais pobres (IBGE, 2019a). Além de possuir pouco acesso à medicina preventiva, visto que o sistema de saúde pública é precário. Além disso, segundo o Ministério da Saúde, a população negra possui majoritariamente doenças como diabetes, hipertensão e anemia falciforme (Ministério da Saúde, 2017).

Essa conjunção de fatores resulta em uma maior vulnerabilidade dos negros em relação aos brancos, mostrando a face mais perversa do racismo que persiste no Brasil. Tanto no Brasil como nos Estados Unidos, países em que houve um sistema escravocrata de larga escala sem a devida reparação histórica, a população de pretos e pardos se encontra mais exposta à COVID-19. Em função disso, o objetivo deste trabalho é analisar a taxa de mortalidade por COVID-19 em populações negras e as possíveis causas ligadas ao racismo estrutural brasileiro, a fim de responder à seguinte pergunta de pesquisa: O racismo estrutural no Brasil potencializa os efeitos da pandemia da COVID-19 no que tange à taxa de mortalidade entre os negros? Esse quadro não é particular apenas ao coronavírus. Em 1918, no auge da Gripe Espanhola no Brasil, a população de pretos e pardos também representou o grupo mais vulnerável à doença, confirmando o caráter estrutural da pandemia.

### **Metodologia de pesquisa**

Para os cientistas, a pandemia tem colocado outro desafio, particularmente nas ciências humanas, o qual afeta a pesquisa de campo. Como pesquisar em quadros de obrigatório isolamento? Como captar os quadros sociais emergentes (saúde mental, idosos, relações domésticas, infância, justiça e gênero, morte e raça), usando meios eletrônicos? É fato que as pesquisas estatísticas apresentam os dados sobre infecção, número de mortos, leitos e outros dados úteis para o mapeamento quanto à evolução da COVID-19. Nesse sentido, optamos pelo emprego da análise documental, técnica que privilegia o uso de fontes produzidas por terceiros. Considerando sua utilidade, devemos também advertir que existem limites no uso dessa técnica<sup>2</sup>. No caso específico da pandemia, estamos trabalhando com um objeto cujas alterações são diárias. Não apenas em

números, mas também nas formas de debate, na geopolítica das soluções entre os países e nas discussões mais amplas sobre políticas públicas de saúde, de assistência social e emprego.

Os dados obtidos foram referentes ao Brasil, em escala macro, e às duas maiores cidades do País — Rio de Janeiro e São Paulo -. Isso se deve à disponibilidade dos dados oficiais para essas duas cidades nos primeiros meses da pandemia os quais eram, consideravelmente, mais abrangentes do que em outras localidades, devido à proporção populacional e infraestrutura das duas grandes capitais. Esta pesquisa buscou registrar os primeiros meses — abril a julho — da pandemia da COVID-19 no Brasil, no que tange à identificação da maior taxa de mortalidade entre os negros. Os dados ainda estavam sendo coletados pelas agências oficiais do país, por se tratar de um evento em curso. Além disso, os dados do Ministério da Saúde só passaram a incluir a cor das vítimas em 11 de abril, depois de muita pressão de entidades representativas. Para se manter a confiabilidade dos dados, buscamos utilizar fontes oficiais como IBGE, Agência Pública, Ministério da Saúde e Secretarias de Saúde, além de jornais e revistas *online* consultados diariamente. Avaliando, conjuntamente, as referências bibliográficas que confirmam a grave desigualdade social e o racismo no Brasil.

### **Racismo estrutural no Brasil**

Segundo o decreto da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (Organização das Nações Unidas [ONU], 1965), o racismo é

Qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública (Art.º 1º, nº 1).

A origem do racismo é fruto do conceito de raça que categoriza indivíduos vivos em grupos baseados em seus fenótipos. “É o fenótipo que serve de linha de demarcação entre os grupos raciais, e como ponto de referência em torno do qual se

---

2 Uma dificuldade apresentada foi a tentativa do Governo Bolsonaro de omitir as publicações diárias dos dados, reduzindo a quantidade e a qualidade dos mesmos o que obrigou os órgãos de imprensa a formarem um consórcio para produzirem informações mais confiáveis sobre a pandemia.

organizam as discriminações ‘raciais’” (Wedderburn, 2007, p. 11). O termo racismo em si, surge através da ciência do século XIX, a partir de teorias científicas produzidas por médicos, antropólogos e biólogos que buscavam determinar uma superioridade racial, a fim de justificar as dominações europeias da época — imperialismo e neocolonialismo —, e exterminações em massa como o projeto nazista de Hitler, influenciado pelas teorias eugenistas e de darwinismo social. Essas teorias trouxeram uma interpretação de “raça pura e evoluída” que representava o povo branco europeu, e “raça inferior atrasada” qualquer outro povo que não condizia com os fenótipos caucasianos do Norte. Segundo Bolsanello,

O darwinismo social considera que os seres humanos são, por natureza, desiguais, ou seja, dotados de diversas aptidões inatas, algumas superiores, outras inferiores. A vida na sociedade humana é uma luta “natural” pela vida, portanto é normal que os mais aptos vençam, tenham sucesso, fiquem ricos, tenham acesso ao poder social, econômico e político; da mesma forma é normal que os menos aptos fracassem, não fiquem ricos, não tenham acesso a qualquer forma de poder. (Bolsanello, 1996, p. 154)

Essas teorias racistas eram de fato ideológicas, cujo objetivo era defender a sociedade capitalista e manter a manutenção de poder (Bolsanello, 1996, p. 155), proporcionando a absoluta institucionalização das dominações imperialistas e neocolonialistas o que, de fato, perdurou até a contemporaneidade. O racismo é um elemento político e está engendrado na sociedade, tal como explicita Almeida, “o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade” (Almeida, 2018, p. 21), ou seja, é comum, é estrutural e, sobretudo, institucional.

O processo de escravidão no Brasil se inicia no século XVI, com a necessidade da ampliação de mão de obra para o cultivo da cana açúcar. Esse processo deslocou milhões de africanos para o Brasil nos três séculos que se sucederam. O preconceito com a cor da pele, a intolerância religiosa e cultural e o trabalho braçal favoreceram a criação de um estigma negativo em relação aos negros, além de os próprios escravocratas enxergarem a escravidão como escória, acreditando que os negros estavam naquela situação por serem uma raça inferior (Schwarcz & Starling, 2015). Certamente, a experiência do racismo no Brasil é completamente particular, moldada através dos entraves da estrutura histórica.

De acordo com Joaquim Nabuco, teórico e abolicionista, toda a sociedade é atravessada pela escravidão, “O nosso caráter, o nosso temperamento, a nossa organização toda, física, intelectual e moral, acha-se terrivelmente afetada pelas influências com que a escravidão passou trezentos anos a permear a sociedade brasileira.” (Nabuco, 2012, p. 13). Dialogando com essa questão, está a discussão de

Florestan Fernandes (2008) sobre as etiquetas da sociedade brasileira do século XX, em que os agentes sociais estabeleciam uma série de comportamentos considerados aptos socialmente, os quais não eram compartilhados pelas pessoas negras da época. “Se o ‘negro’ deixasse de corresponder, de modo próprio, às expectativas convencionais, impunha-se ‘lhe dar uma lição’” (Fernandes, 2008, p. 315). É o que, com certeza, acontece com o racismo, em uma sociedade ocidental baseada em características fenotípicas e culturais europeias.

Uma das raízes do racismo estrutural brasileiro consiste na teoria da democracia racial, que representa a ideologia de que brancos, negros, indígenas e outros se relacionavam pacificamente devido à miscigenação, possibilitando a existência de uma raça-híbrida (Freyre, 2006). “A contribuição brasileira para a civilização seria a cordialidade, o ‘homem cordial’” (Holanda, 1936, p. 176). Segundo Holanda (1936), a generosidade e a hospitalidade são virtudes saudadas por estrangeiros quando visitavam o Brasil e o temperamento brasileiro admite formas de reverência e de apego frequente aos portugueses. O que, segundo o sociólogo Florestan Fernandes, reforça a estrutura racista e impede as transformações necessárias, “Os fatos — e não as hipóteses — confirmam que o mito da democracia racial continua a retardar as mudanças estruturais” (Fernandes, 1989, p. 16).

Essas teorias fundamentadas, no Brasil, trouxeram a crença de que não existe racismo no país; pois, por ser de característica miscigenada, haveria teoricamente uma democracia racial em que não fosse possível a existência de qualquer preconceito étnico, além da imagem do brasileiro cordial e benevolente, que não poderia causar algum mal ao seu próximo. Fernandes (2008), em seus estudos sobre o mito da democracia racial, concluiu que a imagem do “bom negro”, que representava submissão e lealdade ao branco, favoreceu a manutenção do racismo e dos interesses dominantes. “Quanto mais o negro e o mulato se identifiquem com os ideais da personalidade democrática, concatenados em torno da figura do cidadão e dos direitos fundamentais da pessoa, tanto mais eles são incompreendidos, avaliados etnocentricamente e depreciados.” (Fernandes, 2008, p. 318).

Outra questão é o processo de “embranquecimento” do Brasil, que tem a marca da miscigenação como um sistema ideológico e se apresenta como uma medida de antirracismo; porém, na realidade, revela um racismo intrínseco em relação ao negro; pois admite uma concepção evolucionista da humanidade para um caminho branco, segundo d’Adesky (1997).

Abdias do Nascimento (1978) retrata, em sua obra, os fatores que contribuíram para esse processo de “embranquecimento”. Segundo o autor, ele está associado a um processo de mulatização, proveniente da exploração sexual das mulheres negras, o qual “retrata um fenômeno puro e simples de genocídio” (Nascimento,

1978, p. 69). A política migratória também foi um instrumento crucial nesse processo embranquecedor. Em vários momentos, a Câmara dos Deputados discutiu leis nas quais se proibia a imigração de indivíduos de cor preta no Brasil, estimulando a entrada de imigrantes brancos do continente europeu (Nascimento, 1978, p. 71). “A assunção prevalecente, inspirando nossas leis de imigração, considerava a população brasileira como feia e geneticamente inferior por causa da presença do sangue negro-africano.” (Nascimento, 1978, p. 70). Além disso, era estimulada pelo governo a imigração de racistas expulsos das recém-liberadas colônias africanas. Ainda sobre o ideal de branqueamento brasileiro, as autoras Maia e Zamora (2018) sinalizam o funcionamento dessa política estabelecida.

A política de branqueamento não é a única iniciativa de Estado responsável pelos efeitos do racismo na população; porém, sua permanência ainda é produtora de sofrimento psíquico e social. O conjunto das instituições republicanas, como o judiciário, o sistema educacional, as leis e as políticas públicas, entre outras, são uma rede tecida nas bases do racismo científico. A política do “embranquecimento” é parte dessa rede, constituindo-se e capitalizando-se nos planos mais sutis, micropolíticos, da história brasileira (Maia & Zamora, 2018, p. 280).

Vale destacar que essa política contribuiu para sedimentar o racismo estrutural no Brasil e, segundo as autoras, para “a substancialidade de seus efeitos no fortalecimento da supremacia da coloração branca, na relação cotidiana com outras cores e etnias brasileiras.” (Maia & Zamora, 2018, p. 280). O racismo estrutural, segundo Almeida (2018), é a forma como o racismo está intrínseco na estrutura social, fazendo com que negros estejam vulneráveis às mazelas sociais e sejam associados automaticamente a estigmas negativos. Segundo o autor, todos os aspectos da sociedade, da política à economia encontram-se atravessados pelo racismo. E as instituições, sejam públicas ou privadas, contribuem para a reprodução dessa postura racista. De acordo com Oliveira e Carvalho (2017, p. 229), o racismo estrutural reflete a forma como a sociedade enxerga a questão racial, pois ele está construído social e politicamente como um padrão. Ou seja, o racismo, sociologicamente falando, é uma opressão sistêmica.

A branquitude pode ser definida como uma posição em que os indivíduos participantes são privilegiados historicamente no que tange a bens materiais ou simbólicos, mantendo-se nesse espaço na contemporaneidade (Schucman, 2014, p. 84). Em relação ao significado da branquitude, pressupõe-se a ideia de que brancos não possuem raça nem etnia e não se encaixariam de forma alguma nos grupos de minorias raciais ou étnicas (Cardoso, 2008, pp. 173-198). Essa branquitude, historicamente, criou o conceito de “raça” para justificar a subjugação às pessoas negras e estabeleceu uma hegemonia em espaços de poder e instituições,

possibilitando somente pessoas brancas ocuparem esses locais, facilitando assim o processo de dominação.

Os primeiros a falarem sobre racismo institucional foram os autores Stokely Carmichael e Charles V. Hamilton (1967) os quais analisaram o racismo na sociedade estadunidense do final da década de 60. É muito marcante em suas obras a diferenciação de racismo individual, que se refere a indivíduos brancos hostilizando indivíduos negros e racismo institucional, que representa toda a comunidade branca em contraposição a comunidade negra. O racismo institucional representa a reprodução do racismo pelas instituições de poder, estas que possuem uma alta relevância nas ações sociais e, por serem vislumbradas de modo diferente pela sociedade, não são perceptíveis para a maioria das pessoas, sendo muito mais sutis, apesar de ser, indubitavelmente destrutivo (Carmichael & Hamilton, 1967). Já segundo Almeida, o racismo institucional “significa que a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma forma vinculada à ordem social que ela visa regular” (Almeida, 2018, p. 47). Para Foucault (1976/2005), pode ser considerado como um “racismo de estado”.

Um racismo de Estado: um racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre os seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos; um racismo interno, da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social. (Foucault, 1976/2005, p. 73)

Portanto, o racismo institucional não se expressa em atos explícitos e escancarados, mas sim atua de forma cotidiana no funcionamento das organizações e instituições que promovem as políticas públicas, gerando mais desigualdades e iniquidades (López, 2012, p. 127). Segundo os trabalhos de Loureiro e Rozenfeld (2005), Lopes (2005) e Batista (2005) (citados em Kalckmann et al., 2007), o racismo institucional na área da saúde afeta majoritariamente as populações negras, expondo-as a dificuldades no acesso aos serviços de saúde, à má qualidade de atendimentos e invisibilizando suas necessidades o que determinam as diferenças de adoecimento e morte entre negros e brancos.

O racismo, no Brasil, é tão profundamente enraizado que se apresenta em várias facetas, uma delas é a discussão do racismo ambiental. Esse termo foi cunhado mediante a debates e estudos sobre a justiça ambiental, um movimento que fora iniciado por negros estadunidenses na década de 1980 para denunciar as condições ambientais em que vivia a população negra norte-americana. Esse conceito se enquadra na discussão do artigo, pois está atrelado à vivência de determinadas etnias em condições precárias e degradantes no sentido ambiental, situação que resulta em uma maior indefensabilidade dessas populações perante a desastres naturais

ou ocasionados. Segundo Bullard (2004) e Acselrad (2004) (citados em Jesus, 2020), o racismo ambiental também é uma forma de racismo institucional; pois, no instante em que há omissão de políticas públicas, as desigualdades sociais e raciais, no contexto ambiental, expandem-se, produzindo iniquidades, exploração política e diversos problemas ambientais.

### **Desigualdades sóciorraciais no Brasil**

A desigualdade social é a marca indelével da sociedade capitalista, baseada no princípio de acumulação de renda e má distribuição de recursos e gera consequências indesejáveis para a maioria da população. Segundo Piketty, “O capitalismo produz automaticamente desigualdades insustentáveis, arbitrárias, que ameaçam de maneira racial os valores da meritocracia sob os quais fundam nossas sociedades democráticas.” (Piketty, 2014, p. 9). O Brasil se apresenta como um dos países mais desiguais do mundo. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019a) indicam que a renda dos 1% mais ricos é 34 vezes maior que a renda da metade mais pobre do Brasil. E entre os mais pobres, a população negra é maioria. O rendimento médio *per capita* da população negra é de R\$ 934,00 enquanto o da população branca é de R\$1.846, isto é, duas vezes maior. Em condições de moradia, 44,5% de pretos e pardos vivem em condições precárias com ausência de serviços básicos (IBGE, 2019a).

O acesso à saúde também é um grande desafio para o Brasil. Foi estabelecido na Constituição Federal de 1988, no artigo 196, o direito universal da saúde, garantindo sua aplicabilidade via políticas públicas, que visam a reduzir o risco de doenças e o acesso de todos a um sistema universal de saúde, porém na prática, não funciona como deveria. Apesar de sua grande importância e papel relevante, o Sistema Único de Saúde (SUS) tem sido esfacelado nos últimos anos. Seja por déficit das contas públicas, má organização e corte de gastos, o sistema se apresenta quebrado em diversas situações.

Além disso, tradicionalmente, o Brasil não investe em saúde o suficiente para a demanda de sua população, e essa situação se agravou devido à Emenda Constitucional n.º 95, que limitou o teto de gastos públicos o que retirou 20 bilhões do SUS no ano de 2019 (Conselho Nacional de Saúde, 2020). Essa precariedade do sistema de saúde público possibilitou a existência de planos de saúde particulares, que se restringem à população que pode pagar tais mensalidades. Portanto, indivíduos que não possuem condições socioeconômicas são submetidos a realidades degradantes, como insuficiência de serviços, baixa disponibilidade de insumos, quantidade reduzida de profissionais e depreciações.

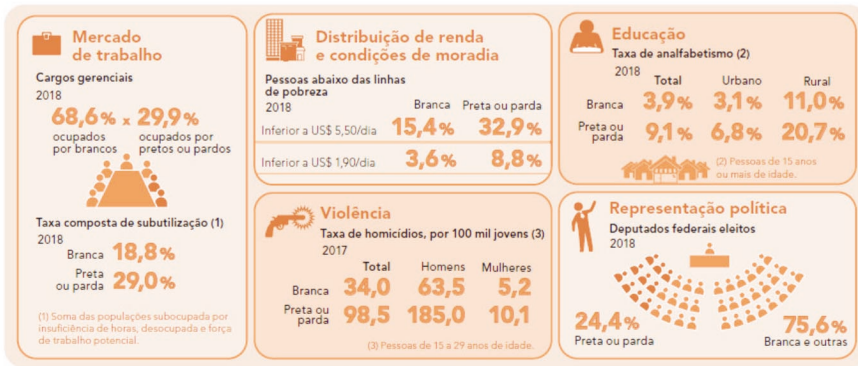
Em decorrência do racismo, as populações mais atingidas por essa falha na saúde pública são as de pretos e pardos, representando essas iniquidades raciais. De acordo com Silva et al., em seu estudo relacionado ao acesso da população negra ao sistema de saúde, é perceptível a situação de vulnerabilidade em que essa população se encontra subsumida. “A mortalidade para negros é duas vezes maior que para os brancos em muitas doenças, como, por exemplo, doenças mentais; gestação, parto e puerpério; infecções; doenças hematológicas, endócrinas, dermatológicas e causas externas.” (Silva et al., 2020, p. 7).

O saneamento básico brasileiro também é um ponto crítico da desigualdade social, principalmente para o enfrentamento da pandemia. Em 2018, 33 milhões de brasileiros não tinham acesso à água encanada em suas residências, e 95 milhões não possuíam acesso ao tratamento da rede de esgoto (Ministério do Desenvolvimento Regional [MDR], 2018). Além disso, segundo um artigo publicado por Wu et al. (2020), existe a possibilidade de a COVID-19 estar presente nas fezes de pacientes infectados por quase cinco semanas após os testes terem resultados negativos, o que reafirma as severas consequências da doença em áreas carentes de tratamento de água e esgoto (Capodeferro et al., 2020).

A Figura 1 ilustra outros aspectos da desigualdade racial no Brasil (IBGE, 2019a). Em relação ao mercado de trabalho, a maioria dos cargos gerenciais são ocupados por pessoas brancas, ou seja, a população negra está, em maioria, nos setores subalternos de trabalho. Ademais, entre as pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, a maioria é preta ou parda, sendo que 32,9% das pessoas negras ganham igual ou inferior a US\$ 5,50/dia e 8,8% ganham menos de US\$ 1,90/dia. Somando a isso, a taxa de analfabetismo da população negra, também, é consideravelmente maior do que a dos brancos. Outro fator é a violência, pretos e pardos possuem 2,7 mais chances de serem vítimas de homicídio do que brancos. Em 2017, a taxa de homicídios entre jovens negros (de 15 a 29 anos) era mais que o dobro do que para os brancos. E em relação à representação política do país, a minoria entre os deputados federais eleitos são negros. Portanto, esse quadro caracteriza a institucionalidade do racismo brasileiro, que perdura desde a abolição do sistema escravista, sem perspectiva de uma alteração eficiente e definitiva.

De acordo com Fernandes (1989), só existirá de fato uma democracia no Brasil sem desigualdades socioeconômicas quando não houver mais o racismo na estrutura social, ou seja, a luta de classes deve ser conjuntamente à questão racial.

A verdade é que a democracia só será uma realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discriminação, de preconceito, de estigmatização e de segregação, seja em termos de classe, seja



**Figura 1** Desigualdades raciais no Brasil

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais (2019a).

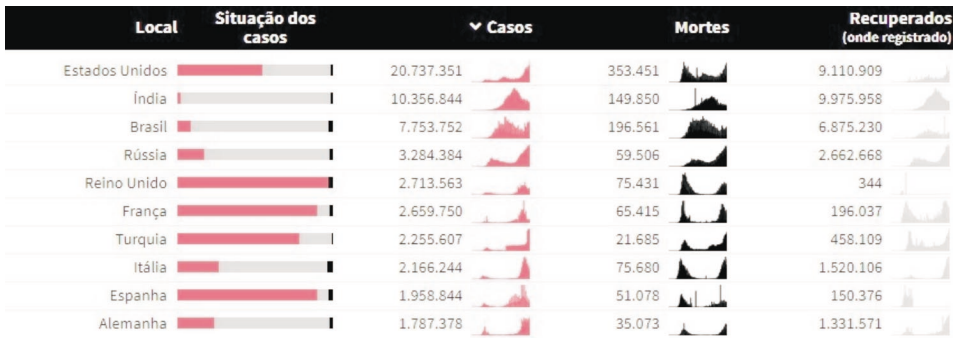
em termos de raça. Por isso, a luta de classes, para o negro, deve caminhar juntamente com a luta racial propriamente dita (Fernandes, 1989, p. 23).

### A crise da COVID-19: aspectos raciais

O Brasil representa o segundo lugar no mundo em total de óbitos por COVID-19. No mês de março, ocorreu a primeira morte por COVID-19 aqui e a escalada da doença foi implacável, iniciando o mês de janeiro de 2021 com mais de 196 mil mortos. A Figura 2 demonstra a situação dos dez países mais afetados pela doença em janeiro de 2021, a posição ocupada pelo Brasil nesse acompanhamento e aponta, ainda, o número de casos, mortes e recuperados.

Essa tragédia humana, aparentemente universal, atingiria a todos sem distinção de classe ou raça, porém, não foi a realidade. É importante ressaltar que a primeira morte do Estado do Rio de Janeiro — Estado que agrupa uma grande escala em número de óbitos e infectados por COVID-19 — foi uma mulher negra (G1, 2020a) e empregada doméstica de 63 anos de idade, que fora contaminada por sua patroa a qual acabara de voltar da Itália. Segundo as autoras Azevedo e Coly (2020), a concepção de que o vírus seria democrático; na realidade, revela um racismo arraigado na sociedade brasileira.

Sob a falácia de que o vírus seria universal, ratificou-se uma igualdade formal e uma (inexistente) democracia na atual crise biológica, na mais absoluta reafirmação do *status quo* de uma sociedade que tem o preconceito racial como modo de estrutura social (Azevedo & Coly, 2020).



**Figura 2** Tabela de acompanhamento da disseminação da COVID-19 em 10 países

Fonte: Reuters (2001) — (última atualização: 5 de janeiro de 2021 12:25 PM — horário de Brasília, Brasil).

Segundo os autores Baqui et al. (2020), pardos e pretos possuem menos condições econômicas, além de ser pouco provável que possam trabalhar em *home office*. Tais fatores levaram pessoas negras diagnosticadas com COVID-19 a apresentarem um risco de morte significativamente maior do que as brancas, reafirmando a presença da desigualdade social e do latente racismo estrutural no Brasil.

As consequências do racismo estrutural atreladas à pandemia da COVID-19 não são únicas, já sendo observado o mesmo caso na pandemia da Gripe Espanhola, em 1918, na qual as condições socioeconômicas foram decisivas para exporem a fragilidade dos negros durante a pandemia da Gripe. Segundo o historiador Samuel Adamo (1983, pp. 185-200), que estudou as correlações entre a vida econômica e social da cidade do Rio de Janeiro durante a pandemia, era possível identificar as consequências perversas da Gripe entre os negros, mostrando que a taxa de mortalidade foi maior entre eles, em comparação com os brancos. Nessa época, as condições inseguras de vida marcadas por salários precários, má alimentação, moradias insalubres e falta de acesso à saúde foram características fundamentais nos 30 anos que se sucederam a escravidão. Segundo Bassanezi (2012), em relação ao estudo da Gripe Espanhola no Estado de São Paulo, a população negra também se apresentou mais vulnerável à pandemia.

Os negros, imigrantes e seus descendentes e nativos pobres, incorporados à sociedade paulista, sobretudo, como mão de obra na lavoura cafeeira e nas fábricas, viviam em moradias precárias, em locais com péssimas condições sanitárias e higiênicas. De um modo geral, alimentavam-se mal, eram analfabetos ou semialfabetizados, tinham difícil acesso às informações e ao sistema de saúde (Bassanezi, 2012, p. 19).

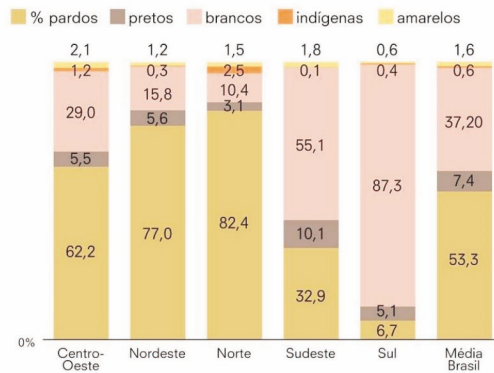
A cidade de Campinas destacou-se, pois apresentou um alto número de óbitos entre a população de não brancos, 42,7% e estrangeiros – imigrantes da lavoura cafeeira – com 15% (Bassanezi, 2012). No caso dos negros, eram descendentes de escravos que trabalhavam nas lavouras, estabelecidos após a abolição. “O recenseamento de 1872 mostra Campinas como o maior município escravista das terras paulistas, quase metade da sua população total era escrava (43,4%).” (Bassanezi, 2012, p. 19).

## Resultados e discussões

Dados de uma pesquisa, realizada em 2020 por 14 pesquisadores do NOIS (Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde) da PUC (Pontifícia Universidade Católica) do Rio de Janeiro, mostram a variação entre os óbitos confirmados por COVID-19, e a categorização por idade até a data de 18 de maio (Madeiro, 2020). A média de negros mortos pela doença é maior em todas as idades, principalmente entre 70 a 90 anos, em que tanto a porcentagem de negros como de brancos foi maior, por serem de alto grupo de risco, representando cerca de 80 a 90% de todos os óbitos. As maiores variações entre brancos e negros é observada nas pessoas mais jovens, nas quais a variação foi o dobro no caso da faixa etária de 20-29 anos, sendo de 10% para brancos e 20% para negros, e até quase 20% de diferença, como é o caso da faixa etária 50-59 anos. Esses dados confirmam o caráter determinante da cor nessa pandemia.

De acordo com dados do SUS da pesquisa realizada pela PUC-RJ (Madeiro, 2020), das mortes em que a cor foi identificada, 54% eram de pessoas negras, apesar de representarem 51% da população do país, segundo o IBGE (2010b). A Figura 3 representa a porcentagem de mortes por cor nas regiões do Brasil. Observa-se que a média de óbitos do país é maior nas pessoas negras (pardos e pretos), em comparação com as pessoas brancas. A região Norte, que possui maior parte da população negra do Brasil, houve 74%, de óbitos entre negros, porcentagem maior que a quantidade populacional. No Nordeste, que possui 69% de negros, também existiu uma quantidade de óbitos superior à população. O Centro-Oeste, com 55% de sua população de negros, também segue a mesma linha. Já as regiões Sul e Sudeste, que possuem uma menor quantidade de habitantes negros comparada às outras três regiões citadas, tiveram porcentagens consideráveis. Portanto, é possível confirmar que pessoas negras compõem majoritariamente o número de vítimas por COVID-19 na maioria das regiões brasileiras, evidenciando o impacto da desigualdade.

As Figuras 4 e 5 ilustram a realidade da pandemia nas duas maiores metrópoles brasileiras. São Paulo, com aproximadamente 12 milhões de habitantes e 37% da



**Figura 3** Mortos por COVID-19 por cor e região no Brasil

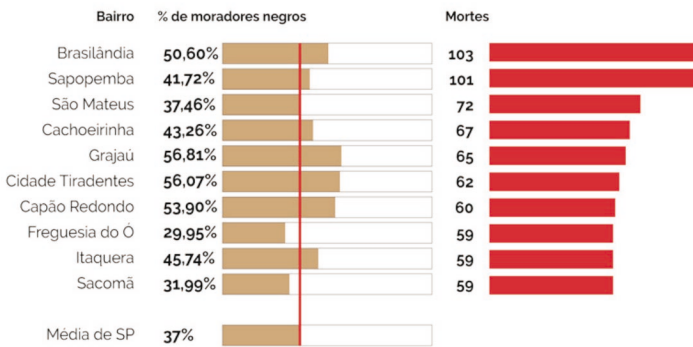
Fonte: Soares et al. (2020) — Dados do Brasil: Sivep Gripe / Opendatasus. Julho de 2020.

população de negros, e Rio de Janeiro, 7 milhões de habitantes e com 47,4% de pessoas negras (IBGE, 2019b), as quais representaram o estudo de caso deste trabalho.

Na Figura 4, é analisada a variação entre os óbitos por COVID-19, os bairros e a porcentagem de moradores negros da cidade de São Paulo. É perceptível que os bairros com a maior quantidade de mortes possuem uma porcentagem relevante de moradores negros, além de serem bairros periféricos, com baixa qualidade de infraestrutura, saúde e salubridade, condições que impossibilitam a plena prevenção da doença como é o caso de Brasilândia, que possui a maior quantidade de mortes até a data de 30 de abril de 2020. Grajaú, com a maior porcentagem de pessoas negras residentes, está em 5º lugar no *ranking* de mais óbitos por COVID-19, além do caso de Cidade Tiradentes, em 6º lugar.

Na Figura 5, que retrata o caso da cidade do Rio de Janeiro, é possível observar que o bairro com mais mortes — Campo Grande — até 5 de maio de 2020, possuía a maioria de sua população de pessoas negras. Seguida de Bangu, em 3º lugar em óbitos e Realengo, em 4º lugar, também com uma porcentagem relevante de negros. Além do bairro com a maior quantidade de moradores negros — Santa Cruz — que ocupa a 6ª posição nesse *ranking*. Tais localizações são periféricas e de condições precárias. Algumas regiões possuem déficits de saneamento básico, infraestrutura e acesso à saúde pública, o que dificulta inteiramente a prevenção do coronavírus. Além do fato de que os moradores necessitam de realizar suas atividades laborais; porém, dificilmente, podem ou possuem condições de fazê-las em modelo de *home office*.

Contrapondo ao bairro com menos número de mortes — Recreio dos Bandeirantes — que é considerado um dos bairros mais nobres da cidade, o Rio de Janeiro,



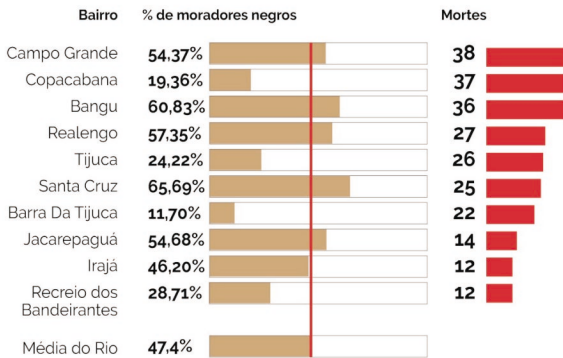
**Figura 4** Mortes por COVID-19 Bairros em de São Paulo

Fonte: Muniz et al. (2020) — Agência Pública/ Secretaria de Saúde de São Paulo. Dados referentes a 30 de abril de 2020.

diferentemente de São Paulo, possui o 2º lugar em mortes em um bairro nobre da cidade — Copacabana — que possui uma quantidade menor de moradores negros, porém esse dado pode ser explicado pelo fato de Copacabana ser considerado o bairro mais idoso do país, com 43.431 moradores com 60 anos ou mais (IBGE, 2010a), os quais representam o maior grupo de risco. Além do fato de que a pandemia, inicialmente, atingiu a classe alta, devido a ter chegado do exterior para o Brasil.

Os aspectos do racismo estrutural atrelados à pandemia não são se restringem ao Brasil, apesar de possuir as suas particularidades. Países com histórico de escravidão como os Estados Unidos apresentaram, nesta crise da COVID-19, semelhanças com o caso brasileiro. Nos Estados Unidos, parte da população negra vivência condições precárias, que as expõem ao vírus. De acordo com os autores Millett et al. (2020) existe um padrão de infecção e mortalidade da população em vários estados americanos, nos quais as mortes relatadas de negros por COVID-19, são desproporcionalmente maiores comparadas com os outros grupos étnicos.

Uma pesquisa realizada pelo laboratório americano APM Research Lab indicou que, nos Estados Unidos, os negros têm morrido 2,3 vezes a mais que os brancos de COVID-19. A cada 100 mil pessoas, 65,8 negros morrem dessa doença, comparando aos brancos com um dado de 20,7 por 100 mil (APM Research Lab Staff, 2020). Contudo, apesar de a pandemia ser um evento recente e estar em curso, é observável que, nos Estados Unidos, existem inúmeros estudos em andamento sobre a vulnerabilidade da população negra à COVID-19, mapeando diferentes cidades e estados. Postura diferente adotada no Brasil, em que a base de dados é limitada e se restringe às grandes cidades no início da pandemia (Rio de Janeiro e São Paulo).



**Figura 5** Mortes por COVID-19 em bairros do Rio de Janeiro

Fonte: Muniz et al. (2020) — Agência Pública/ Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro. Dados referentes a 5 de maio de 2020.

A omissão do governo frente a essa realidade pode ser debatida à luz dos conceitos de biopolítica de Foucault e necropolítica — política da morte — de Mbembe. Para Foucault (1979/2008), a biopolítica funciona mediante a ideia de controle e condução da vida na qual cabe ao Estado a decisão de quem deve morrer ou viver, utilizando de sua soberania institucional para isso. Esse controle categoriza a distribuição dos seres humanos em grupos e subgrupos e uma divisão biológica entre eles, o que Foucault denomina de “racismo” e que, segundo Mbembe, é uma tecnologia do biopoder.

“Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, ‘aquele velho direito soberano de morte’.” (Mbembe, 2016, p.128). Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Mbembe citando Foucault (1997), afirma que o biopoder é “a condição para aceitabilidade do fazer morrer (Mbembe, 2016, p. 128).

Por conseguinte, no momento em que o Estado moderno permite a existência de pessoas vivendo sob condições precárias, morando em locais periféricos, que perdem a vida seja por descuido institucional ou por assassinato pelo Estado — como a letalidade policial —, isso representa a necropolítica, deixar para morrer um grupo social, um grupo que possui uma determinada etnia (Mbembe, 2016). Pode-se falar, no Brasil, em genocídio (Brum, 2020), por parte do governo, em função da negligência diante da forma como a pandemia da COVID-19 foi gerenciada. Devido a atitudes de negação científica, propagação de *fake news*, incentivo ao não uso de máscara, contra as medidas de *lockdown* e atraso da vacinação, a população brasileira adoce e morre mais rapidamente, principalmente as populações negras e indígenas.

## Conclusão

A discussão propôs mostrar a presença do racismo estrutural no Brasil, conforme os dados, evidenciando que a população negra foi a mais afetada pela pandemia da COVID-19 no Brasil. A face nefasta da desigualdade social está diretamente correlacionada a esses óbitos; porém, devido à configuração social do Brasil pós-abolição, as pessoas negras se tornaram majoritariamente mais vulneráveis aos estigmas socioeconômicos e, parafraseando Fernandes (1989), os negros precisam atravessar dois grandes obstáculos no Brasil: o de raça e o de classe.

Os resultados apresentados indicaram o crescimento constante das internações e óbitos por COVID-19 entre as populações marginalizadas — em sua maioria negra —, as quais não possuem condições financeiras para custear um tratamento particular e para cumprir as exigências do isolamento social, o que as torna incapazes de combater a proliferação do vírus. Tal situação desnuda a política brasileira, que perdura um racismo institucional, vulnerabilizando esse grupo étnico a possíveis desastres naturais ou sociais. Fato que não só ocorre atualmente, mas se sucedeu na pandemia da Gripe Espanhola, a qual teve seu foco no país em 1918 em que negros e imigrantes foram vítimas consideráveis dessa mazela. A COVID-19 expôs duramente essa realidade, e demanda uma mudança urgente no padrão estrutural da sociedade brasileira.

Contudo, essa população que é perpetuamente deixada à margem, em uma situação de calamidade de saúde como a atual pandemia do coronavírus, torna-se mais susceptível a perder a vida, equivalendo à discussão da biopolítica, devido à priorização de determinadas vidas em relação às outras, e a necropolítica como forma de deixar determinadas populações ao desalento. O que, de fato, foi confirmado com a chegada do vírus no Brasil, e em outros países com problemas raciais e sociais engendrados em sua estrutura como, por exemplo, os Estados Unidos, que apresentaram altos índices de óbitos entre a população afro-americana. Como citou Nabuco (2012), em seus estudos sobre os movimentos abolicionistas, todos os brasileiros são responsáveis pela escravidão, assim como pelo racismo subjacente desse sistema. “Atacar a bandeira negra é ultrajar a nacional.” (Nabuco, 2012, p. 170).

O mundo, agora, aposta na imunização pela vacina para amenizar as consequências da COVID-19. Em janeiro de 2021, mais de 40 países já iniciaram o processo de vacinação, enquanto o Brasil, sequer, possuía uma previsão exata. Isso ocorre devido ao presidente não confiar em determinados laboratórios por questões políticas (G1, 2020b) e por já ter um histórico de negação da pandemia, propagando informações contra as recomendações de especialistas, além de aparecer publicamente sem utilizar máscara, o que incentiva uma parcela da população a repetir seu comportamento. Além das terríveis consequências que a doença trouxe ao Brasil, elas são

incessantemente prolongadas pelas ações do Governo Federal. Portanto, a guerra contra a COVID-19 não é somente imunológica, mas conjuntamente à incumbência dos aspectos políticos, raciais e socioeconômicos.

## Notas

Por decisão pessoal, as autoras do texto não escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

## Referências

- Adamo, S. (1983). *The broken promise: race, health, and justice in Rio de Janeiro, 1890-1940* (Tese de Doutorado). The University of New Mexico, Albuquerque.
- Almeida, S. (2018). *O que é racismo estrutural?* Editora Letramento.
- APM Research Lab Staff (2020, 24 de junho). The color of coronavirus: Covid-19 deaths by race and ethnicity in the U.S. (next update July 8, 2020) *APM Research Lab*. <https://www.apmresearchlab.org/covid/deaths-by-race>
- Azevedo, M., & Coly, S. (2020, 26 de junho). Pandemia do Corona vírus acentua o racismo estrutural no Brasil. *Carta Capital*. <https://www.cartacapital.com.br/opiniaopandemia-do-coronavirus-acentua-o-racismo-estrutural-no-brasil/>
- Baqui, P., Bica, I., Marra, A., Ercole, A., & van der Schaar, M. (2020). Ethnic and regional variations in hospital mortality from COVID-19 in Brazil: a cross-sectional observational study. *The Lancet Glob Health*, 8(8), e1018-e1026. [https://doi.org/10.1016/S2214-109X\(20\)30285-0](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(20)30285-0)
- Bassanezi, M. S. C. B. (2012, outubro). *Uma trágica primavera. A epidemia de gripe de 1918 no Estado de São Paulo, Brasil*. V Congresso da Associação Latino-Americana de População, Montevideo, Uruguai. [http://www.alapop.org/Congreso2012/DOCSFINAIS\\_PDF/ALAP\\_2012\\_FINAL251.pdf](http://www.alapop.org/Congreso2012/DOCSFINAIS_PDF/ALAP_2012_FINAL251.pdf)
- Bolsanello, M. A. (1996). Darwinismo social, eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. *Educar*, (12), 153-165. <https://www.scielo.br/pdf/er/n12/n12a14.pdf>
- Brum, E. (2020, 22 de julho). Há indícios significativos para que autoridades brasileiras, entre elas o presidente, sejam investigadas por genocídio. *EL PAÍS*. <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-22/ha-indicios-significativos-para-que-autoridades-brasileiras-entre-elas-o-presidente-sejam-investigadas-por-genocidio.html>
- Cancian, N. (2020, 31 de dezembro). Três ministros da Saúde e uma pandemia: o ano em que ficamos doentes. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/12/tres-ministros-da-saude-e-uma-pandemia-o-ano-em-que-ficamos-doentes.shtml>

- Capodeferro, M., & Smiderle, J. J. (2020). A resposta do setor de saneamento no Brasil à COVID-19. *Revista de Administração Pública*, 54(4), 1022-1036.  
[https://www.researchgate.net/publication/343426814\\_A\\_resposta\\_do\\_setor\\_de\\_saneamento\\_no\\_Brasil\\_a\\_COVID-19](https://www.researchgate.net/publication/343426814_A_resposta_do_setor_de_saneamento_no_Brasil_a_COVID-19)
- Cardoso, L. (2008). *O branco "invisível": um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007)* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Coimbra.  
<https://dlc.library.columbia.edu/catalog/ldpd:504811/bytestreams/content/content?filename=LOUREN%C3%87O+DA+CONCEI%C3%87%C3%83O+CARDOSO.pdf>
- Carmichael, S., & Hamilton, C. (1967). *Black power: the politics of liberation in America*. Vintage.
- Conselho Nacional de Saúde (2020, 28 de fevereiro). Saúde perdeu R\$ 20 bilhões em 2019 por causa da EC 95/2016. *Conselho Nacional de Saúde – Notícias*.  
<http://www.conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1044-saude-perdeu-r-20-bilhoes-em-2019-por-causa-da-ec-95-2016>
- Croda, J., Oliveira, W. K. de, Frutuoso, R. L., Mandetta, L. H., Baia-da-Silva, D. C., Brito-Sousa, J. D., Monteiro, W. M., & Lacerda, M. V. G. (2020). COVID-19 in Brazil: advantages of a socialized unified health system and preparation to contain cases. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical* [online], 53, 1-6.  
<https://doi.org/10.1590/0037-8682-0167-2020>
- d'Adesky, J. (1997). *Pluralismo étnico e multiculturalismo*. Afro-Ásia.
- Decreto nº 46.980/2020, de 19 de março. Governador atualiza as medidas de enfrentamento da propagação do novo Coronavírus. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Executivo*, Parte I, 051-B. <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391093>
- Decreto nº 64.881/2020, de 22 de março. Decreta quarentena no Estado de São Paulo, no contexto da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus), e dá providências complementares. *Diário Oficial, Estado de São Paulo, Executivo*, Seção I, Vol. 130, 57, 1. <https://www.al.sp.gov.br/norma/193361>
- Fernandes, F. (1989). *Significado do protesto negro* (Coleção polêmicas do nosso tempo, Vol. 33). Cortez/Autores Associados.
- Fernandes, F. (2008). *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da "raça branca"* (5ª ed., Vol. 1). Globo.
- Foucault, M. (2005). *Em Defesa da Sociedade. Curso no Collège de France (1975- 1976)* (M. E. Galvão, Trad.). Martins Fontes. (Obra originalmente publicada em 1976)
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica. Curso dado no Collège de France (1978-1979)* (E. Brandão, Trad.). Martins Fontes. (Obra originalmente publicada em 1979)
- Freyre, G. (2006). *Casa-Grande e Senzala* (51ª ed.). Global Editora.
- G1. (2020a, 19 de março). Governo do RJ confirma a primeira morte por coronavírus. G1. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/19/rj-confirma-a-primeira-morte-por-coronavirus.ghtml>
- G1. (2020b, 27 de dezembro). "Não dou bola para isso", diz Bolsonaro sobre atraso do Brasil na vacinação contra Covid-19. G1.

- <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/12/26/nao-dou-bola-para-isso-diz-bolsonaro-sobre-brasil-estar-atras-em-vacinacao-da-covid-19.ghtml>
- Holanda, S. B. (1963). *Raízes do Brasil* (4ª ed.). Editora da Universidade de Brasília.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010a). *Sinopse do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro*.  
<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=1&uf=33>
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010b). *Censo Demográfico 2010, Tabela 3175 – População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade*. <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175#resultado>
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019a). *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil* (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica – N. 41). <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2101681>
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019b). *Estimativa da População 2019*. [https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_de\\_Populacao/Estimativas\\_2019/POP2019\\_20201006.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2019/POP2019_20201006.pdf)
- Javorcik, B. (2020, 4 de maio) *Long term consequences of COVID-19* [Comunicação]. The World Bank: Will COVID-19 Reshape the Global Economy?, Online <https://www.worldbank.org/en/events/2020/05/04/will-covid-19-reshape-the-global-economy>
- Jesus, V. (2020). Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um *continuum* colonial chamado racismo ambiental. *Saúde e Sociedade* [online], 29(2), e180519.  
<https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v29n2/1984-0470-sausoc-29-02-e180519.pdf>
- Kalckmann, S., Santos, C. G. dos, Batista, L. E., & Cruz, V. M. da (2007). Racismo institucional: um desafio para a equidade no SUS? *Saúde e Sociedade*, 16(2), 146-155.  
<https://www.scielosp.org/article/sausoc/2007.v16n2/146-155/>
- López, L. C. (2012). The concept of institutional racism: applications within the healthcare field. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 16(40), 121-134.
- Madeiro, C. (2020, 2 de junho). Covid mata 55% dos negros e 38% dos brancos internados no país, diz estudo. *UOL Notícias*.  
<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/06/02/covid-mata-54-dos-negros-e-37-dos-brancos-internados-no-pais-diz-estudo.htm?cmpid=copiaiecola>
- Maia, K. S., & Zamora, M. H. N. (2018). O Brasil e a Lógica racial: Do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. *Psicologia Clínica*, 30(2), 265-286.  
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v30n2/05.pdf>
- Mbembe, A. (2016). Necropolítica, *Arte & Ensaios, Revista do ppgav/eba/ufrrj*, (32), 123-151.  
<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>
- Millett, G. A., Jones, A.T., Benkeser, D., Baral, S., Mercer, L., Beyrer, C., Honermann B., Lankiewicz, E., Mena, L., Crowley, J. S., Sherwood, J., & Sullivan, P.S. (2020). Assessing differential impacts of COVID-19 on black communities. *Annals of Epidemiology*, 47, 37-44. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32419766/>

- Ministério da Saúde. (2017). *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Uma política para o SUS* (3ª ed.). Editora do Ministério da Saúde.  
[https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_populacao\\_negra\\_3d.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf)
- Ministério do Desenvolvimento Regional. (2018). *Base de Dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – Séries Históricas*.  
<https://basedosdados.org/dataset/sistema-nacional-de-informacoes-sobre-saneamento-snis>
- Muniz, B., Fonseca, B., & Pina, R. (2020, 6 de maio). Em duas semanas, número de negros mortos por coronavírus é cinco vezes maior no Brasil. *Agência Pública*.  
[https://apublica.org/2020/05/em-duas-semanas-numero-de-negros-mortos-por-coronavirus-e-cinco-vezes-maior-no-brasil/?mc\\_cid=d1c4b83e9e&mc\\_eid=97864c06e1](https://apublica.org/2020/05/em-duas-semanas-numero-de-negros-mortos-por-coronavirus-e-cinco-vezes-maior-no-brasil/?mc_cid=d1c4b83e9e&mc_eid=97864c06e1)
- Nabuco, J. (2012). *1849-1910. O abolicionismo / Joaquim Nabuco*. Vozes.
- Nascimento, A. (1978). *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Paz e Terra.
- Oliveira, A. S., & Carvalho, A. R. (2017). A desigualdade racial do Brasil: o racismo estrutural e o determinismo social. *Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça*. 5(1), 228-230. <https://periodicosonline.uems.br/index.php/RJDSJ/article/view/2242>
- ONU, Organização das Nações Unidas. (1965). *Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial*. (Ratificado pelo Brasil em 27 de março de 1968). Presidência da República.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D65810.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D65810.html)
- Partington, R. (2020, 5 de maio). Inflation collapses around the world amid coronavirus pandemic. *The Guardian*.  
<https://www.theguardian.com/business/2020/may/05/inflation-collapses-world-coronavirus-pandemic-global-economy-business-great-depression-recession>
- Phillips, T., & Briso, C. B. (2020, 27 de março). Bolsonaro's anti-science response to coronavirus appals Brazil's governors. *The Guardian*.  
[www.theguardian.com/world/2020/mar/27/jair-bolsonaro-coronavirus-brazil-governors-appalled](http://www.theguardian.com/world/2020/mar/27/jair-bolsonaro-coronavirus-brazil-governors-appalled)
- Piketty, T. (2014). *O capital no Século XXI* (1ª ed.). Intrínseca.
- Reuters, (2021). Acompanhamento da disseminação do novo coronavírus. *Reuters Graphics*.  
[https://graphics.reuters.com/CHINA-HEALTH\\_MAP/0100B59S39E/index.html](https://graphics.reuters.com/CHINA-HEALTH_MAP/0100B59S39E/index.html)
- Schucman, L. V. (2014). Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 83-94.  
<https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010>
- Schwarcz, L. M., & Starling, H. M. (2015). *Brasil: Uma biografia*. Companhia das Letras.
- Silva, N. N., Favacho, V. B. C., Boska, G. A., Andrade, E. C., Mercês, N. P., & Oliveira, M. A. F. (2020). Acesso da população negra a serviços de saúde: revisão integrativa. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(4), e20180834.  
[https://www.scielo.br/pdf/reben/v73n4/pt\\_0034-7167-reben-73-04-e20180834.pdf](https://www.scielo.br/pdf/reben/v73n4/pt_0034-7167-reben-73-04-e20180834.pdf)

- Soares, M., Cravo, A., & Tatsch, C. (2020, 03 de julho). Dados do SUS revelam vítima-padrão de Covid-19 no Brasil: homem, pobre e negro. *O Globo ÉPOCA*.  
<https://oglobo.globo.com/epoca/sociedade/dados-do-sus-revelam-vitima-padrao-de-covid-19-no-brasil-homem-pobre-negro-24513414>
- Wedderburn, C. M. (2007). *O racismo através da história: da antiguidade à modernidade*. Ed. Mazza.  
<http://www.ammapsique.org.br/baixar/O-Racismo-atraves-da-historia-Moore.pdf>
- WHO, World Health Organization. (2020a). *Novel Coronavirus (2019-nCoV) Situation report* (N.1).  
<https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200121-sitrep-1-2019-ncov.pdf>
- WHO, World Health Organization. (2020b). *Coronavirus disease 2019 (COVID-19) situation report* (N.51).  
<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/situation-reports>
- Wu, Y., Guo, C., Tang, L., Hong, Z., Zhou, J., Dong, X., Yin, H., Xiao, Q., Tang, Y., Qu, X., Kuang, L., Fang, X., Mishra, N., Lu, J., Shan, H., Jiang, G., & Huang, X. (2020). Prolonged presence of SARS-CoV-2 viral RNA in faecal samples. *The Lancet Gastroenterology & Hepatology*, 5(5), 434-435.  
[https://doi.org/10.1016/S2468-1253\(20\)30083-2](https://doi.org/10.1016/S2468-1253(20)30083-2)

**Data de submissão:** 31/08/2020 | **Data de aceitação:** 17/06/2021



## VISÕES DO INFERNO

A sociabilidade do “homem comum” brasileiro em Florestan  
Fernandes e Maria Sylvia de Carvalho Franco

## VISIONS FROM HELL

The sociability of the Brazilian “common man” in Florestan  
Fernandes and Maria Sylvia de Carvalho Franco

*Marcos Marques de Oliveira*

Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Campus do Gragoatá, Bloco D – Rua Professor Marcos Valdemar Freitas Reis, s/n, São Domingos, Niterói – RJ, Brasil, CEP 24210-201.

E-mail:marcos\_marques@id.uff.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7451-558X>

**Resumo:** Este estudo debruça-se sobre duas das mais importantes obras da chamada Escola Paulista de Sociologia, promotora de um elenco de indagações teóricas e investigações empíricas fundamentais na ciência social brasileira. Uma escola que se caracterizou pela constituição de uma sociologia enraizada nas singularidades históricas, sociais e culturais brasileiras, buscando o entendimento das condições específicas desta sociedade internamente marcada por ritmos desiguais de desenvolvimento, enfatizando a necessidade de uma compreensão mais efetiva, densa e profunda de seus diversos agentes – com destaque dos contingentes populacionais que mais sofreram com os nossos históricos processos de socialização e conformação ao modo de produção capitalista, ainda hoje hegemônico. Para cumprir este objetivo é que selecionamos, para uma análise sócio-histórica comparativa, as seguintes contribuições: *A integração do negro na sociedade de classes*, de Florestan Fernandes (2008a; 2008b); e *Homens livres na ordem escravocrata*, de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997).

**Palavras-chave:** pensamento social brasileiro, Escola Paulista de Sociologia, Florestan Fernandes, Maria Sylvia de Carvalho Franco.

**Abstract:** This study focuses on two of the most relevant works of the so-called Paulista School of Sociology which has been responsible for critical theoretical and empirical work in Brazil. This school of thought has proposed that the constitution of Brazilian sociology is rooted in historical, social and cultural singularities of Brazil, internally characterized by uneven development rhythms that require a more effective, dense and profound understanding of its various agents. Accordingly, the Paulista School of Sociology focuses on population contingents that suffered the most from Brazil’s historical processes of socialization and conformity to the capitalist mode of production, which remains hegemonic today. The present work carries out a comparative socio-historical analysis of the following contributions: *A integração do negro na sociedade de classes*, by Florestan Fernandes (2008a; 2008b); and *Homens livres na ordem escravocrata*, by Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997).

**Keywords:** brazilian social thought, Paulista School of Sociology, Florestan Fernandes, Maria Sylvia de Carvalho Franco.

## Introdução

Em 1959, chegava a público uma das mais importantes obras do historiador Sérgio Buarque de Holanda (2000): *Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Na verdade, uma versão remoçada de uma tese defendida no ano anterior, para a cátedra de História da Civilização Brasileira, na Universidade de São Paulo (USP). No prefácio a uma segunda edição, escrito em 1968, Holanda reforça que não foi seu intuito “mostrar o processo de elaboração, ao longo dos séculos, de um mito”, mas apenas situá-lo historicamente, “na medida em que, com o descobrimento da América, pareceu ele [o mito] ganhar mais corpo até ir projetar-se no ritmo da História” (Holanda, 2000, p. IX). Com “ambições menos especulativas”, o que o autor objetivava demonstrar era:

Até onde, em torno da imagem do Éden, tal como se achou difunda na era dos descobrimentos marítimos, se podem organizar num esquema altamente fecundo muitos dos fatores que presidiram a ocupação pelo europeu do Novo Mundo, mas em particular da América Hispânica, e ainda assim enquanto abrangessem e de certa forma explicassem o nosso passado brasileiro. (Holanda, 2000, p. X)

Neste sentido, ele lembra que a noção teológica de “Paraíso Terreal”, desde a Idade Média, não se assentava na representação de “um mundo intangível, incorpóreo, perdido no começo dos tempos” (Holanda, 2000, p. X). Mais do que uma fantasia piedosa, se vislumbrava uma realidade presente, ainda que em um “sítio recôndito, mas porventura acessível”. Era algo que habitava a imaginação de navegadores, exploradores e povoadores deste “novo” hemisfério ocidental, tal como se prenunciou nas primeiras narrativas de viagens e nos primeiros tratados descritivos – nos quais as visões de Paraíso contrastavam, paradigmaticamente, com “o antigo cenário familiar” dos europeus. Um cenário de “paisagens decrépitas” e de “homens afanosos”, que se debatiam contra uma pobreza áspera, num Velho Mundo em que a natureza regateava, de forma avara, suas dádivas – trazendo benefício apenas aos ditos previdentes, aos diligentes e aos pacientes.

No “paraíso americano”, o mundo natural parecia estar em plenitude. “Como nos primeiros dias da Criação, tudo aqui era dom de Deus, não era obra do arador, do ceifador ou do moleiro” (Holanda, 2000, P. XI). Um sinal de perfeição, já que não era preciso apelar, para sobreviver, ao duro trabalho dos homens. Imagem canônica de justificativa da cobiça e do banimento do labor, que pode ser exemplificada por este trecho de *História da América Portuguesa*, de Rocha Pita, de 1730, o primeiro livro de História do Brasil escrito por um “brasileiro”, (citado em Carvalho, 1998, p. 3):

Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno, nem madrugada mais bela a aurora; o sol em nenhum outro hemisfério tem raios tão dourados, nem os reflexos noturnos tão brilhantes; as estrelas são mais benignas e se mostram sempre alegres; os horizontes, ou nasça o sol, ou se sepulte, estão sempre claros; as águas, ou se tomem nas fontes pelos campos, ou dentro das povoações nos aquedutos, são as mais puras; é enfim o Brasil Terreal Paraíso descoberto, onde tem nascimento e curso os maiores rios; domina salutaríssimo clima; influem benignos astros e respiram auras suavíssimas, que o fazem fértil e povoado de inumeráveis habitantes.

É claro, alerta Carvalho (1998), que o elogio deste novo “jardim do mundo” tinha mais o tom de propaganda para atração de imigrantes a serem seduzidos por um projeto de colonização do que, realmente, a ingênua concretização da descoberta utópica de um paraíso terreno. Fundia-se a imagem corpórea desse “espanto de natureza”, no qual se conjugavam as belezas naturais, a fertilidade do solo e as riquezas minerais de uma “completa primavera”, com a ideia que se mostrará perversa – tanto no norte, quanto no sul – de uma “América sem alma”, que haveria de se converter numa outra espécie de paraíso.

Não por acaso, é que, ao lado da persistência do motivo edênico na história de constituição das instituições brasileiras, desenvolve-se o que Carvalho identificou como “a razão satânica”, que ele bem define com a seguinte epígrafe retirada de uma obra de Paulo Prado (1928, citado em Carvalho, 1998, p. 10): “Numa terra radiosa, vive um povo triste”. Para essa “razão satânica”, tão imaginária quanto à visão edênica, o que caracterizaria este novo mundo seria, justamente, a existência de um “elemento humano” inadequado, seja o homem nativo ou o imigrado pioneiro, que vão sempre parecer estar aquém das qualidades da terra e do clima. Uma versão aguda desta “razão satânica” ganhará máscaras cientificistas a partir do século XIX, quando teorias racistas, de diferentes graus e características, farão grande sucesso entre diversas correntes intelectuais, tais como na proto-sociologia de Sílvio Romero, na literatura jornalística de Euclides da Cunha e, entre outros, na antropologia eugenista de Nina Rodrigues. Numa terra em que “tudo é grande, só o homem nada vale” – frase atribuída a Sílvio Romero (Carvalho, 1998, p. 11) – a visão do poeta irlandês Thomas Moore, que esteve na América no início do século XIX, de que aqui “à grandiosidade da natureza correspondia uma população selvagem, fraca, repugnante, idiota”, parecia confirmada.

Mas este costuma ser o equívoco dos que se restringem ao impressionismo de uma “história das mentalidades” tomada, afirma Buarque, apenas no sentido de uma “história das idéias conscientemente adotadas” (Holanda, 2000, p. XVII), que acaba por redundar em visões distópicas de um suposto “espírito nacional” trancafiado numa “imutável característica étnica” (Holanda, 2000, p. XIX), da qual

indivíduos e coletividades de uma determinada sociedade estariam irremediavelmente presos, seja no tempo ou no espaço. Como é o caso das tentativas, não desinteressadas, dos que passaram a defender o “envelhecimento precoce” da *nuestra América*, tida como um mundo já gasto e degenerado — ou quando não dos que defenderam sua imagem contrária, mas equivalente, “de um mundo inacabado ou imaturo” (Holanda, 2000, p. XXVI). Nos dois casos, contrariando a lição hegeliana de “que é impróprio ao mister de filósofo o pretender ser profeta” (Holanda, 2000, p. XXVI). Para evitar essa “taumaturgia”, Buarque propõe que o historiador funcione como um “exorcista”, buscando “afugentar do presente os demônios da História” (Holanda, 2000, p. XXVI).

Não se questiona a validade social da investigação histórica. Menos ainda que não se deva levar a sério o estudo das ideias e dos intelectuais, já que estas, dependendo de suas qualidades e pertinências, podem assumir grande importância nos próprios processos sociais que investigam — tal como veremos a seguir, com o exemplo do questionamento que Florestan Fernandes faz do mito da “democracia racial brasileira”. O que se salienta é o limite deste tipo de exercício quando toda e qualquer “história das mentalidades” se restringe a uma releitura da história das elites, especialmente as ditas “pensantes”. Tal como sugere Monsma (2016), quando vai investigar as contradições e permanências entre as ideologias racistas das elites e o que chama de *habitus racial* popular no período pós-abolição brasileiro:

Esta ênfase na vida cotidiana difere do que predomina nos estudos brasileiros do racismo, que geralmente focalizam as ideologias raciais produzidas por intelectuais urbanos, com ênfase central na recepção brasileira do racismo científico europeu. Sem dúvida as elites locais e os imigrantes, inclusive os analfabetos, eram expostos, em algum grau, às ideologias raciais dos intelectuais, mas presumir que eles simplesmente adotavam essas ideologias é exagerar a influência dos intelectuais. (Monsma, 2016, p. 18-19)

Na hipótese que atravessa este estudo, esta “estratégia de análise” é, justamente, uma das mais importantes contribuições da Escola Paulista de Sociologia, promotora de um elenco de indagações teóricas e investigações empíricas fundamentais na ciência social brasileira. Uma escola que, segundo Martins (1998, p. 18), nela formado, se caracterizou pela constituição de uma *sociologia enraizada* nas singularidades históricas, sociais e culturais brasileiras, buscando o entendimento das condições específicas desta sociedade internamente marcada por ritmos desiguais de desenvolvimento, enfatizando a necessidade de uma compreensão mais efetiva de seus diversos agentes — com destaque, ainda que não exclusivo, dos contingentes

populacionais que mais sofreram com os históricos processos de socialização e conformação ao modo de produção capitalista, ainda hoje hegemônico.

Para cumprir este objetivo é que selecionamos, para uma análise sócio-histórica comparativa sintética, dois de seus estudos. Começamos com *A integração do negro na sociedade de classes* (Fernandes, 2008a; 2008b), obra com a qual Florestan, o fundador dessa escola, se torna catedrático da USP, em 1965, promovendo a desconstrução do mito da democracia racial brasileira e combatendo as explicações culturalistas sobre a formação do “caráter” nacional. Demonstrando, com ela, que a dita “não-integração” do negro na nossa sociedade de classes devia-se, entre outros fatores, à pauperização decorrente das dificuldades de sua inclusão no mercado de trabalho livre em formação, o que permitiu a continuidade das indignas condições de vida herdadas do regime escravagista.

A seguir, abordaremos os aspectos principais de outro clássico: *Homens livres na ordem escravocrata*, de autoria de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997). Publicada em 1969, mas produto de sua tese doutoral em Ciências Sociais na USP, defendida em 1964, orientada por Florestan, a obra em foco dá um tratamento “heterodoxo” ao fenômeno do convívio entre o “atrasado” e o “moderno” no processo de formação da sociedade brasileira, afastando-se tanto dos “teóricos do subdesenvolvimento” (Piozzi, 1997) quanto dos da “modernização” (Botelho, 2013), que tanto sucesso faziam à época.

Sua resposta à hipótese que nos ajudar a entender melhor os motivos que levaram os homens pobres livres, os que não eram, portanto, nem senhores e nem escravos (Kowarick, 2019), a não assumir o lugar destes últimos nas lavouras de café do Vale do Paraíba, passa pela demonstração de como a “dominação pessoal”, que predominou no Estado e nas práticas de mercado, foi um princípio geral de coordenação das relações sociais no Brasil — mas sem caracterizar ou qualificar, como afirma Botelho (2013, p. 331), “esse tipo de associação moral que ligava homens livres pobres e fazendeiros como marca de uma sociedade tradicional, ou atrasada, ou ainda incompatível com os processos de mudança social e o dinamismo que o capitalismo ia assumindo também entre nós”.

Essas duas obras não resumem a vasta contribuição da Escola Paulista de Sociologia. Mas, para a consecução dos nossos objetivos, as interpretações que fazem, respectivamente, das condições de vida dos escravos e dos homens pobres livres — em conjunto com os imigrantes pobres europeus, outro contingente populacional que será foco de análise de outras obras desta mesma escola — fornecem pistas para entendermos a constituição da sociabilidade do “homem comum” brasileiro, que se caracteriza, especialmente, por sua persistente capacidade de postergação da ascensão social coletiva — geratriz, segundo Martins (2018, p. 10), de uma

sociedade que permanece conformista e despolitizada, justamente porque tem a capacidade de reconstituir, permanentemente, formas novas e indignas de relações de trabalho congêneres.

### A (des)integração do negro brasileiro

As preocupações de Florestan sobre as chamadas “questões étnico-raciais” se inauguram com seus estudos sobre o folclore paulistano, ainda quando aluno de Ciências Sociais da USP, no final dos anos 1940. Um tema afinado com sua história de menino oriundo do lumpesinato, naquela que se tornaria a mais importante metrópole brasileira: a cidade de São Paulo. Em suma, os estudos do jovem pesquisador sobre as trocinhas, provérbios, jogos de salão, cantigas de piquenique, superstições, ditos e frases feitas, rodas, parlendas e pegas infantis dos desenraizados paulistanos são prova de sua “projeção endopática” com aquela forma de infância que, de alguma maneira, era a sua própria (Fernandes, 2003, p. XXI).

No conjunto desses estudos, é que se encontram seus escritos pioneiros sobre o que futuramente ele vai denominar de “dilema racial brasileiro”. Dessa primeira leva, destacam-se três artigos sobre o negro na tradição oral, que ele publica pelas páginas do *Estado de S. Paulo*, e, ainda, a produção de biografias de pais de santo negros, tal como a que fez sobre João de Camargo, fundador, em Sorocaba, interior de São Paulo, da Igreja Nosso Senhor do Bom Jesus da Água Vermelha. Esses estudos sobre o sincretismo religioso foram encomendados pelo professor Roger Bastide, sociólogo e antropólogo francês com o qual Florestan irá compartilhar, a seguir, num trabalho para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o desafio de compreender a dinâmica do que se acreditava ser os fundamentos da “democracia racial brasileira”.

O *Projeto UNESCO*, como ficou conhecido, foi um conjunto de pesquisas realizado no início dos anos 1950, em algumas regiões do país, com o intuito de apresentar ao mundo uma experiência de interação racial tida, naquele momento, como bem-sucedida. Tal projeto toma forma quando o antropólogo Alfred Métraux assume o recém-criado Setor de Relações Raciais do Departamento de Ciências Sociais do respectivo organismo multilateral, escolhendo Ruy Coelho, outro uspiano, para coordenador geral da iniciativa. É este que, por sua vez, convida Bastide para dirigir a pesquisa em São Paulo. Florestan, orientando de Bastide, resiste inicialmente devido ao seu interesse em terminar os estudos de pós-graduação. Mas, comovido pelo pedido do mestre, e tocado pelas suas vivências no subúrbio paulistano, onde teve contato com “as condições reais de vida do negro entre nós” (Fernandes, 1995, citado em Maio, 1997, p. 176), acaba se envolvendo. Os primeiros

resultados são apresentados no texto *Relações Raciais entre Brancos e Negros em São Paulo*, em 1955. Mais tarde o trabalho seria republicado com o título *Brancos e Negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana* (Fernandes & Bastide, 1971).

O primeiro impacto causado pela obra foi o conjunto de inovações metodológicas criadas por Florestan para realizar a pesquisa, começando, salienta Heloísa Martins (2004, p. 292), o fato de ter, “pela primeira vez” na USP, levado os pesquisados para o interior da respectiva instituição. Os debates com líderes e representantes dos movimentos negros de São Paulo foram realizados em três níveis: um grupo maior se reunia mensalmente; outro, constituído de mulheres negras, quinzenalmente; e, por fim, um grupo específico de intelectuais negros mantinha encontros semanais com os pesquisadores<sup>1</sup>.

De acordo com Florestan (1989, citado em Soares et al., 2002, p. 38), “o alvo cognitivo maior não era reproduzir as situações grupais como ‘situações de laboratório’. Ele consistia em reproduzir o concreto a partir das experiências humanas observadas”, dando ênfase, portanto, aos aspectos mais densos da vida cotidiana — tal como sugere Monsma (2016) para estudos deste tipo. A explicação desta realidade histórica se complementava com “uma abordagem interdisciplinar que tinha como premissa a fusão das dimensões micro e macro da economia, da personalidade, da cultura e da sociedade” (Fernandes, 1989, citado em Soares et al., 2002, p. 38). Questionários, entrevistas ocasionais, entrevistas formais, biografias e histórias de vida foram as técnicas de pesquisa utilizadas para se ter acesso às manifestações raciais da população — incluindo, além dos grupos negros citados, gente da população branca, de famílias tradicionais e imigrantes, e dos setores industrial, serviços e comércio. Esse arsenal metodológico possibilitou a análise da desagregação da sociedade escravagista e a formação da sociedade de classes, tendo em vista as contradições presentes na organização social e cultural, “evidenciando-se de que maneira a assimetria presente nas relações raciais do passado foi reabsorvida e redefinida ‘sob a égide do trabalho livre e das novas condições histórico-sociais’” (Soares et al., 2002, p. 38).

Pelos primeiros resultados, as pesquisas de Bastide e Florestan foram tomadas como uma tentativa de “introdução” do problema racial no Brasil — como se a culpa fosse dos pesquisadores, não da situação específica analisada. Em suma, o *Projeto UNESCO*, ao invés de encontrar soluções para os problemas raciais, acabou por identificar uma forma bem específica de preconceito e discriminação. O Brasil,

---

1 Sobre o tema, conferir o estudo de Campos (2014), que destaca as estratégias de interação metodológica entre Florestan Fernandes e os intelectuais e membros dos círculos sociais negros de São Paulo.

como “laboratório”, apresentou situação oposta à idílica idéia de que o seu modelo de escravidão teria sido “mais humano” do que outros. E, mais importante que isso, suas conseqüências estavam longe de confirmar o mito da democracia racial que havia sido propagado por estudos anteriores, especialmente os do sociólogo Gilberto Freyre (Bastos, 1987).

O *Projeto UNESCO* teve outros desdobramentos, dada a participação de diversos importantes pesquisadores, tal como a de Oracy Nogueira (2006), criador da distinção entre o *preconceito de marca*, existente no Brasil, e o *preconceito de origem*, vigente nos Estados Unidos. Mas, no caso específico de Florestan, o ponto culminante será o aproveitamento dos dados colhidos para a elaboração da tese — *A integração do negro na sociedade de classes* — com a qual ele se torna professor titular da universidade que lhe formou. Nesse documento, fica mais explícita a sua recusa da perspectiva conservadora sobre a questão racial no Brasil, mesmo se considerarmos que seu foco de análise é São Paulo, o maior centro urbano tipicamente burguês do país. Nesse espaço atravessado por relações sociais modernas, o negro livre, em sua maioria, acabou por se apegar a condições sociais de existência não tipicamente capitalistas — sofrendo, assim, o drama de sua “desintegração” à sociedade de classes nascente, devido à ausência de um processo de ressocialização para enfrentar a nova ordem estabelecida.

A mutação de uma cidade de matriz rural (com a prevalência do sentido comunitário, coletivo e tradicional) para uma de matriz urbana (individualista e com base na ordem social competitiva) tornou a condição de vida dos antigos escravos e descendentes ainda mais adversa — o que acabou por se agravar com a política oficial de apoio à imigração estrangeira. Sem essa ressocialização, a ordem inclusiva é resistida a partir de elementos morais, acarretando na descrença do sistema contratual e proporcionando uma percepção do trabalho sob critérios ainda não-capitalistas — o que faz com que o maior contingente de negros fique à margem da estrutura sócio-econômica em ebulição. A ordem social competitiva acaba sendo invadida por formas de vida e hábitos patrimonialistas, o que torna a democratização das relações sociais lenta e rarefeita, especialmente pela concentração dos instrumentos de ascensão social nas classes dominantes. As táticas de luta dos ex-escravos, nessas condições, passam por tentativas de definição de um espaço social que parece à margem da sociedade inclusiva. Vive-se um círculo vicioso em que as suas novas atividades se restringem a atividades similares ao do antigo regime — sem contar com o abrigo dos velhos costumes, dada a crise de sua herança cultural.

O meio negro, sozinho e isolado, reforça e recria fórmulas de ajustamento com raízes passadistas, promovendo o bloqueio de sua ressocialização pela falta

de modernização do estoque de idéias, comportamentos e valores nas áreas mais vitais e dinâmicas do processo de urbanização. Enquanto isso, os brancos alargam a distância em relação aos novamente excluídos.

O negro muda em função de uma história que não é a dele, mas a do branco. O homem de cor é, de modo geral, um homem dividido, dilacerado. Socializado no seio da cultura dominante do branco, ele aprende desde pequeno a internalizar os modelos, os valores, os ideais dos brancos. Sofre um processo de embranquecimento psíquico compulsório: “existe nele um brancor”; “ele deveria ser uma coisa, e ele é outra”. (Lépine, 1987, p. 134)

A prova, afirma Bastos (1987, p. 148), de que o mito da democracia racial é uma formulação equivocada e hipócrita, baseada na ilusão de que a ordem social competitiva, em solo tupiniquim, está aberta a todos — forjando a crença de que há um paralelismo “entre a estrutura social e a estrutura racial da sociedade brasileira”.

Não se trata de uma formulação sem sentido. Serve a uma constelação de interesses, entre os quais isentar as elites de culpas e evitar a realização efetiva da integração racial democrática. É a forma pela qual as elites exorcizam a ameaça dos movimentos sociais. (Bastos, 1987, p. 148)

A limitação que Florestan vê nos movimentos sociais negros não significa que ele tenha sido “pouco sensível” à presença política das massas. Segundo Arruda (1996, p. 199), o sociólogo reconhece que “o protesto negro, muito embora não fosse suficientemente forte para superar as desigualdades raciais”, representava potencialmente “a construção de uma nova era histórica na qual os herdeiros do cativo começam a afirmar-se como homens livres e cidadãos”.

Monsma (2016, p. 24) registra que muitos analistas discordam da “afirmação” de Florestan de que a escravidão, para além do legado racista, deixou entre os negros traços de anomia, indisciplina e irresponsabilidade que acarretaram na incapacidade de competir com os imigrantes no mercado de trabalho “livre” em formação, assim como uma baixa capacidade de resistência ou rebelião ao conjunto das situações de opressão e, por fim, com poucas condições de estipular boas negociações coletivas de superação das situações indignas de existência humanitária. Ora, levando em conta que Florestan, como exímio sociólogo, descartava toda e qualquer explicação “genética” ou racial para tais desvantagens, o próprio Monsma (2016, p. 28-29) vai demonstrar que, justamente, foram três os fatores que possibilitaram a “persistência da dominação [e do *habitus*] racial” entre nós, se aproveitando do que ele chama, senão de “anomia”, mas de “certas vulnerabilidades da população negra”, se comparadas, por exemplo, com a situação dos imigrantes europeus: i) a inexistência de uma

elite negra capaz de reverter os estereótipos negativos deste contingente; *ii*) a ausência de redes sociais densas que pudessem impulsionar ações institucionais (jornais, escolas e associações, etc.) direcionadas e em defesa de suas famílias e comunidades étnicas; *iii*) a constituição de representações e rotinas racializadas, configuradoras de um *habitus racial* de grande resistência à continuidade de relações de subordinação aos antigos senhores, algo plenamente compreensível frente à memória recente dos muitos anos de aviltamento — o que não acontecia com a leva de imigrantes europeus, que vinham, inclusive, bastante seduzidos com a ilusão de “fazer a América”, prontos, em sua grande parte, para aceitar condições não tão dignas assim de trabalho e subsistência.

Do nosso ponto de vista, rejeitando a hipótese de que Florestan teria reforçado “de certa forma” o estereótipo do “negro vagabundo” (Monsma, 2016, p. 106), tais fatos apenas evidenciam que o sociólogo, apesar de sempre comprometido com algum tipo de programa socialista em termos políticos e sociais, não se permitiu, na sua pesquisa, uma leitura idealista sobre as possibilidades concretas dos que sofrem as conseqüências perversas de um determinado modo de produzir e viver. E, o mais importante, é que mesmo sob uma análise pessimista ele acabou por salienta o “poder que os grupos possuem, através da educação, da conscientização e da atuação política, de modificar a orientação da evolução das estruturas sociais e de dirigir o seu próprio destino” (Lépine, 1987, p. 137).

Enfim, se o inconformismo negro não teve como vencer, ele não pôde e nem pode dar como acabado. Para Florestan, lembra Gabriel Cohn (2000, p. 399), a validade de um movimento social não se mede pelo êxito em viabilizar os alvos perseguidos; mas pelo seu vigor combativo, especialmente quando capaz de oxigenar as condições concretas de opressão numa sociedade determinada.

Sob os olhos impassíveis, perplexos ou hostis dos “brancos”, ergueu-se o “protesto negro”, como o “clarim da alvorada”, inscrevendo nos fatos históricos da cidade [de São Paulo] os pródromos da *Segunda Abolição*. [...] Arrogando-se a solução de problemas ignorados ou descuidados pelas elites no poder, o negro e o mulato chamaram a si duas tarefas históricas: de desencadear no Brasil a modernização do sistema de relações sociais; e de provar, praticamente, que os homens precisam se identificar, de maneira íntegra e consciente, com os valores que encarnam a ordem legal escolhida. (Fernandes, 2008b, pp. 09-10)

Finalizamos esta reflexão afirmando que a questão étnico-racial na obra de Florestan, ainda que sob o enfoque não explicitamente materialista e dialético, não estava descolada da questão classista — já que aquela, no caso brasileiro, segundo o sociólogo, é a base fulcral da negação da “questão social” pela burguesia ascendente.

Esta, para impor seu projeto político, deita suas raízes em alianças com os setores tradicionais, bebendo de seus valores, de suas práticas e de suas idéias — garantindo uma forma de encaminhamento “pelo alto” da transição “modernizadora” que aqui se desenrola. Neste sentido, podemos dizer que os estudos de Florestan sobre o dilema racial brasileiro integram um conjunto de reflexões sobre os limites da ordem social competitiva instalada no país, que logo a seguir vão culminar na sua obra seminal: *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (Fernandes, 1975).

Vale lembrar, ainda, que os estudos iniciados com o *Projeto UNESCO*, consolidados com a publicação de *A integração do negro na sociedade de classes*, fez com que Florestan despontasse como um eminente intelectual público, aproveitando essa experiência para impulsionar o seu trabalho junto à cadeira de Sociologia I na USP, estimulando o surgimento e a consolidação da chamada Escola Paulista de Sociologia, da qual saíram intelectuais de renome das ciências sociais brasileira, tais como Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. Estes, inclusive, com obras marcantes no campo das investigações sobre as relações étnico-raciais (Cardoso, 1977; Ianni, 2004). E é integrado a este cenário intelectual que desponta a pesquisa de Carvalho Franco, trazendo novos elementos reflexivos para o entendimento das relações sociais matriciais brasileiras<sup>2</sup>.

### Para além da casa-grande e senzala

O escravo aparecerá tratado, no decorrer deste livro, apenas de maneira circunstancial. Entretanto, ele existiu como “presença ausente”, mas constante e pesada, no mundo dos homens livres que procurarei reconstituir. A ele esteve ligado não só o destino de seus proprietários, como também toda a sorte de homens livres e pobres, o que me obriga a pelo menos propor um ponto de vista sobre o lugar e o significado da escravidão na sociedade colonial. (Franco, 1997, p. 9)

Desta forma, quase que pedindo desculpas, é que Franco (1997) inicia a apresentação de sua pesquisa sobre *Homens livres na ordem escravocrata* — originalmente denominada *Homens livres na velha civilização do café*, tese de doutoramento em Ciências Sociais pela USP, defendida em 1964, com banca formada pelo orientador Florestan Fernandes, além dos pesquisadores Antonio Candido, Sérgio Buarque

---

2 Ressalta-se que esse processo de surgimento, conformação e consolidação da chamada Escola Paulista de Sociologia não se deu de forma contínua, sem disputas e rupturas. Além de sua gênese ter sido marcada pela própria busca da USP em se diferenciar de outras escolas sociológicas que se institucionalizavam no Brasil, o ambiente interno também foi marcado por divergências interpretativas sobre o processo de formação social do país. Sobre estas questões, conferir Pulici (2008).

de Holanda, Octavio Ianni e Francisco Iglesias. Segundo Arruda (1994), a obra de Maria Sylvia está integrada a uma vertente de investigação que, a partir da década de 1950, se inaugura na USP: os estudos sobre relações raciais, a partir do projeto, já citado, de Roger Bastide e Florestan Fernandes.

A tendência fundamental da análise reside na inserção do preconceito e das relações desencadeadas pelo fenômeno na estrutura social. Os autores orientam as suas reflexões, no interior da consideração de situações sociais propícias à emergência do preconceito. Em torno do tema do negro, Florestan Fernandes dirige pesquisas importantes, voltadas ao estudo das relações raciais, na gênese e desenvolvimento da sociedade brasileira. (Arruda, 1994, p. 319)

Nesse campo, além da obra de Franco, estão: o doutoramento de Fernando Henrique Cardoso (*Formação e desintegração da sociedade de castas: o negro na ordem escravocrata do Rio Grande do Sul*), em 1961; e o de Octavio Ianni (*O negro na sociedade de classes*), no mesmo ano. Spirandelli (2008, p. 159) afirma, entretanto, que a obra em questão marca a ruptura da *aluna* com o *orientador*, apontando como principal motivo as divergências de interpretação quanto ao significado da escravidão no Brasil: com a primeira tomando o fenômeno pela sua dimensão sociológica dentro de uma “formação social” complexa; e o segundo como um “modo de produção” específico que teria estruturado, *per si*, a sociedade brasileira. Ou seja, não desconsiderando a importância da escravidão como fato sociológico explicativo do processo histórico de formação do país; mas o tomando como fenômeno subordinado, ainda que peculiar, ao fenômeno de integração do Brasil à sociedade de classes internacional em formação.

Botelho (2013) corrobora a hipótese, afirmando que a “sociologia política” de Franco pode, sim, ser tomada como uma forte crítica às premissas dos trabalhos desenvolvidos na cadeira de Sociologia I, sob a responsabilidade de Florestan Fernandes. Para o fundador e parte dos seguidores da Escola Paulista, “a escravidão constituiria uma instituição essencial que articularia a totalidade da sociedade brasileira”, o que faz com que a questão racial se torne “o objeto privilegiado para a compreensão das condições históricas e sociais de formação do povo” brasileiro. Já para a rebelde discípula, “a escravidão seria antes parte de um sistema socioeconômico mais amplo”, obrigando, portanto, que a ênfase analítica recaia sobre as formas sociais assumidas pela grande propriedade fundiária no Brasil, com seu caráter autárquico, somado ao fato de existirem dentro de si imensas áreas ociosas e, por fim, sua ligação com a produção agrário-exportadora (Botelho, 2013, p. 338).

Não que Franco minimizasse a importância da escravidão, nem mesmo para a configuração da população “livre”, que era o seu objeto. Mas ao enfatizar a “questão

fundiária”, a autora afirmava que a história da formação da sociabilidade brasileira passava pela compreensão da presença simultânea, no interior dos latifúndios, da produção da monocultura escravista para o exterior, da produção de subsistência e, ainda, da própria produção para o mercado interno — que seriam, enfim, “práticas constitutivas” simultâneas e recíprocas (Botelho, 2013, p. 339).

Segundo Franco (2011, p. 170), foi após uma frustrada “pesquisa de campo”, sobre uma determinada comunidade do interior de São Paulo, que ela percebeu que as “chamadas relações comunitárias, de parentesco, de vizinhança ou de trabalho” tinham pouca validade — teórica e empírica — para uma efetiva “reconstituição histórica da vida caipira”.

Nos arquivos, nova surpresa: a violência que os esquemas acadêmicos atribuíam *essencialmente* à escravidão [...] revelava-se enraizada em outro solo, mais compreensível, permeando a sociedade como um todo, inclusive as “harmoniosas” comunidades. Pouco a pouco o quadro foi tomando forma e o recurso ao regime escravista [...] foi se determinando no interior do sistema capitalista, não como elemento justaposto pela atividade mercantil, mas como recurso rápido e plástico para suprir as necessidades de organização do trabalho postas pelas novas articulantes da produção e da circulação de mercadorias. (Franco, 2011, p. 170)

Ficou configurado, assim, o interesse da autora pelo mundo rural, com a sua disposição para enfrentar “os complicados problemas da estrutura agrária” na história brasileira, com vistas a elucidar as condições sociais que presidiram à constituição do “trabalhador rural” como tipo humano, expondo as pressões que tornariam difícil sua integração na sociedade como um sujeito autônomo. Vem daí a sua percepção e definição de “homens livres e expropriados”, não integrados à produção mercantil, mas a ela articulada.

A constituição desse tipo humano prende-se à forma como se organizou a ocupação do solo, concedido em grandes extensões e visando culturas onerosas. Dada a amplitude das áreas apropriadas e os limites impostos à sua exploração pelo próprio custo das plantações, decorreu uma grande ociosidade das áreas incorporadas aos patrimônios privados, podendo, sem prejuízo econômico, ser cedidas para uso de outro. Esta situação — a propriedade de grandes extensões ocupadas parcialmente pela agricultura mercantil realizada por escravos — possibilitou e consolidou a existência de homens destituídos da propriedade dos meios de produção, mas não de sua posse [...]. Assim, numa sociedade em que há concentração dos meios de produção, onde vagarosa, mas progressivamente, aumentam os mercados, paralelamente forma-se um conjunto de homens livres e expropriados que não conheceram os rigores do trabalho forçado e não se proletarizaram. (Franco, 1997, p. 14)

Formou-se o que Franco (1997, p. 14) chamou de “ralé”, um contingente de pessoas que vagou e cresceu durante quatro séculos por estas bandas: “homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade”. Apesar disso, de estarem apartados da produção mercantil, “este setor localizou-os na estrutura social e definiu o seu destino” (Franco, 1997, p. 15). Eis, portanto, o sentido de nossa “modernidade”, capitalista, sim, mas com acentuada peculiaridade nas suas singulares relações de dominação e de produção. Uma sociedade de “classes”, mas com uma dinâmica particular – cuja definição do objeto e o plano do livro pretendiam desvendar.

O recorte da pesquisa recai sobre o Vale do Paraíba, nas áreas de ebulição da produção cafeeira no século XIX, em territórios que abrangem dois dos mais importantes estados brasileiros: Rio de Janeiro e São Paulo. Centralizou-se, especificamente, na cidade de Guaratinguetá e adjacências, com vistas a apanhar “o momento em que atingia seu ponto alto a criatividade contida na organização agrária ‘colonial’” (Franco, 1997, p. 17). Segundo Botelho (2013, p. 342), os homens livres e pobres de Franco “ganham inteligibilidade sociológica no âmbito da dominação marcada por relações diretas, pessoais e violentas, que formam uma rede de contraprestações de toda sorte de serviços prestados e favores recebidos”. A autora demonstra que a violência própria das relações de dominação pessoal constitui, por complementaridade, as relações de solidariedade social internas dos grupos sociais analisados, colocando em cheque, inclusive, as próprias manifestações supostas de solidariedade social, tais como os “mutirões”, tidos como uma forma “caipira” cooperativa de trabalho.

Segundo Franco (1997, p. 27), essa violência é cotidiana e atravessa “os setores menos regulamentados da vida, como as relações lúdicas, e projetando-se até a codificação dos valores fundamentais da cultura” – lembrando os aspectos “anômicos” que Florestan identificou na herança comportamental dos negros.

Deve-se considerar que o povoamento do interior fez-se pela disseminação de pequenos grupos esparsos em um amplo território e que a grande disponibilidade de terras férteis e a riqueza das fontes naturais de suprimento, aliadas à pobreza das técnicas de produção, definiram um modo de vida seminômade, baseado numa agricultura itinerante cujos produtos eram suplementados pela caça, pesca e coleta. Pode-se dizer que, ao longo de sua história, esses grupos só tiveram reforçada essa grande instabilidade. Até o presente, observa-se que a mobilidade lhes aparece como o único recurso contra condições adversas de existência: problemas com o patrão, salário baixo, trabalho insalubre, desavenças, desgostos resolvem-se ainda hoje com transferência de domicílio. (Franco, 1997, p. 31-32)

Como identifica Botelho (2013, p. 342), a análise de Franco “dá atenção especial ao sentido sociológico das componentes sociais intersubjetivas presentes nas relações

de dominação política pessoalizadas”, mas com profunda articulação com as condições de vida material e simbólica vividas por este contingente populacional. Um dos motivos para essa situação de “espantosa pobreza” cultural estaria nas formas que se organizaram a produção “colonial”, que resultaram, para este grupo social, numa divisão do trabalho flexível, instável e insegura — que já não era compatível com uma solidariedade de tipo mecânica, tais como existentes nas sociedades ditas mais “simples”, mas também com baixíssimo nível de organicidade interna, em curto prazo, e alta dependência das crises dos fluxos externos da economia mundial, em longo prazo.

Uma economia desse tipo, afirma Franco (1997, p. 33), baseada em tarefas simples e rotineiras, que são dominadas, potencialmente, por todos os membros do grupo, devido à necessidade de um mínimo de eficiência estabelecida socialmente, voltada, portanto, às condições básicas e imediatas de sobrevivência, “não sustenta formas de especialização e estratificação social”, resultando num alto grau de mobilidade e numa estrutura social indiferenciada. Mas, como já dito, esta foi uma “marginalidade” constituída, eis o paradoxo da sociabilidade deste contingente de brasileiros, a partir da relação com um mundo que lhe era exterior. Basta lembrar, afirma Maria Sylvia (1997, p. 34), “que o soldado, o padre, a autoridade pública estiveram sempre referidos a instituições alheias ao mundo caipira”.

Desse processo, um dos resultados foi o fortalecimento do estigma de “preguiçoso”, já que para os olhares externos havia um grande “desperdício da força de trabalho” de um grupo que abrangia 2/3 da população no início do século XIX. Já vimos que Franco não nega que essa condição de vida, voltada aos “mínimos vitais”, como identificou Candido (2010), tinha ligações com um mundo que lhe era paralelo. Mas ressalva que a regularidade de aproveitamento dos chamados “homens pobres livres e sem posses” foi rarefeita, voltada a tarefas de grande risco aos fazendeiros (derrubada de florestas, criação de gado e, entre outras, funções de tropeiro e carreiro), e que não podiam, por motivos óbvios (possibilidade de fuga e rebelião), serem delegadas aos escravos.

Entre os efeitos dessa dinâmica de relações sociais, a autora vai apontar duas características marcantes da vida caipira: a “violência” como prática costumeira de resolução de conflitos entre os próprios, não sendo incomum mesmo “no curso de brincadeiras”; e, por complemento, a aceitação da “dominação pessoal”, sustentada por relações de contraprestação entre eles, mas especialmente com os “de cima”, devido a uma aparente situação de “indistinção social” corroborada pelo “estilo de vida” simples e rústico, decorrente de uma situação generalizada de penúria material naquela região. De um lado, portanto, o conflito violento tornando-se inerente à dinâmica da própria situação de trabalho e da vida cotidiana. De

outro, a configuração e a perpetuação das relações de dependência com os estratos superiores, que aparentam mais como uma “inclinação de vontades” e “harmonia” do que como imposição “do mais forte sobre o mais fraco” — fazendo com que as tensões comuns nestas relações permaneçam ocultas, com raras “possibilidades de emergirem à consciência dos dominados” (Franco, 1997, p. 95).

Neste ponto, Maria Sylvia faz uma interessante observação sobre como “este tipo de dominação pode exterminar a vontade do homem a ele submetido e reduzi-lo à inércia”, sendo um tipo de condição alienada, potencial e simbolicamente, mais profunda do que a própria escravidão.

Na propriedade servil, embora o escravo seja transformado em *coisa* e a extinção de sua consciência vá ao limite da autonegação como pessoa, existem marcas violentas que denunciam a opressão que sobre ele pesa e na medida possibilitam pelo menos um “vago desejo de liberdade”, “uma mera necessidade subjetiva de afirmação que não encontra condições de realizar-se concretamente”. Liberdade impossível mas pelo menos desejada, o que devolve ao escravo, embora apenas como projeção individual, um sentido de humanidade. Para aquele que se encontra submetido ao domínio pessoal, inexistem marcas objetivadas do sistema de constrictões a que sua existência está confinada: seu mundo é formalmente livre. Não é possível a descoberta de que sua vontade está presa à do superior, pois o processo de sujeição tem lugar como se fosse natural e espontâneo. (Franco, 1997, p. 95)

Diminuem-se as possibilidades de autoconsciência, já que estão dissolvidas na vida social as referências da quais ela poderia se constituir. Um exemplo dessa dissolução acontece nas relações de parentesco entre os homens livres pobres, fenômeno que se contrapõe, mas também se articula, com “o padrão de organização da família tradicional brasileira”, vigente nas camadas mais altas da sociedade, até o final do século XIX. Nesse período, este padrão, de caráter “patriarcal”, apresentou uma estrutura dupla: “um núcleo legal, composto do casal e seus filhos legítimos, e a periferia, constituída por toda sorte de servidores e dependentes” (Franco, 1997, p. 44). Não vigia, nessas relações, uma identidade efetivamente afetiva, mas sim vínculos definidos por situações de interesse, com vistas à preservação e ao equilíbrio familiar no núcleo central, que visavam, por complemento, à unificação dos controles sociais cuja legitimidade se baseava na dupla face da sociedade brasileira em formação: “o lar e a empresa, amálgama de que se fez a grande propriedade fundiária” (Franco, 1997, p. 45), a alma *mater* de nossa sociabilidade colonial, mais do que, desse ponto de vista, a relação entre a casa grande e a senzala (Freyre, 2019).

Na camada livre e sem posses, a família não se organizou para a realização das funções sociais apontadas para os estratos dominantes. A inexistência de propriedade

econômica relevante, a impossibilidade de participação no poder político, isto é, a marginalização em face da sociedade global, excluem evidentemente essa suposição. Se os amplos sistemas de parentesco tiveram por fundamento, no Brasil, a manutenção do poder, não há sequer plausibilidade em presumir a existência de formações análogas nos grupos socialmente dominados. Não obstante, a organização familiar nessas camadas inferiores inclui vários caracteres do tipo patriarcal, transferidos do modelo oferecido pelas camadas altas. (Franco, 1997, p. 45)

Eis aí uma definição plausível, avançada por José de Souza Martins em entrevista à *Pesquisa FAPESP*, para o que Florestan havia identificado como situação de “anomia” dos indivíduos, famílias e coletividades negras, entendida aqui pela metáfora durkheimiana sobre as situações em “que as pessoas estão vivendo socialmente, mas não sabem bem como estão vivendo, não conhecem as normas e os valores da sociedade que se desenvolve” (de Oliveira & Moura, 2008, p. 10). Ainda que, no caso de Franco, a referência seja feita em relação às famílias dos “homens pobres livres” do período escravocrata, mas que também, de alguma forma, pode ser utilizada para a compreensão do conjunto das famílias pobres (pretas, brancas ou mestiças) do período pós-abolição, que neste ensaio defino como “homens comuns” brasileiros.

Mas o que nos interessa, neste momento, é compreender o efeito dessa obnubilação da autoconsciência na vida dos homens pobres livres que viviam sob uma efetiva “dominação pessoal” durante o regime escravocrata, o foco de investigação da socióloga paulista.

Plenamente desenvolvida, a dominação pessoal transforma aquele que a sofre numa *criatura domesticada*: proteção e benevolência lhe são concedidas em troca de fidelidade e serviços reflexos. Assim, para aquele que está preso ao poder pessoal se define um destino imóvel, que se fecha insensivelmente no conformismo. (Franco, 1997, p. 95)

E dessa situação de indigência social — no sentido de seu “caráter prescindível” (diferente da situação do cativo) na estrutura socioeconômica daquele período histórico, o que lhe propiciou uma concepção de si como “imutável e fechada”, “na medida em que as suas necessidades mais elementares dependeram sempre das dádivas de superiores” (Franco, 1997, p. 111) — é que os diversos tipos desse “homem comum” brasileiro em formação (tropeiros, vendeiros, sitiantes, agregados ou camaradas) acabaram por se revelar, na média, em sujeitos sem vontade, com grandes dificuldades de tomar decisões autônomas. Quando muito, apenas de forma episódica, em movimentos messiânicos, “abriu-se para ele a possibilidade de desvendar o mundo do ponto de vista das mudanças que nele pretendia realizar” (Franco, 1997, p. 112-113). Messiânicos, mas não necessariamente “regressivos”.

Expressam, antes, “a organização transitória da população rural justamente com base no modelo oferecido pela ‘civilização’ que sempre existiu paralelamente a ela” (Franco, 1997, p. 112-113).

De toda forma, ainda que com correspondência às necessidades imediatas de existência, baseados numa racionalidade que continha elementos de cálculos que se aproximavam de uma weberiana “atuação racional com relação a fins”, estes movimentos foram incipientes para colaborar na organização de um futuro coletivo que canalizasse positivamente “as energias do caipira” contra um mundo que lhe era bastante desfavorável.

Por tudo isso, a visão crítica da sociedade em que ele não tinha razão de ser — embora estivesse dada como possibilidade — perdeu-se na impossibilidade de querer socialmente alguma coisa. Em tais condições, o caminho do homem pobre foi, o mais das vezes, o de reafirmar sua submissão. Sua inexistência como ser social permitiu uma única escapatória nos momentos em que as forças constrictivas se faziam sentir mais duramente: a revolta de cada indivíduo, solitário em seu desafio à ordem estabelecida, entregue às suas próprias forças para afirmar-se. (Franco, 1997, p. 113)

Existiram tentativas de mudança. Mas este “sujeito de um mundo tosco”, infernal, materialmente pobre, não ia além do imediato vivido, e a transcendência possível se esgotou nos predicados de sua capacidade de organização agressiva, fazendo com que a coragem, em formas violentas, reaparecesse como significado pleno, mas fútil, da vida caipira. Para piorar, essa herança da pobreza foi, paulatinamente, usurpada pela administração pública que iria enriquecer, senão o patrimônio estatal, as autoridades oficiais que utilizavam a influência pessoal para benefício próprio.

Essa mistura entre a coisa pública e os negócios privados fundamenta, sem dúvida a extensão do controle pessoal a todo o patrimônio do Estado. A passagem é rápida: o homem que sustenta com recursos particulares as realizações próprias do governo está subjetivamente pronto para considerar como seu o conjunto de bens públicos confiados à sua guarda. (Franco, 1997, p. 131)

Quem não o faria? Parece perguntar a autora, para responder logo em seguida:

Transformar a autoridade inerente ao cargo em instrumento usado diretamente em proveito próprio é tão da ordem das coisas quanto servir-se da superioridade garantida pela riqueza, pela posição na sociedade ou na política, para pressionar o agente governamental. (Franco, 1997, p. 137)

Como se percebe, a construção do futuro estava presa as peias do passado, tanto no que se refere à sociabilidade do homem comum brasileiro em gestação, quanto às

relações políticas que ensejaram a constituição do chamado “Estado nacional” tupiniquim, no período que vai da ascensão até o início da queda dos barões da cafeicultura.

Assim sendo, embora impostos de fora os novos modelos de organização administrativa e embora tomadas as providências para garanti-los praticamente, criando estímulos e controles da atuação de seus funcionários, não se logrou produzir uma “moralidade” correspondente. Não estavam dadas as condições para isso, não se completando a separação entre pessoal administrativo e meios materiais da Administração. As coisas públicas continuaram a ser usadas *diretamente* pelo grupo no poder e de acordo com o tipo de relações básicas na organização social: a dominação pessoal. (Franco, 1997, p. 140)

Não cabe pormenores sobre os negócios que misturaram “padrões costumeiros” e “práticas capitalistas” que, articulados, acabaram por engendrar uma “especialização bastante rudimentar de exploração” econômica e social, baseada na intensificação da divisão do trabalho social do setor cafeeiro. E que teve como resultado um lento processo de diversificação, até hoje ainda não tão ampliado e desenvolvido, de produção das nossas riquezas nacionais. Vale apenas ressaltar que a derrocada dos fazendeiros da “civilização” do café — que teve como motivação não, necessariamente, o “apego irracional” de sua mentalidade ao rotineiro e ao tradicional, mas justamente, à sua “esperança irracional” nas inovações — não deu lugar há algo muito diferente das suas “unidades mercantis de produção” (Franco, 1997, p. 196). Isto significa dizer, que apesar da substituição do trabalho servil pelo trabalho supostamente assalariado, “o patrão de homens livres desempenhou funções análogas” ao regime anterior, salvo apenas um período de “compromisso fugaz entre a *práxis* do fazendeiro”, que tinha de enfrentar o problema de suprimento de mão-de-obra, “e o projeto do imigrante, que também se sujeitou às condições adversas iniciais, a fim de superar a condição que rejeitara ao abandonar seu país de origem e realizar sua independência” (Franco, 1997, p. 201).

Depois, progressivamente, a grande fazenda de café foi regularizada, novamente organizando-se sobre a base de trabalhadores expropriados, com remuneração mais ou menos no nível de subsistência, congregados em atividades centralizadas sob o controle do fazendeiro. (Franco, 1997, p. 201)

Este tipo de “empresa econômica”, baseado num modelo de fazenda na qual o proprietário mantém sob o seu poder todos os meios de produção e trabalho, “diferencia-se radicalmente da forma de exploração capitalista da terra” (Franco, 1997, p. 201). Este sistema, bastante emperrado, devido ao quase nulo estoque de capitais

que produzia, sempre a mercê de intermediários (num primeiro momento ligado ao tráfico negro, depois ao comércio da imigração, ainda que com subsídio estatal), um “dia veio que esse estado de coisas voou pelos ares (Franco, 1997, p. 207). Isto se deu porque a organização econômica e a estrutura social brasileira se ergueram sob “um princípio rígido” de produção de monoculturas sempre dependente e condicionado pelos “mercados mundiais”.

Vê-se, pois, como se definiu para os destinos dessa sociedade uma situação de extrema ambigüidade: de um lado, a própria dinâmica dos processos econômicos a que esteve vinculada impediu a estabilização de uma camada privilegiada [que se renovava, claro, mas num processo de “inapelável decadência”]; de outro, essa estrutura social era inteiramente [abalada pela] falta da plasticidade que seria requerida para a superação das crises mantendo-se a continuidade da ordem social. Para um ajustamento deste tipo, seria necessária uma abertura muito maior dos canais de ascensão sócio-econômica, correlata com uma maior diversificação da própria economia interna. (Franco, 1997, 217)

O resultado disso foi um país de baixíssimo patrimônio cultural, escassa diferenciação social, sob grande desigualdade econômica, e fraquíssima participação política — o que faz Franco (1997, p. 237) afirmar que por aqui “não se completou o processo de constituição de uma sociedade de classes”. Por outro lado, não se pode presumir que nossa autora concorde com uma caracterização do Brasil marcado por uma ordem tipicamente “patrimonial”, com uma respectiva camada senhorial de corte estatal que a tudo e a todos domina — tal como foi qualificada por Cardoso (1977). Na perspectiva da socióloga, o que tivemos foi uma “unidade contraditória” que respondia de modo próprio “às determinações mais gerais da expansão do capitalismo e da construção da sociedade moderna” (Botelho, 2013, p. 354).

O que salta da sociologia-histórica de Franco, afirma Botelho (2013, p. 354), é a “qualificação da historicidade da vida social”, o alerta permanente de que “a interação entre tradição e modernidade constitui, por si só, um problema histórico de pesquisa, e, assim, não poderia ser substituído por qualquer dedução lógica ou ideológica”. Ainda segundo Botelho, outros dois grandes méritos da socióloga foram: realizar uma análise do processo de modernização da sociedade brasileira e latino-americana alternativa às elaboradas pelas diversas tendências então hegemônicas da “sociologia do desenvolvimento”; e, por complemento, realizar uma crítica dos pressupostos teóricos dessas mesmas perspectivas, com destaque para o modo inapropriado com que categorias weberianas foram tomadas a partir de uma perspectiva funcionalista.

## Considerações finais

Em homenagem recente, Arruda (2018, p. 11) localiza a obra de José de Souza Martins no “rol dos mais fecundos e marcantes intelectuais e cientistas sociais brasileiros”, devido aos “atributos revelados nos múltiplos temas, objetos, interesses e ângulos inusitados de interpretação” — uma visão sociológica construída a partir da “margem”, que lhe “permitiu criar um pacto de solidariedade e de sentido com os que se situam nas franjas da vida social”. Pelo que vimos até aqui, essa era, enfim, uma das mais fortes características da própria escola intelectual à qual ele esteve vinculado e que, de alguma forma, é um dos seus continuadores.

Na trilha de investigação proposta, analisando dois clássicos livros da Escola Paulista de Sociologia — *A integração do negro na sociedade de classes* e *O homem livre na sociedade escravocrata* — constatamos que as respectivas visões de Fernandes e Carvalho sobre algumas das condições “infernais” que conformaram a “sociabilidade do homem comum brasileiro”, também podem ser consideradas como parte de uma ciência social “enraizada”, inaugurada por Florestan, que buscou, nas palavras de Frehse (2018, p. 13), “encarar” o Brasil, a partir de São Paulo, “como um laboratório de descobertas sociológicas”, rico de metodologias e de divergências epistêmicas dialógicas. Se como diz Martins, em entrevista recente, “os clássicos devem ser relidos sempre” (Fachin, 2019), os que aqui selecionamos, como esperamos ter demonstrado, trazem subsídios relevantes para nos fazer refletir sobre as articuladas relações sociais pedagógicas — racistas, violentas e, respectivamente, exploradoras — que ainda há entre indivíduo e sociedade nas nadas “edênicas” terras brasileiras. Quem sabe assim encontremos caminhos que nos faça realizar uma terceira e profunda abolição, nos redimindo de todas as anteriores que ficaram no meio da travessia.

## Notas

Por decisão pessoal, o autor do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico.

## Referências

- Arruda, M. A. (1994). A trajetória da pesquisa na Sociologia. *Estudos Avançados*, 8(22), 315-324.  
[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141994000300040&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300040&lng=en&nrm=iso)

- Arruda, M. A. (1996). Dilemas do Brasil moderno: a questão racial na obra de Florestan Fernandes. In M. C. Maio & R. V. Santos (Orgs.), *Raça, ciência e sociedade* (pp. 195-203). FIOCRUZ/CCBB.
- Arruda, M. A. (2018). Uma sociologia da Margem. In F. Frehse (Org.), *A sociologia enraizada de José de Souza Martins* (pp. 9-12). Com-Arte.
- Bastos, É. R. (1987). A questão racial e a revolução burguesa. In M. A. D’Incao (Org.), *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes* (pp. 140-150). Paz e Terra, UNESP.
- Botelho, A. (2013). Teoria e história na sociologia brasileira: a crítica de Maria Sylvania de Carvalho Franco. *Lua Nova*, (90), 331-366.  
[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452013000300012&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452013000300012&lng=en&nrm=iso)
- Campos, A. J. M. (2014). *Interfaces entre sociologia e processo social: a integração do negro na sociedade de classes e a pesquisa Unesco em São Paulo* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas.
- Candido, A. (2010). *Os parceiros do Rio Bonito*. (11ª ed.). Edusp.
- Cardoso, F. H. (1977). *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul* (2ª ed.). Paz e Terra.
- Carvalho, J. M. (1998). O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13(38), 63-79.  
[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69091998000300004&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300004&lng=en&nrm=iso)
- Cohn, G. (2000). Florestan Fernandes: A Integração do Negro na Sociedade de Classes. In L. D. Mota (Org.), *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos* (Vol. 2, pp. 387-402). Senac.
- de Oliveira, M., & Moura, M. (2008, maio). José de Souza Martins: A sociologia que examina as margens, os sonhos e a esperança. *Pesquisa FAPESP*, 147, pp. 8-15.
- Fachin, P. (2019, 09 de setembro). Os sociólogos distraídos e a invasão ideológica nas Ciências Sociais. Entrevista especial com José de Souza Martins. *Revista IHU-On line*.  
<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/592388-ossociologos-distraidos-os-e-a-invasao-ideologica-nas-ciencias-sociais-entrevista-especialcom-jose-de-souza-martins>
- Fernandes, F. (1975). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Zahar Editores.
- Fernandes, F. (2003). *O folclore em questão* (2ª ed.). Martins Fontes.
- Fernandes, F. (2008a). *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”* (5ª ed., Vol. 1). Globo.
- Fernandes, F. (2008b). *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era* (Vol. 2). Globo.
- Fernandes, F., & Bastide, R. (1971). *Branco e negro em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana* (3ª ed.). Companhia Editora Nacional.

- Franco, M. S. C. (1997). *Homens livres na ordem escravocrata* (4ª ed.). Fundação Editora Unesp.
- Franco, M. S. C. (2011). Entrevista com Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Trans/Form/Ação*, 34(especial), 167-177.  
[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31732011000300007&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732011000300007&lng=en&nrm=iso)
- Frehse, F. (2018). Uma “festchrift” sociológica enraizada. In Frehse, F. (Org.), *A sociologia enraizada de José de Souza Martins* (pp. 13-18). Com-Arte.
- Freyre, G. (2019). *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Global.
- Holanda, S. B. (2000). *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Brasiliense e Publifolha.
- Ianni, O. (2004). *Raça e classes sociais no Brasil*. Brasiliense.
- Kowarick, L. (2019). *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. Editora 34.
- Lépine, C. (1987). A imagem do negro brasileiro. In M. A. D’Incao (Org.), *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes* (pp. 129-139). Paz e Terra, UNESP.
- Maió, M. C. (1997). *A história do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil* (Tese de Doutorado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro -IUPERJ.
- Martins, H. H. T. de S. (2004). Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, 30(2) 289-300.
- Martins, J. S. (1998). *Florestan: sociologia e consciência social no Brasil*. EDUSP.
- Martins, J. S. (2018). *Moleque de fábrica: uma arqueologia da memória social*. Ateliê Editorial.
- Monsma, K. M. (2016). *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*. EdUFSCar.
- Nogueira, O. (2006). Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, 19(1), 287-308.
- Piozzi, P. (1997). Orelha do livro. In M. S. C. Franco, *Homens livres na ordem escravocrata* (4ª ed.). Fundação Editora Unesp.
- Pulici, C. (2008). *Entre sociólogos: versões conflitivas da “condição de sociólogo” na USP dos anos 1950-1960*. Edusp/Fapesp.
- Soares, E. V., Braga, M. L. S., & Costa, D. V. A. (2002). O dilema racial brasileiro: de Roger Bastide a Florestan Fernandes ou da explicação teórica à proposição política. *Sociedade e Cultura*, 5(1), 35-52.
- Spirandelli, C. C. (2008). *Trajatórias intelectuais: professoras do Curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969)* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo.

**Data de submissão:** 14/06/2020 | **Data de aceitação:** 26/05/2021



# HÁBITOS E PRÁTICAS ALIMENTARES NA SOCIEDADE PORTUGUESA

## Mudanças e reconfigurações

# HABITS AND EATING PRACTICES IN THE PORTUGUESE SOCIETY

## Reconfigurations and changes

*Luís Carlos S. Branco*

Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas, Centro de Línguas, Literaturas e Culturas.  
Campus Universitário de Santiago, 3810-193 Aveiro, Portugal.  
E-mail: lcrsb@campus.ua.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0726-6560>

**Resumo:** Este artigo dará conta, de modo panorâmico, das dinâmicas e reconfigurações dos hábitos e práticas alimentares dos portugueses, procurando assinalar os contrastes mais significativos entre o Estado Novo e as décadas seguintes, até à contemporaneidade. Para isso, utilizaram-se estudos de índole diversa, integrando-os e unificando-os. Fez-se uma seleção e revisão de literatura, analisando-se e confrontando-se, no texto, os seguintes tópicos: a institucionalização da segurança alimentar, a masculinização do espaço culinário, a alimentação como metáfora identitária e reificação de estatuto social, a gastronomia memorialística, o crescimento da cozinha de origem étnica, entre outros. Em resumo, podemos concluir que houve mudanças muito positivas se compararmos as práticas e hábitos alimentares durante a vigência da ditadura do Estado Novo (1933-1974), onde a pobreza e a falta de alimentos eram problemas preocupantes, com a abundância e variedade do Regime Democrático (1975-2021). Estas mudanças sinalizam também as grandes reconfigurações sociais, entretanto, ocorridas. Porém, existem agora problemas muito sérios, como, por exemplo, o distanciamento do padrão alimentar tradicional português, referente à saudável Dieta Mediterrânica, entre outros.

**Palavras-chave:** hábitos e práticas alimentares, sociedade portuguesa, Estado Novo, contemporaneidade.

**Abstract:** This article gives a panoramic account of the dynamics and changes in the habits and eating practices of the Portuguese society, pointing out the most significant contrasts between the Estado Novo and the following decades, particularly the contemporaneity age. A selection and review of literature was carried out to analyze and confront the following topics: the institutionalization of food security, the masculinization of the culinary space, food as an identity metaphor and reification of social status, memorialistic gastronomy, the growth of cuisine of ethnic origin, among others. In sum, we can conclude that there have been major positive changes if we compare the eating practices and habits in the dictatorship of Estado Novo (1933-1974), where poverty and lack of food was one of the main problems, with the abundance of the Democratic Regimen (1975-2021). These changes signalize also the great social transformations occurred in this country. Nevertheless, there are now very concerning problems, like, for instance, the divergence from the traditional and healthy Mediterranean diet pattern, among others.

**Keywords:** food and eating practices, portuguese society, Estado Novo, contemporaneity.

## Introdução

Repare-se na correlação entre o organismo humano individual e a sociedade em que está inserido e de como esse lugar, o corpo, é um espaço de inscrição social:

O homem está predestinado, ao nível biológico, a construir e habitar um mundo com os outros. Este mundo torna-se para ele a realidade dominante e definitiva. Os seus limites são estabelecidos pela natureza, mas, uma vez construído, este mundo reage sobre a natureza. Na dialética entre a natureza e o mundo social construído, o próprio organismo é transformado. Nessa mesma dialética o homem produz realidade e assim se produz a si mesmo. (Berger & Luckmann, 1996/2010, p. 188)

Um dos objetos de estudo onde essa dialética poderá melhor ser apreendida, pois sinaliza, de modo inequívoco, essa correlação entre o orgânico e social é, sem dúvida, a alimentação. Nesse sentido, este artigo entende o fenómeno alimentar como total. Como é evidente, tal tipo de análise implica interdisciplinaridade e cruzamento de tópicos e resultados. Ou seja, ele só poderá ser entendido se, de facto, se tiver em consideração uma série de outros fatores sociais correlatos à alimentação, como é, por exemplo, o caso da alteração dos hábitos de consumo e compras, no qual são contempladas, por exemplo, as mercearias antigas e as recentes digitalidades alimentares.

Por outro lado, será difícil analisar convenientemente a temática alimentar sem se ter em consideração o quanto ela está implicada no *topos* da identidade nacional e da cultura. José Mattoso entrelaça o papel da História ao da constituição da memória coletiva, como um dos fundamentos da identidade nacional: “a História constitui para a sociedade atual um dos fundamentos mais importantes da memória coletiva, e, por conseguinte, da consciência de identidade” (Mattoso, 2008, p. 103). Ora, nesse sentido, a transformação das práticas alimentares está intrinsecamente relacionada com a questão identitária e, muitas vezes, funciona como reificação dela. Em concomitância, tenhamos também em consideração o que Pierre Bourdieu afirma e que poderemos transpor para os *topoi* alimentares:

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) (...) Os símbolos são os instrumentos, por excelência da “integração social” enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social. (Bourdieu, 1989/2011, p. 6)

Neste contexto, os alimentos são, assim, culturalmente densos e carregados de sentidos, são simbolicamente férteis, o que, para uma análise lúcida, impele a uma

intersecção entre metodologias afetas à Sociologia (análise dataística, por exemplo) e os Estudos Culturais (as premissas do Materialismo Cultural) no sentido de apreender a totalidade desse fenómeno.

Com base nessas premissas, privilegiou-se o cruzamento de dados de tópicos correlacionados com a alimentação, em paralelo com outras mudanças sociais ocorridas (mudanças de teor económico, como o emergir da classe média, ou culturais, como a revalorização do masculino na sua relação com a cozinha). Optou-se também pela análise no tempo longo, pois, crê-se que, deste modo, são mais nítidas as dinâmicas sociais e mais visíveis as mudanças ocorridas. O tempo que permeia entre o Estado Novo e a contemporaneidade consubstancia o recorte temporal selecionado, pois, deste modo, será possível olhar analiticamente, de modo global e total, para o fenómeno alimentar na sociedade portuguesa e daí retirar conclusões pertinentes.

Nesse sentido, a metodologia utilizada diz respeito, sobretudo, à intersecção de bibliografia selecionada, análise documental e dataística. Assim, cruzando e relacionado documentos, dados e bibliografia, usualmente não analisada em conjunto, será possível obter um retrato da complexificação das mudanças alimentares na sociedade portuguesa, ao longo do tempo recortado, bem como problematizar as questões sobre as quais ela, hoje, se depara nesse âmbito.

Em suma, em vez de um artigo parcelar sobre um determinado tópico, ou subtópico, do fenómeno alimentar, optou-se, desde o início, por um trabalho que analise e dê a ver globalmente esse fenómeno. Tanto quanto se pôde apurar não existem muitos trabalhos com esta matriz totalizante e panorâmica sobre as práticas alimentares portuguesas, pelo que este trabalho poderá acrescentar uma visão própria ao estado da arte já existente e responder a algumas questões prementes sobre o fenómeno alimentar, entre elas, de que modo a alimentação interage, influencia e é influenciada, por outros fatores, como por exemplo, mudanças socioculturais e transformação das mentalidades.

Vejamos melhor alguns destas questões nos pontos seguintes.

### **As materialidades da alimentação e o seu significado**

De algum modo, a alimentação sinaliza a sociedade e o regime político no qual se insere, por isso, este item enfocará as chamadas *materialidades da alimentação*. Ou seja, os modos efetivos e concretos por meio dos quais se consubstanciam as práticas alimentares.

A esse nível, a Revolução de 25 de Abril de 1974, e, depois, a inserção de Portugal no seio da Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, representam dois

momentos de transformação na sociedade portuguesa e, por inerência, no modo como os portugueses se alimentam. São dois marcos históricos, sociais e identitários<sup>1</sup>. A configuração da sociedade no pré e no pós 25 de Abril e antes e depois da entrada na CEE não é certamente a mesma e as mudanças na alimentação são dos primeiros campos socioculturais a dar sinal inequívoco disso. Atente-se que:

Alimentarmo-nos é um ato de cultura. O consumo de alimentos, necessário por razões biológicas, está repleto de significados, de imagens relacionadas com usos, situações e comportamentos coletivamente imaginados que constituem a alimentação em verdadeiro sistema de comunicação codificado de acordo com uma lógica simbólica. Através dessa lógica e através da alimentação, os grupos humanos comunicam a partilha de uma identidade interpretativa da existência. (Silva et al., 2002, p. 1)

Além destes dois momentos marcantes, também a crescente globalização, e a inserção de Portugal nesse movimento, e a explosão do digital, iniciada nos finais do século passado, mas com efetiva instauração no século XXI, são outros aspetos marcantes com profunda influência nos hábitos alimentares dos portugueses. Repare-se que:

Nos últimos cinquenta anos, no Ocidente, a produção industrial, a conservação, o comércio e os transportes influenciaram diretamente a alimentação e a culinária que num relativamente pequeno período de tempo passaram a aprovisionar-se em alimentos estandardizados, parcial ou completamente preparados para o consumo e, em grande parte, derivados de meios sintéticos. A industrialização aumentou a produção alimentar e provocou um incremento dos espaços e momentos em que se come, transformando as sociedades ocidentais em sociedades da abundância. (Silva et al., 2002, p. 1)

Assim, usando uma perspetiva advinda, em parte, do Materialismo Cultural, aliçada nos recursos da Sociologia e da História Contemporânea, pretendo dar, assim, conta, nos pontos seguintes, da reconfiguração das práticas alimentares dos portugueses, desde o Estado Novo até à contemporaneidade.

---

1 António Barreto faz, assim, o balanço da evolução de Portugal em comparação com os seus parceiros europeus: “O sentido geral da evolução demográfica portuguesa foi o de uma aproximação dos padrões europeus conhecidos: envelhecimento, quebra de natalidade, alongamento da esperança de vida, redução da fecundidade, diminuição das dimensões dos agregados familiares, aumento das uniões de facto e dos filhos fora do casamento, acréscimo das famílias monoparentais, crescimento do número de divórcios, etc. O que sobressai no caso português é o facto de todos estes acontecimentos demográficos se terem iniciado, de certo modo, mais tardiamente do que no resto da Europa. Em consequência, foram muito mais rápidas, tendo, em muitos casos, ultrapassado as médias europeias (quebra de natalidade, redução do índice de fecundidade e ritmo de envelhecimento).” (Barreto, 2017, p. 50)

## A institucionalização da segurança alimentar

Ao nível da segurança alimentar, podemos assinalar uma notória melhoria desde o tempo da ditadura até aos nossos dias. Várias inflexões foram marcando esse melhoramento, o que nos permite, hoje, ter um assinalável grau de confiança nos produtos que adquirimos e que ingerimos.

Dois meses antes da Revolução dos Cravos, em fevereiro de 1974, foi criada a DECO (Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor), que, ainda hoje, é uma instituição fundamental para o controle sanitário, a qual os cidadãos podem recorrer, sem custos adicionais. Embora não seja uma agência de controlo alimentar, desempenha um papel de vigilância e alerta assaz importante, no qual os cidadãos parecem confiar e ao qual recorrem amiúde.

Mais tarde, com especial incidência no início do século XXI, foi dado um enorme passo no sentido de instaurar regras de higiene de segurança alimentar na circulação de bens e produtos, nomeadamente no setor retalhista e na restauração. Assim, e, de algum modo, na sequência dos escândalos da BSE (*Bovine Spongiform Encephalopathy*; Encefalopatia Espongiforme Bovina), uma doença que afetou os bovinos, designada também por Doença das Vacas Loucas, que teve consequências devastadoras no mercado global de venda de carne, no final dos anos 80 e meados dos anos 90, foi sendo preparado o terreno para a criação daquela que é, hoje, a entidade mais importante, em Portugal, ao nível da segurança alimentar: a ASAE (Autoridade de Segurança Alimentar e Económica), que foi criada em 2005.

Esta instituição faz visitas de inspeção frequentes a mercados, de tipologia variada, e a restaurantes e cafés, verificando se cumprem as normas de segurança alimentar legalmente instituídas. Nos primeiros anos, a sua ação foi muito pedagógica e eficaz na criação de uma verdadeira responsabilização dos empresários do setor alimentar. Nessa altura, vários estabelecimentos foram encerrados. Numa ação propedêutica, muitas destas visitas foram televisionadas, o que ajudou a passar a mensagem de intolerância das autoridades ante o incumprimento das regras de segurança alimentar. Com estas ações continuadas, é expectável que os cidadãos tenham passado a sentir-se mais confortáveis ao adquirirem produtos alimentares ou a irem alimentar-se fora de casa. Este papel, e fama de implacabilidade e rigor, dos inspetores da ASAE mantem-se, *grosso modo*, até aos dias de hoje.

Devido ao clima que se instaurou e a várias campanhas que se fizeram, também as pessoas, no seu dia a dia, estão mais alertas para a questão da segurança alimentar. A lavagem dos alimentos, sobretudo os crucíferos, e outras medidas correlacionadas, estão hoje relativamente bem difundidas. Porém, como é evidente, há muitos restaurantes e produtores que ainda não respeitam as tais regras. E os

cidadãos, amiúde, não lavam devidamente as mãos, antes de manipularem alguns alimentos problemáticos, como a carne de frango, aumentando, deste modo, o risco de contaminação bacteriana (Didier et al., 2021).

Porém, no cômputo geral, há uma maior regulação e inspeção das regras sanitárias. Em todas as casas de restauração existe também um livro de reclamações, no qual qualquer pessoa pode reportar alguma anomalia alimentar que tenha encontrado e o dono do estabelecimento é obrigado a reportar às autoridades essas queixas<sup>2</sup>.

### **Das mercearias de bairro aos *clusters* centros comerciais-hipermercados: a aquisição dos alimentos**

Em relação a este tema, convém, talvez, começar pelos seguintes dados. Segundo o INE (Instituto Nacional de Estatística), as despesas com a alimentação — com a exceção do período da Troika —, têm vindo a decrescer paulatinamente desde 1967. Por volta de 2010/11 estas despesas representavam cerca de 13% no orçamento familiar mensal dos portugueses, o que contrasta com os quase cerca de 50% registados em 1967/68. Portanto, os gastos com a alimentação perderam, na sociedade, a centralidade que outrora tinham, o que não é um dado de somenos. Os portugueses passaram a ter preocupações com outros gastos, que, na década de 60 e 70 não tinham. Hoje, as despesas com a educação, o lazer, a roupa e com a saúde são, em média, muito maiores (Rosa & Chitas, 2010, pp. 93-100). A par disso, o mercado do retalho alimentar — os sítios onde os portugueses adquirem os alimentos — sofreu igualmente viragens assinaláveis.

Durante o regime salazarista a dieta portuguesa era, principalmente, constituída, por verduras e produtos hortícolas:

A cultura alimentar até à primeira metade do século XX em Portugal é de base vegetal, ou seja, é eminentemente vegetariana, por obrigação, como é, de resto, a grande cultura alimentar do Sul da Europa. A lógica é a de aproveitar tudo o que a horta pode dar, variando em função da estação do ano, da presença ou ausência de água, da qualidade da terra e da dimensão do espaço a cultivar. Tudo se come, tudo se mistura, tudo se coze. Os diferentes hortícolas misturam-se com outros vegetais ao longo do dia. Com cereais, com leguminosas e com tubérculos. Os hortícolas comem-se quase sempre cozinhados e raramente crus. Apesar da abundância de vegetais frescos, as saladas

---

2 Informações adicionais podem ser encontradas em: <https://ahresp.com/2018/12/livro-de-reclamacoes/>. E também em: <https://www.asae.gov.pt/reclamacoes/livro-de-reclamacoes-em-estabelecimentos-de-restauracao-e-de-bebidas.aspx>.

cruas são raras entre nós. É a grande tradição da comida de panela portuguesa, mistura de sabores genial que preserva os nutrientes e onde a diversidade e a criatividade estão presentes a cada momento. (Graça, 2020, p. 12)

Assim, até ao final da década de 60, os principais locais onde os portugueses se abasteciam eram os mercados, as mercearias, talhos, frutarias, padarias ou as, então em voga e hoje extintas, leitarias. Estas pequenas lojas, na sua maioria mono-alimentares (disponibilizando apenas uma categoria de produtos) cultivavam uma relação de proximidade com os clientes (fregueses). Estes, na sua maioria, moravam perto e, por isso, era-lhes permitido, por exemplo, levarem produtos sem pagarem de imediato (o chamado “fiado”), aguardando o recebimento do seu salário para reporem o dinheiro em falta. Além disso, havia um atendimento personalizado ao balcão; as compras eram mediadas. A pessoa pedia, e davam-lhe o que queria. Não existia *self-service*.

Com a entrada, no país, dos primeiros supermercados, esse panorama alterou-se completamente. Passou a vigorar o *serviço livre*. Ou seja, agora, são os próprios clientes que retiram os produtos que pretendem das prateleiras, a seu bel prazer, sendo obrigatório, depois, o respetivo pagamento à saída, nas caixas. Por um lado, o atendimento personalizado e de proximidade, acabou, mas a variedade de oferta e a liberdade de escolha, aparentemente, aumentou substancialmente.

Historicamente, o primeiro supermercado a surgir, com estas características de autoabastecimento, em Portugal, foi o Supermercado Saldanha, em Lisboa, em 1961. Em sequência, já no pós-revolução, na década de 70, instalou-se a primeira rede de supermercados no país, que, durante muitos anos, marcou a paisagem urbana portuguesa e alterou comportamentos. Refiro-me à cadeia do Pão de Açúcar, de origem brasileira, criada por um emigrante português, Valentim Diniz, e, mais tarde, em 1987, comprada pelo Grupo Jerónimo Martins (após isso, mudou novamente de mãos, em 1996, para o grupo francês Auchan, e passou, a partir daí, a chamar-se Hipermercados Jumbo). Por sua vez, nos anos 80, surgiu aquela que é, atualmente, uma das mais importantes cadeias de hipermercados: a Modelo-Continente, pertencente ao Grupo Sonae, na altura, liderada pelo empreendedor Belmiro de Azevedo. Recorde-se que antes disso, eram usuais as idas a Espanha, por parte dos portugueses, para acederem aos centros comerciais, como ao El Corte Inglés, de onde traziam, por exemplo, roupas, caramelos e chocolates, de marcas inexistentes cá.

A entrada na CEE e a globalização alavancaram o processo de expansão e multiplicação destas cadeias de hipermercados. Para além do já mencionado Continente, apareceram também o já mencionado Jumbo e o Intermarché. Atualmente, estas redes de hipermercados cobrem praticamente todo o território e estão presentes nas principais cidades portuguesas e em todos os distritos. Proporcionam uma

oferta vasta e competem ferozmente entre si. Com o intuito de fidelizar os clientes criam uma série de iniciativas atrativas: os cartões de clientes, os dias de descontos, a oferta de produtos na compra de outros, etc.

Entretanto, desde os idos anos 80, este modelo de venda retalhista sofreu várias alterações, refletoras das mudanças sociais. Não nos podemos esquecer que:

Sendo uma atividade de distinção e exclusão, a prática das compras serve para demarcar e classificar gostos, estatutos sociais, para veicular significados que são veiculados no espaço público, revelando a posição económica, social, cultural, ética e moral dos indivíduos ou grupos. Ir às compras é um indicador de gostos e preferências. (Truninger, 2018, p.34)

Surgiram, então, a partir dos anos 90 e com forte implantação, cadeias de média e pequena dimensão, como o Lidl, o Aldi e o Minipreço, que, de certa maneira, tentam emular as antigas mercearias, procurando ir ao encontro das preferências dos consumidores mais idosos — como os reformados. Têm uma oferta de produtos menos vasta do que a das grandes cadeias, mas muito mais de acordo com o gosto e com as limitadas possibilidades económicas de uma parte significativa dos seus clientes. Por outro lado, apareceram também alguns hipermercados dirigidos a uma classe alta, com grande poder económico, como é o caso do El Corte Inglés. Já em 2018, no contexto de um mercado cada vez mais global, o Mercadona, uma rede espanhola, também se instalou em Portugal. Assistimos, portanto, no século XXI, mas com origem nos anos 90, a uma cada vez maior segmentação do mercado.

Os grandes hipermercados, no sentido de captação dos clientes, operaram, nas duas últimas décadas, três grandes mudanças.

A primeira foi o terem alargado o seu tempo de abertura, prolongando-o durante a noite, o que permitiu a muitos clientes fazerem compras no final do dia, após saírem dos seus empregos. A segunda foi o passarem a ter gasolinhas no espaço dos seus recintos ou nas suas imediações. A última foi o facto de juntarem as suas instalações a centros comerciais. Assim, é usual encontrar no mesmo edifício supermercados e centros comerciais contíguos. A intenção subjacente a esta junção é a de que a clientela se abasteça dos bens de primeira e segunda necessidade nos supermercados e depois se encaminhe para o centro comercial para comprar outros produtos: roupas, sapatos, telemóveis, farmácias, etc. E, depois disso, se alimente no espaço das praças alimentares dos centros comerciais e, por fim, à saída encha o depósito do seu automóvel de gasolina nas bombas pertencentes aos hipermercados. Há quem, com alguma razão, chame a esta junção compósita de serviços e espaços: *catedrais de consumo*.

Seja como for, houve alterações substanciais no modo como os portugueses acedem aos alimentos. Nesses hipermercados, os portugueses abastecem-se, em modo *self service*, dos bens essenciais e não só. Aumentou, sem dúvida, a variedade e a paleta de escolhas, mas também terá decrescido alguma qualidade. Há muitos produtos alimentares que são pré-cozinhados ou que são congelados e quase todos têm conservantes químicos. Os produtos frescos tornaram-se menos procurados e os bens derivados da agricultura biológica não são os mais consumidos pela maioria portugueses.

Outra prática que mudou foi a frequência com que os portugueses vão às compras de bens essenciais. Ao contrário do que sucedia nos anos 50, 60 e até 70, em que quase diariamente se compravam alimentos, hoje, é, geralmente, no final do mês, após receberem os seus salários, que as famílias se abastecem.

### O reavivar do comércio tradicional e da agricultura biológica

Com a propagação dessas grandes unidades hipermercadistas, e das facilidades e variedade de serviços por elas disponibilizadas, o comércio de cariz tradicional teve uma queda abrupta e acentuada, entre os anos 80 e o novo século. Desde 1985 até 2009, viram-se obrigadas a fechar cerca de 24 000 pequenas lojas, como mercearias e frutarias, o que teve um efeito trágico no setor. No entanto, nos anos mais recentes, este tipo de oferta tem vindo a ser revalorizada e tem surgido uma série de pequenas empresas de comércio tradicional bem-sucedidas.

Por um lado, tem havido um crescimento do *mercado da saudade*, com mercearias instaladas prioritariamente nos centros históricos das cidades, que se dirige, em primeira mão, aos turistas, mas também aos locais. Estas pequenas lojas optam por vender produtos de origem e marca portuguesas, com reminiscências e evocações do passado. Nelas, podemos encontrar sabonetes tradicionais, produtos enlatados, bolos sortidos, bolachas artesanais, mel e doces variados, vinhos portugueses, enchidos, etc<sup>3</sup>. Note-se, neste contexto o traço saudosista que, de algum modo, atravessa a

---

3 Todos estes produtos fazem parte das tradições alimentares portuguesas. Os produtos enlatados referem-se às sardinhas, lulas, e atum de conserva, cuja produção é bastante fomentada em Portugal, pois há uma indústria que se dedica ao seu comércio (por exemplo, junto ao porto de Aveiro). Por sua vez, os enchidos englobam uma série de alimentos, como os chouriços, morcelas, salpicão, as alheiras e as farinheiras, que têm em comum o facto de utilizarem carne, depois envolta numa tripa, que são cozinhadas em fumeiro, nas lareiras dos aldeões (daí o seu nome, pois “enche-se” essa tripa com carne e respetivos condimentos). Os enchidos fazem parte das tradições gastronómicas portuguesas, sobretudo, do Norte e Centro, como é o caso da famosa Alheira de Mirandela. Embora também usem carne de galinha, estão ligados à designada matança do porco, nas pequenas aldeias portuguesa do Norte montanhoso, principalmente nas regiões do Douro e Minho. Já os bolos sortidos são uma espécie de bolachas, de diferentes tamanhos, feitios e sabores, por vezes cobertas com chocolate, que são colocadas em pequenas latas, que as crianças apreciam particularmente e, antes da imensa variedade de doces hoje existentes, constituíam uma das principais guloseimas das crianças nos anos 70 e 80. Existem

sociedade portuguesa e o *mercado da saudade*, de algum modo, sinaliza essa característica. A esse propósito, leia-se o retrato que Alfred Döblin (1940), médico e poeta alemão, fez do povo português<sup>4</sup>:

O povo português é triste. (...) o termo saudade não é uma invenção de Coimbra (...) Os portugueses não têm a alegria dos homens do Sul; não se nota qualquer tipo de veemência, nenhum grito que advinha de uma emoção superlativa. Penso nos meus amigos, nos portugueses que conheci, na gente que vi nos comboios, nas praças da cidade, nos cafés, nos teatros. Embora não se possa dizer que são apáticos, aparentem uma estranha, inexplicável, morosidade que transparece em todos os seus movimentos: São melancólicos e sorriem de forma ausente: são afáveis, como todos os que consigo carregam um vago e inexplicável desgosto. (citado em Mónica, 2020a, pp. 266-267)

Por outro lado, tem-se assistido também a uma crescente tendência — ainda que não maioritária, ainda assim, assaz significativa, e em franca expansão — para que, ao invés de se comprar tudo no hipermercado, se opte por adquirir os produtos frescos, como fruta, peixe e carne, no comércio tradicional, em talhos e peixarias (Truninger, 2018, pp. 27-32), e, somente no final do mês, se vá, então, ao hipermercado comprar bens não perecíveis. Este tipo de lojas tem conhecido também um saudável retomar das suas atividades.

Neste contexto, devo sublinhar que Portugal foi considerado, durante muito tempo, o último país agrícola da Europa Ocidental. Porém, após a entrada na Comunidade Económica Europeia, essa ideia foi alterada. A instauração do PAC (Política Agrícola Comum), nos anos 80 teve como consequência imediata o início da desruralização do país. Todavia, uma das medidas do PAC, a do Pilar III, foi fundamental para a criação do que é, hoje, um setor em franca expansão e que tem conhecido um grande incremento: o desenvolvimento de atividades rurais que tenham em consideração a preservação da natureza e os valores ecológicos.

Esta implantação continuou, nos anos seguintes, e o turismo rural a par da designada agricultura biológica teve um verdadeiro *boom*, bem patente, na segunda década do século XXI. Em consequência, também os hábitos de compra de um número significativo de portugueses se alterou.

---

várias fábricas portuguesas que se dedicam ao seu fabrico. As bolachas artesanais são feitas por pequenas empresas familiares e têm como característica não utilizarem produtos de conservação, nem quaisquer aditivos químicos, pelo que devem ser consumidas rapidamente, caso contrário deterioram-se.

4 Coetaneamente, o historiador José Mattoso corrobora a opinião do poeta alemão, quando, por exemplo, diz: “Apontar a permanência de estruturas de longa duração que parece poderiam relacionar-se com determinadas tendências mentais aparentemente muito comuns, como sejam, para dar apenas dois exemplos, a saudade associada ao lirismo e a reduzida capacidade de planeamento aliada à tendência para a improvisação.” (Mattoso, 2008, p. 105)

Assim, hoje, valoriza-se e compra-se muito mais produtos de origem biológica, cultivados em hortas de média dimensão, sem recurso aos químicos agrícolas. Ilustrativo desta evolução é o estudo do OBSERVA<sup>5</sup>, em 2018, que regista mudanças relevantes nos hábitos e gostos de consumo alimentar dos portugueses. Atualmente, 49% dos inquiridos recorre ao comércio tradicional e às pequenas lojas de proximidade; 66% aos hipermercados/centros comerciais; e cerca de 39% abastecem-se nas feiras e mercados tradicionais, que, entretanto, também conheceram uma revitalização.

## Tecnologia e alimentação<sup>6</sup>

### *A primeira revolução: os eletrodomésticos*

Também ao nível tecnológico houve um progresso notável desde o Estado Novo até à Contemporaneidade. Portugal passou a poder aceder à tecnologia que transformou radicalmente o seu modo de se relacionar com a comida. Atente-se aos impressionantes dados estatísticos:

Em 1951, apenas 8% dos lares usavam grandes aparelhos elétricos — como máquinas de lavar roupa ou frigoríficos — número que aumentaria para 70% em 1975. Avançando 12 anos para 1987, vemos que a percentagem de agregados familiares com frigoríficos era de 86%, valor que subiu continuamente até chegar à quase totalidade, 99,3%, em 2015. (Truningner, 2018, pp. 47-48)

A este propósito, deve-se salientar a sua correlação com as paupérrimas condições económicas que, *grosso modo*, caracterizavam o país. No tempo da ditadura salazarista, mais precisamente na década de 50, Mary MacCarthy (1954), escritora inglesa ligada ao Bloomsbury Group, onde pontificava Virginia Woolf, visitou Portugal e ficou chocado ante o panorama socioeconómico, para ela inesperado, com o qual se deparou:

Tive simultaneamente medo e repulsa diante daquela horrível pobreza. (...) É fácil a um estrangeiro de passagem por Lisboa ficar encantado pela fruta, pelas flores, pelas cascatas de bolos, pelos queijos e pelas salsichas em montras profusamente enfeitadas, não notando a pobreza existente ou então assimilando-a a um traço pitoresco. (...) A diferença entre os ricos e os pobres é, em Portugal, tão extrema que terá levado,

5 O OBSERVA é um observatório do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa que trata, disponibiliza e comunica informação científica sobre ambiente, território e sociedade em Portugal. O Observa tem como missão fortalecer a relação entre academia e sociedade civil. (Vd. <https://observa.ics.ulisboa.pt/>)

6 Para mais detalhes sobre este ponto e o ponto seguinte (A masculinização do espaço culinário) consultar: Truningner, 2018.

no caso dos ricos, à formação de uma carapaça que os torna indiferentes a tudo o que os rodeia. (citado em Mónica, 2020a, pp. 301-305)

Após esta contextualização, comecemos a nossa explanação, neste ponto, por algo que hoje damos por adquirido, mas que, durante muito tempo, foi, em Portugal, uma verdadeira dificuldade: a conservação dos alimentos.

Durante a ditadura fascista, era inexistente uma cadeia do frio, que permitisse congelar os alimentos ou simplesmente mantê-los em bom estado de conservação algum tempo. Recorria-se, por isso, a métodos seculares herdados, como o sal grosso, a secagem ao sol e ao vento, o vinagre e a salmoura. Chegou-se, por essa altura, a criar uma Comissão Nacional do Frio, mas que, para além da instalação de alguns armazéns frigoríficos, em Lisboa e Porto, para o bacalhau, nada mais fez.

Só depois do 25 de Abril é que se instalou no país uma rede elétrica eficaz e abrangente, o que espoletou uma verdadeira revolução nas cozinhas dos portugueses. O uso de eletrodomésticos generalizou-se, a começar pelo, hoje indispensável, frigorífico.

Sublinhe-se que, por volta da década de 60, ele estava longe de ser um utensílio acessível e normalizado. Quer a falta de uma rede elétrica que cobrisse devidamente o território, quer a falta de recursos económicos, impediam que ele estivesse presente na maioria das cozinhas portuguesas. Era um bem de luxo destinado à burguesia endinheirada e escolarizada. Só nos anos 80 é que o frigorífico se tornou omnipresente nos lares portugueses, configurando, desse modo, uma verdadeira Rede Nacional do Frio. Isto transformou a forma como os portugueses se relacionavam com os alimentos. Passou a ser possível congelar bens essenciais, como carne e peixe, e prolongar, em boas condições, leite, ovos e fruta.

Logo após a disseminação do frigorífico seguiram-se outros eletrodomésticos, o que teve um grande impacto nos hábitos e nos rituais alimentares, entre os quais, a máquina de lavar louça e o micro-ondas. Devido a este último, generalizou-se o uso de comida pré-cozinhada. Em 1996, ele fazia parte de 11,6% das cozinhas portuguesas. Em 2015, está já presente em 89,9% (Truninger, 2018, pp. 47-48). Também a utilização do robô da 5ª geração (a Bimby), sobretudo entre a classe média alta, se vulgarizou e muitas famílias portuguesas recorrem a ela no seu quotidiano alimentar (Truninger, 2018, pp. 57-62).

### *A segunda revolução: as TIC e a digitalização da alimentação*

De modo indireto, também a normalização crescente das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) nas casas portuguesa teve um assinalável impacto nas práticas alimentares.

A televisão está presente em 98,9 % dos lares, o uso do telemóvel generalizou-se e 66,6% das famílias possuem computadores em casa. As redes sociais têm também desempenhado um papel relevante na mudança de paradigmas alimentares. Muitas pessoas retiram receitas de lá e vulgarizou-se a postagem de fotografias de pratos confeccionados. No Facebook e Instagram assistimos a um verdadeiro “desfile de moda” de comida, procurando constantemente chamar a nossa atenção. De lá também se têm propagado, de modo massivo, algumas modas alimentares, como a dieta paleo e o crudismo. De facto, há uma *omnipresença da comida* no espaço intermediático. Sobre esta questão, Paula Guerra e Kadma Marques fazem a seguinte síntese:

A comida nunca esteve tão presente nas nossas sociedades como hoje: são constantes estudos sobre qual melhor alimentação para curar toda e qualquer doença; as várias dietas e livros e blogues que as acompanham; o MasterChef Brasil e os seus derivados em que a gastronomia é o personagem principal; os vários canais dedicados 24h/7 à gastronomia, como o Food Channel e o 24 Kitchen. Eve Turow cunhou inclusivamente o termo geração *Yum* para caracterizar os jovens americanos obcecados por comida e gastronomia. Belasco não se coíbe de analisar as profundas relações entre alimentação e sexualidade que encontramos hoje em dia. O que faz com que muitos cunhem o termo *food porn*. (Guerra & Marques, 2018, p. 16)

Outra das mudanças, atualmente, em franca expansão, tem a ver com as encomendas de produtos *on-line*, e é modulada segundo dois vetores. O primeiro diz respeito à possibilidade de encomendar cabazes de produtos alimentares, por exemplo, nos hipermercados e plataformas de venda de produtos agrícolas, que os vêm trazer a casa — o que aconteceu amiúde durante o confinamento. O segundo tem a ver com a instalação, em território nacional, de empresas especializadas nos serviços de *take-away*, permitindo às pessoas encomendar refeições de modo célere e eficaz. Num estudo realizado pelo IMR (Instituto de Marketing Research) verificou-se que cerca de 48% dos sujeitos estudados tinham as aplicações destas empresas instaladas nos seus telemóveis, o que corrobora a força que está a ganhar esta tendência de digitalização da alimentação:

Há mais pessoas a utilizar aplicações de telemóvel para encomendarem comida, por exemplo, através de serviços como a Uber Eats ou a Glovo. (...) Esta tendência aumentou ainda mais durante a pandemia da Covid-19, quando os restaurantes foram obrigados a encerrar portas. A digitalização da alimentação é uma tendência que veio para ficar, notando-se que os telemóveis fazem cada vez mais a mediação tecnológica, tanto na compra dos alimentos como na reserva das refeições como ainda na preparação de refeições em casa (por exemplo, procura de ideias de receitas quando se vai cozinhar). (Truninger 2018, pp. 37-38)

## A masculinização do espaço culinário

Outra transformação a que temos vindo a assistir no novo século, sobretudo, na segunda década, configura-se como *masculinização do espaço da cozinha* – o que seria algo completamente impensável de suceder no Estado Novo ou mesmo alguns anos após o 25 de Abril.

Atualmente, são muitos os homens que colaboram nas tarefas da cozinha, quer cozinhando, quer em tarefas adjacentes, como lavar loiça, preparar alguns alimentos, etc. O número dos que se dedicam a estas tarefas tem aumentado, sobretudo, em pessoas abaixo da faixa etária dos 45 anos. No entanto, sublinhe-se, continua a caber à mulher, numa percentagem esmagadora, a desgastante tarefa de assegurar as refeições diárias das famílias. Somente 22,8 % dos homens tem este encargo sobre os seus ombros.

Em correlação com isso, mas a outro nível, muito por influência de novos programas televisivos, os quais podemos categorizar como *Kitchen Reality Shows*, caso dos vários *Masterchef* e do *Pesadelo na Cozinha*, a figura do cozinheiro, que era vista, durante a ditadura e nas primeiras décadas do pós 25 de Abril, como alguém pouco instruído, com baixo estatuto social e pouco interesse intelectual, alterou-se substancialmente.

Para esta mudança de estatuto terá contribuído também o franco desenvolvimento da indústria hoteleira e a atribuição das prestigiadas Estrelas Michelin, que premeiam os melhores cozinheiros do mundo, a restaurantes portugueses, que, assim, passaram a fazer parte desse importante roteiro internacional.

Tem havido uma exposição mediática, mormente na televisão, de alguns chefes de cozinha, que, desse modo, passaram a fazer parte do *star system* português. É o caso de, entre outros, Ljubomir Stanisic, José Avilez e Henrique Sá Fernandes. Com uma culinária sofisticada, em grande parte inspirada pela cozinha e pelos alimentos tradicionais portugueses, eles têm ajudado a restaurar o estatuto do cozinheiro, sendo, hoje, proeminentes figuras no espaço das TIC. Muitos jovens querem seguir as suas pegadas e aderir a essa profissão tornou-se, agora, bastante atrativo. O salto qualitativo, dado nos últimos anos, na formação em hotelaria e culinária também terá tido, neste caso, um papel importante.

Em termos de consumo, apesar de ser dispendioso, muitos portugueses, sobretudo nos grandes centros urbanos, como Lisboa e Porto, frequentam os restaurantes destes cozinheiros vedetas. Repare-se que “os objetos culturais são produtos que suscitam o desejo dos indivíduos, hoje dispostos a pagar para terem acesso à cultura.” (Dias & Baptista, 2006, p. 43), e nós devemos sempre considerar, tal como se tem vindo a chamar a atenção ao longo deste artigo, que os alimentos são também bens culturais, carregados

de simbolismo. Estes chefes, atentos a este aumento da procura, criaram, entretanto, sucursais e ramificações dos seus restaurantes principais com preços mais acessíveis e para públicos diversificados, mas mantendo o seu poder simbólico irradiante.

### Gastronomia memorialística

Como sabemos, a alimentação está intrinsecamente ligada aos mecanismos rememorativos:

As práticas alimentares revelam em que cultura o indivíduo está inserido. Uma das melhores formas de analisar esta questão é por meio da relação entre alimentação e memória. O ato de comer, especialmente a partir dos cheiros e sabores, desperta poderosas pistas mnemónicas que nos acompanham para toda a vida. É preciso recordar que o ato de comer conjuga as esferas públicas e privadas. Pode ser um ato privado, sim, mas na maioria das situações encontra-se integrado num conjunto de rituais de partilha, banquetes e trocas recíprocas ou, mais prosaicamente, em contextos de compra e venda de comida. Independente de um ou outro, trata-se de um fator explicativo para o poder simbólico da comida. (...) Os nossos hábitos alimentares são convenções que se foram transformando numa memória cultural. (Guerra & Marques, 2018, p. 17)

Em correlação com essa ligação memorialística à comida, a cozinha de autor, referida no ponto anterior, tem-se dedicado a explorar esta vertente. Assim, uma das suas características mais marcantes é o que designo por *gastronomia memorialística*.

Note-se que estes prestigiados chefes se inspiram em pratos tradicionais portugueses e se baseiam em produtos nacionais para afirmarem e consolidarem a sua arte culinária. Por exemplo, José Avillez recria: os saloios e típicos Peixinhos da Horta lisboetas, o polvo assado, as receitas à Bolhão Pato, os camarões algarvios (os carabineiros), etc<sup>7</sup>. Por sua vez, o chefe Rui Paula vai mais longe, pessoalizando esta questão, fazendo dos seus pratos uma espécie de livro de memórias. Aliás, ele intitula o seu menu de *Cozinha de Memórias*. Nele, podemos encontrar pratos como açorda de bacalhau, queijos e presuntos, polvo e inclui dois menus de degustação intitulados “Memória” e “Mar”<sup>8</sup>. Com isto, pretende-se que o ato de comer se torne uma experiência sensorial o mais completa possível, apelando aos mecanismos rememorativos do cliente. A este título, leia-se o seguinte excerto de um artigo de Paula Guerra e Kadma Marques:

---

7 Vd. José Avillez, <https://www.joseavillez.pt>

8 Vd. Rui Paula, <https://www.ruipaula.pt/>

E aqui chegamos aos conceitos de memória gustativa e alimento-memória. São ambos conceitos proustianos, isto é, que defendem que a comida ao ser degustada conduza a experiências sensoriais que transcendem o aqui e o agora. Daí a usual expressão isto faz-me lembrar a minha infância ou a comida da mãe e avó. Como já referimos, a comida é um meio de comunicação. Assim sendo, a memória gustativa e os e alimento-memória são memórias de comunicação que os indivíduos constroem todos os dias, mas que não podem apenas ser associadas à memória individual. Também dependem, e muito, da memória coletiva, de um conjunto de representações e práticas que herdamos e que carregamos para onde quer que vamos. (Guerra & Marques, 2018, p. 18).

Contudo, esta tendência não se restringe à alta cozinha e assume, hoje, um caráter transversal. Veja-se, por exemplo, alguns restaurantes, como o 5uinhentos & 5inco – Cozinha de Memória e outros, que atestam essa interligação e essa tendência. Sublinhe-se o seguinte:

Infelizmente, a questão da identidade nacional tem sido abordada de forma essencialista, ou seja, como se Portugal tivesse nascido *ab initio* com as suas características. A única forma de lutarmos contra isto é através de um conhecimento profundo da História e da Geografia. (...) Em suma, não há uma “portugalidade” acima da História: não porque todas as nações sejam iguais, mas porque as culturas têm uma raiz material. A “alma portuguesa” só é explicável através dos fatores – políticos, económicos e culturais – que lhe estão na base. Não somos excecionais: somos diferentes porque diferentes foram os fatores que assim nos tornaram. (Mónica, 2020b, pp. 33-45)

Assim sendo, cada vez mais, a culinária se tem constituído como um importante elo de ligação histórico-social dos portugueses ao seu passado. Ao contrário de uma obra de arte ou uma peça arquitetónica da História Portuguesa, a comida é deglutida, tem um aspeto de incorporação muito vincado, o que a torna propensa a marcas identitárias e históricas. A isto também não será alheio o grande salto no turismo que tem sido dado nos últimos anos, onde, entre outras coisas, a gastronomia portuguesa passou a ser um *ex libris* por excelência da “marca” Portugal.

### **O crescimento da cozinha de origem étnica e da alimentação fora de casa**

Em 2018, segundo dados do Eurostat, as famílias portuguesas gastaram, em média, 9,2% do orçamento mensal familiar em refeições fora de casa. Isto significa que os portugueses são o povo europeu que mais come fora de casa. No entanto, note-se, esta tendência começou no século XX:

Este fenómeno da alimentação fora de casa, não constitui uma realidade recente. Até aos finais do século XVIII, comer e, sobretudo, beber no exterior era frequente para as categorias sociais de cariz popular. Na década de sessenta do século passado, emerge o turismo de massa. Os restaurantes, os hotéis, as casas de chá, os cafés multiplicam-se, coexistindo, porém, com as casas de pasto, tascas e tabernas frequentadas pelos grupos sociais de cariz popular. Nos meados dos anos setenta do século passado, começa-se a valorizar as sociabilidades nas tascas e nas casas de pasto como lugares de interesse pela cultura popular. No entanto, estes estabelecimentos são essencialmente espaços das classes populares, enquanto os cafés, bares e bares de luxo revelam-se como espaços das classes médias, médias-altas e altas. (Mascarenhas, 2012, pp. 16-17)

Atualmente, o panorama é este:

O gosto pela boa comida atravessa as diferenças sociais e é um grande denominador comum. (...) é instilado desde uma tenra idade. (...) Os portugueses são frequentemente capazes de fazer um longo desvio de carro para provarem um apreciado prato local. (...) Com um clima tão ameno, comer fora é possível durante grande parte do ano. A vida no exterior é uma faceta da cultura que ajuda a tornar os portugueses um povo tão convival e sociável. (Hatton, 2011/2017, pp. 260-263)

Também o *take away* é outro hábito que se começa, agora, a enraizar e que o contexto pandémico acentuou. É usual para muitos portugueses, ao final de um dia, passarem no hipermercado para fazer uma ou outra compra e, depois, de lá levarem o jantar, normalmente comida rápida como *pizzas* ou frango de churrasco. O almoçar ou jantar fora, seja nas praças alimentares dos centros comerciais, seja numa churrascaria ou num restaurante *gourmet*, é uma prática generalizada na sociedade portuguesa.

Neste contexto, outra mudança importante a reter na paisagem alimentar portuguesa é o aumento exponencial da *cozinha de origem étnica*, inexistente em Portugal no pré 25 de Abril.

Após a descolonização, muitos africanos, originários das ex-colónias, emigraram para Lisboa e Porto, dando origem aos primeiros restaurantes de comida africana. Pratos como a Muamba ou a Cachupa passaram a fazer parte do vocabulário alimentar de uma classe média, culta e escolarizada, que ia, com regularidade, a esses estabelecimentos de restauração<sup>9</sup>.

---

9 Muamba de galinha é um prato típico da culinária angolana. Constitui um dos pratos mais populares do país. A sua confeção envolve, para além da galinha, amendoim, óleo de palma, quiabos, gindungo, cebola e alho. Cachupa é um prato típico da gastronomia de Cabo Verde. Para além da carne ou do peixe, a cachupa é elaborada com feijão e milho estufados, servidos, por vezes, separados dos legumes cozidos. Entre estes últimos podem juntar-se a batatas e banana cozidas.

Em seguida, nos anos 80, com a progressiva instalação de bazares chineses nas nossas cidades, assistiu-se a uma proliferação de restaurantes oriundos dessa etnia. Também a cozinha de origem brasileira, com os seus característicos grelhados, como é o caso da Picanha, com a forte vaga de emigração dos anos 90, se tornou mais visível e presente.

No novo século, esta tendência da cozinha de origem étnica expandiu-se rapidamente para todo o país. Com as novas ondas de emigrantes de proveniência diversa, outras cozinhas vieram ocupar um lugar de destaque na oferta alimentar, como é o caso notório da cozinha de proveniência japonesa. O *sushi* passou a fazer parte dos gostos e do consumo habitual de muitos portugueses. Veja-se a seguinte análise deste fenómeno, efetuada por Maria do Céu Antunes Martins:

Em Portugal, no que se refere a práticas alimentares oriundas de outros países, verifica-se atualmente uma maior disponibilidade e diversidade. Durante muito tempo, as cozinhas de outros países constituíam qualquer coisa de exótico e de raro consumo. Neste momento as gastronomias internacionais intensificam-se, em grande parte à custa dos imigrantes, e com relativa facilidade os portugueses podem optar por consumir no seu país comida típica de outros países. Relativamente às novas matérias-primas que podem ser observadas (por via do fenómeno migratório) (...) não há dúvida, que a imigração constitui um elo importante da globalização/localização alimentar. As grandes correntes de imigrantes são determinantes no estabelecimento de alguns fluxos de matérias-primas, da crescente diversidade e disponibilidade de alimentos. São também responsáveis pela expansão de culturas gastronómicas, tanto através das comidas confeccionadas em casa como em restaurantes, cujo uso acaba por se alargar a toda a população. (Martins, 2009, p. 3)

Acrescente-se que alguns dos pratos dessas culinárias foram também alvo de uma espécie de apropriação portuguesa. Foi o que sucedeu com a cozinha de origem italiana, com *pizzas* e massas a serem feitas por portugueses e a incorporarem alimentos nacionais, como a alheira e o presunto. O mesmo se passou com o *sushi*, feito com peixes característicos da alimentação portuguesa, como o bacalhau.

### **A alimentação como metáfora identitária e reificação de estatuto social: o caso do bacalhau e de outros pratos tradicionais**

Tal como um carro ou uma casa, os alimentos são símbolos de estatuto social. Atente-se no seguinte: “A cultura emerge e revela-se na forma como os povos se vivem e se representam a si próprios no momento em que produzem cultura” (Dias & Baptista, 2006, p. 29). E sem dúvida que os alimentos e a culinária representam os povos e as regiões em que são confeccionados; são cultura objetificada. A esse propósito, veja-se o

significativo exemplo de um dos mais apreciados alimentos em Portugal: o bacalhau.

No século XVI e XVII, era um alimento de pobres. No período do Estado Novo, passou a ser um bem alimentar caro, ao qual só acediam as pessoas mais abastadas. Noutros moldes e com outros contornos, assistimos, hoje, em relação à sardinha, a um processo valorativo idêntico. Deixou de ser, nos últimos anos, um alimento barato e pouco apetecível para as classes mais altas, para passar a ser muito apreciado e com um preço relativamente elevado. Sinal desta mudança é o facto do seu consumo ter extravasado a época das Festas dos Santos Populares. Como é evidente, os alimentos contêm em si ineludíveis marcas identitárias:

A alimentação é mais do que uma necessidade biológica, já que o que comemos, quando, com quem, onde e porquê a colocam no centro de interesse político, social, cultural, económico, ambiental, gastronómico, de lazer e mediático. Os nossos hábitos alimentares norteiam identidades sociais e culturais, marcando a pertença a uma comunidade concreta e, como tal, expressando ao mesmo tempo demarcação várias de outros grupos. (Truninger, 2018, p. 7)

Daqui se depreende que os alimentos mais tradicionais, não só o bacalhau, mas também o azeite, os queijos e enchidos, os doces regionais, têm um inegável cunho identitário<sup>10</sup>. É o que designo por *alimentação saudosa*. Os emigrantes em férias, quando regressam à nação onde trabalham, fazem questão de os levar. É uma forma de se sentirem mais perto de Portugal. A saudade impregna os alimentos. Em termos identitários, comê-los equivale, metaforicamente, a deglutir a pátria e encurtar distâncias. Os sentimentos saudosos e a alimentação estão umbilicalmente ligadas. E, nesse enquadramento, não devemos perder de vista os seguintes aspetos, para os quais os sociólogos Peter Berger e Thomas Luckman nos chamam a atenção:

A sociedade penetra também no organismo, de maneira direta, no que diz respeito ao funcionamento deste, em especial quanto à sexualidade e à nutrição. Embora ambas sejam baseadas em impulsos biológicos, estes impulsos são muitíssimo plásticos no animal humano. O homem é levado pela constituição biológica a procurar satisfação

---

10 Sendo uma cozinha com fortes raízes mediterrânicas, é utilizado amiúde, na culinária portuguesa, como tempero e “molho” principal em muitos pratos, o azeite. As azeitonas também são consumidas, quer como acepipes, quer acompanhando as refeições principais. O azeite virgem, ou extra virgem, é muito apreciado pelos portugueses e considerado um produto alimentar de luxo. Os doces regionais, como os famosos ovos moles ou as barrigas de freiras, fazem parte dos *ex libris* gastronómicos portugueses. São feitos à base de ovos, amêndoa, gila e farinha. Muitos destes doces são originários da doçaria conventual, ou seja, criada pelas freiras nos séculos passados. Portugal também tem uma arraigada tradição queijeira, com base no leite de vaca e cabra. São famosos, por exemplo, os amanteigados queijos da Serra da Estrela e os condimentados queijos do Alentejo, e são também produtos de exportação.

sexual e alimento. Mas a sua constituição biológica não lhe diz onde poderá procurar a satisfação sexual e o que deverá comer. (...) Assim, funções biológicas tão intrínsecas quanto o orgasmo e a digestão são estruturados pelo social. (Berger & Luckmann, 1996/2010, pp. 186-187)

Tendo em consideração o passado, é possível perceber que o processo de *verticalização social* de certos alimentos, é observável também na famosa Açorda Alentejana, que foi criada pelos desvalidos trabalhadores do campo alentejanos. Atualmente, é um prato caro, que foi alvo de mutações várias, como por exemplo, a Açorda de Marisco, num contraste nítido com as suas origens humildes.

Contudo, o exemplo mais paradigmático talvez seja o do vinho, que era enaltecido pelos avatares do Estado Novo, como altamente aconselhável para os operários e os agricultores, e cujo consumo, entretanto, se verticalizou, expandindo-se a toda a sociedade.

Aliás, nessa malograda época, o consumo de carne e peixe só era possível às classes mais abastadas, que constituíam uma minoria. O povo alimentava-se à base de batata, pão, hortaliça, legumes, alguma carne de porco e sardinhas. Para além da falta de proteína animal, também o leite, o queijo e a fruta escasseavam entre a maioria da população. O povo alimentava-se mal e tinha acesso apenas a uma variedade de alimentos muito reduzida.

É célebre a frase de Oliveira Salazar, aquando do espoletar da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial: “Livro-vos da guerra, mas não vos livro da fome”. Claro que, ao contrário do que o ditador queria fazer crer, as razões para a fome estavam a montante. Os cofres estatais, com o constante influxo monetário das colónias, estavam cheios. Na verdade, os mentores do Estado Novo sempre quiseram que o povo fosse não escolarizado, malnutrido e obediente. São inúmeros os sofridos relatos de pessoas que nos contam que era habitual uma sardinha ter de ser dividida por vários elementos da família, que, nessa altura, eram muito numerosas e paupérrimas, situação pela qual, sublinhe-se, nenhum dos líderes da União Nacional teve de passar.

### **O decrescimento da Dieta Mediterrânica, a pobreza e o emergir de valores ecológicos**

Hoje em dia, a carne, que reificava o bem-estar social no Estado Novo, continua a ser um símbolo de estatuto social, mas, agora, em sentido inverso. Devido aos recentes avanços científicos, que demonstram os seus malefícios, o seu consumo desceu abruptamente entre as pessoas mais escolarizadas e abastadas. E, neste âmbito, não podemos esquecer que há ainda franjas da população portuguesa que subsistem

com grandes dificuldades económicas. É bastante significativo o que, sobre isso, disse, em 2016, a socióloga Maria Filomena Mónica:

Depois de 1974, imaginei que a pobreza absoluta estava em vias de desaparecer, mas depressa verifiquei até que ponto estava enganada. (...) O estudo afirma que, em 2014, dois milhões de portugueses se encontravam em situação de pobreza, ou seja, mais 116 mil do que em 2009. (...) Existiria, além disso, um fosso geracional. Na sua opinião, os jovens teriam perdido 29% dos seus rendimentos. (...) Sim, há pobres em Portugal. (Mónica, 2020b, pp. 186-211)

Portanto, atualmente, entre as classes menos favorecidas, assistimos a um afastamento da tradicional Dieta Mediterrânica, em favor de um preocupante consumo de *fast food* (economicamente mais acessível) e de uma perniciosa ausência de legumes e frutas no seu regime diário, o que inevitavelmente causa danos na saúde pública. O lugar de Portugal, em 2000, relativo ao consumo *per capita* de vegetais e frutos frescos nos países da União Europeia, ficava, já nessa altura, atrás dos outros países tradicionalmente afetos à Dieta Mediterrânica, como a Grécia e a Itália<sup>11</sup>. Aliás, em 2012, era já notória a diferença entre os anos 90 e a tendência no novo século:

A comparação da distribuição das disponibilidades diárias *per capita* da Balança Alimentar Portuguesa com o padrão alimentar preconizado pela Roda dos Alimentos continuou em 2012 a evidenciar distorções, apontando para excesso de produtos alimentares dos grupos “Carne, pescado e ovos” (com tendência acentuada para decréscimo), e “Óleos e Gorduras” e défice em “Hortícolas”, “Frutos” e “Leguminosas secas”. Este desequilíbrio continua a ser potencialmente pouco saudável, com uma predominância de proteínas de origem animal e excesso de gorduras. Estas disponibilidades alimentares traduzem para 2012 um índice de adesão à dieta mediterrânica<sup>1</sup> de 1,10, sendo que um índice superior a 1 revela uma predominância de calorias provenientes de produtos típicos de uma dieta mediterrânica. Este índice, embora com tendência crescente desde 2006, situa-se, contudo, abaixo dos valores alcançados no início da década de 90. (INE, 2014, p. 1)

De fato, as principais causas de morte em Portugal continuam a dever-se a hábitos alimentares pouco salutares. Assim, as populações mais pobres são também as mais obesas, malnutridas e, em consequência, doentes:

Não é assim de estranhar que o acesso a produtos frescos, de qualidade, nutricionalmente equilibrados, provenientes de sistemas alimentares sustentáveis esteja facilitado

---

11 Consultar: [http://www.alea.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=458&Itemid=1547&lang=pt](http://www.alea.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=458&Itemid=1547&lang=pt)

em determinadas zonas - de estatuto económico, social e cultural elevado - e não noutras, onde as populações vivem com orçamentos apertados, são pouco escolarizadas e provêm, numa parte significativa dos casos, de minorias étnicas. Estas populações acabam por não ter acesso a uma alimentação nutricionalmente adequada, havendo muitas vezes, consequências para o seu estado de saúde. Vários estudos científicos têm comprovado a relação estreita entre pobreza, obesidade e estado de saúde das populações, por um lado, e a distribuição geográfica no território nacional destes fenómenos, por outro. (Truninger, 2018, p. 33)

Por sua vez, as classes mais elevadas tendem a aproximar-se dos ideais da Dieta Mediterrânica. Há um problema incontornável: quanto mais saudável a comida, mais cara se torna. Daí que, em grande medida, uma alimentação cuidada não é acessível ao português médio. Por exemplo, os preços da comida biológica são, para a maioria das famílias, proibitivos. Também o peixe, que se afigura uma alternativa mais saudável do que a carne, é caro e não permite um consumo regular à maioria dos agregados familiares. Ainda assim, muitas pessoas pertencentes a meios depauperados, principalmente as mais escolarizadas, tentam contrariar isso. Procuram adquirir alimentos em hortas particulares, que os vendem a preços mais baixos, e apostam na sopa, rica em legumes, como base fundamental da sua dieta e dos seus filhos. Todavia, constituem uma minoria.

O clima geral é de um abuso generalizado do sal e do açúcar que conduz a população portuguesa, no seu todo, a problemas sérios de saúde, como a diabetes e doenças de foro cardiovascular. O progressivo afastamento da Dieta Mediterrânica dá-nos disso um sinal inequívoco de apreensão.

Segundo os dados da BAP (Balança Alimentar Portuguesa) (INE, 2014) em 2015/16, verificou-se que existe um elevado uso de carne, pão e um consumo deficiente de produtos hortícolas, fruta e leguminosas. Passou-se de uma *sociedade de carência*, predominante no Estado Novo, para uma *sociedade de abundância*, com os seus riscos e malefícios inerentes. Objetivamente, mais de metade da população portuguesa tem excesso de peso, o que é algo deveras preocupante. Segundo o IAN-AF (Inquérito Alimentar Nacional e de Atividade Física), cerca de 57% da população é obesa<sup>12</sup>.

Tem havido algumas medidas no sentido de mudar isso. Por exemplo, a criação do Programa Nacional para Promoção da Alimentação Saudável, da DGS (Direção-Geral da Saúde) tem tido iniciativas meritórias, como a reforma alimentar nas escolas, que teve resultados díspares, e as campanhas pelo valor de saúde e cultural da Dieta Mediterrânica. Em 2020, a Comissão Europeia deu a lume um importante

---

12 Consultar: <https://www.idealista.pt/news/financas/economia/2019/04/15/39383-mais-de-metade-dos-portugueses-consomem-fast-food>.

documento, intitulado *Estratégia do Prado ao Prato: para um sistema alimentar justo, saudável e respeitador do ambiente*, no qual se compromete a aumentar em 25% a agricultura biológica, até 2030. Paralelamente, adotaram-se também as seguintes medidas:

Na década de 2000 é desenvolvido o Primeiro Plano de Ação para as políticas alimentares e nutricionais (WHO European Region 2000-2005), que expressa a necessidade do desenvolvimento de políticas de alimentação e nutrição voltadas para a promoção da saúde, contribuindo por um lado para a redução das doenças relacionadas com a alimentação e por outro para o desenvolvimento socioeconómico e a sustentabilidade ambiental, por meio de uma ação políticas de alimentação e nutrição. (...) De acordo com este plano, as políticas de alimentação e nutrição devem objetivar ações em três grandes áreas: garantia da hígio-sanidade dos alimentos (*food safety*); promoção de uma alimentação/nutrição conducentes à otimização do estado de saúde e, por fim, garantia de uma adequada disponibilidade alimentar, quer em quantidade quer em qualidade, estimulando as economias rurais. (Graça & Gregório, 2012, p. 86)

Sabemos que uma grande parte das perigosas alterações climáticas se deve à emissão de gases com efeito estufa, provenientes da indústria alimentar de carne, pelo que uma mudança nos hábitos alimentares se afigura vital para a saúde planetária. Aliás, muitos portugueses adotaram já comportamentos afins com esta estratégia. O número de adeptos do vegetarianismo, veganismo ou flexivegetarianismo aumentou exponencialmente nas duas últimas décadas, e, como já assinalai, começa a haver, em certos setores sociais, um saudável regresso aos critérios do PAM (Padrão Alimentar Mediterrânico) da Dieta Mediterrânica. Aliás, em relação ao vegetarianismo, ele tem já uma tradição que remonta ao início do século XX:

Chegaram a Portugal os ecos da alimentação vegetariana que se difundia além fronteiras, sendo um importante representante deste movimento Jaime de Magalhães Lima, que em 1912 publicou *O Vegetarismo e a Moralidade das Raças*. Com referências a várias personalidades que ao longo da História defenderam e praticaram uma vida de abstinência alimentar (...) O médico Amílcar de Sousa foi outro dos pioneiros do vegetarianismo em Portugal, dirigindo a revista mensal *O Vegetariano*, publicada a partir de 1909, que abrangia tanto temas de saúde, como relacionados com aspectos sociais e morais. Foi também o primeiro presidente da Sociedade Vegetariana de Portugal, fundada no Porto, em 1911. Esta editou, em 1916, o primeiro livro de receitas vegetarianas português, denominado *Culinária Vegetariana, Vegetalina e Menus Frugívoros*, da autoria de Julieta Ribeiro. (Grenha, 2011, p. 69)

Contudo, e para finalizar este ponto, deve ser assinalado que ainda se está muito de longe de atingir os números desejados. Há um longo caminho a percorrer.

## Súmula e conclusão

Em suma, Portugal deixou de ser o país malnutrido do Estado Novo, no qual poucos tinham acesso a uma alimentação rica e variada e onde as medidas de higiene eram inexistentes, para passar a ser uma *sociedade de abundância*, com as grandes melhorias daí advindas, mas também com os malefícios comuns a um mundo globalizado. O afastamento da tradicional Dieta Mediterrânica e a generalização da *fast food* sinalizam o lado negativo dessa mudança. Mas, no resto, a evolução trouxe coisas muito positivas.

As décadas do Pós 25 de Abril, os anos 80 e 90, foram muito importantes nas mudanças das práticas alimentares. Os hipermercados generalizaram-se e criou-se uma verdadeira rede de eletricidade, o que facultou o acesso aos eletrodomésticos, como o frigorífico e, mais tarde, o micro-ondas.

No século XXI, este pendor de mutação contínua acentuou-se. Assistimos a um certo grau de masculinização do espaço culinário. Hoje já se vêem homens a cozinhar, bem como a figura do cozinheiro foi reabilitada. Com a explosão do setor turístico, a comida portuguesa é, cada vez mais, um ícone de projeção exterior. Os chefes portugueses, com créditos internacionais afirmados, dedicam-se à reconstrução dos pratos tradicionais portugueses, com base na memória e na história portuguesas. Por outro lado, duas tendências, com origem nas últimas décadas do século passado, acentuaram-se. Em primeiro lugar, cada vez mais, os portugueses tendem a alimentar-se fora de casa. Isto interliga-se com a digitalização da comida. Por exemplo, a Uber Eats está, hoje, instalada em praticamente todos os centros urbanos portugueses. Em segundo, os restaurantes de origem étnica, como os de comida chinesa e brasileira, expandiram-se.

Em função da globalização, da inserção de Portugal no espaço comum europeu muitas das preocupações atuais advêm dessa abertura ao mundo. As preocupações climáticas e ecológicas também fazem sentir os seus efeitos no país. A agricultura biológica cresceu e o número de vegetarianos é o maior de sempre. Contudo, há um enorme caminho a percorrer nesse aspeto. Em termos de comparação com a maioria dos países inseridos na União Europeia, não se deve esquecer que Portugal é um dos mais pobres e isso tem consequências evidentes muito visíveis na alimentação:

As comparações de Portugal com os restantes países da União Europeia revelam alguma consistência com outros indicadores demográficos, sanitários e educativos: assiste-se a uma aproximação, por parte de Portugal, dos padrões europeus, relativamente às estruturas sociais. As taxas de actividade masculina e feminina, gerais ou por grupos etários, são semelhantes, exibindo Portugal valores acima de certos países e abaixo de outros. O mesmo é válido para as taxas de emprego. (...) Finalmente, as remunerações dos

assalariados: quaisquer que sejam os termos de comparação, Portugal ocupa sempre, destacado, o último lugar. Muito longe dos países mais ricos e das médias europeias; e ainda longe da Espanha e da Grécia. (Barreto, 2017, pp. 54-55)

Portanto, ontem como hoje, a alimentação sinaliza desigualdades sociais. É mais fácil para o comum dos portugueses pagar comida rápida do que consumir peixe ou produtos de origem biológica. Claro que também é uma questão de informação e educação, mas a questão económica, neste caso, não é despendida. Mães pobres, mas escolarizadas, optam pela sopa, como base da alimentação dos seus filhos.

Como se deduz deste quadro geral, a alimentação tem uma carga cultural e social muito forte. As mudanças num país passam inevitavelmente por ela. Se se voltasse aos critérios do PAM, de uma forma generalizada, isso seria sinal de outro grande salto na sociedade portuguesa. Mas, para já, estamos longe de lá chegar.

### **Agradecimentos**

Este trabalho foi realizado com o apoio de Bolsa de Doutoramento, concedida pela Universidade de Aveiro, com a referência BD/REITORIA/9316/2020.

### **Notas**

Por decisão pessoal, o autor do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico

### **Referências**

- Barreto, A. (2017). *De Portugal Para A Europa*. Relógio D'Água Editores.
- Berger, P. L., & Luckman, T. (2010). *A Construção Social da Realidade: Um Tratado da Sociologia do Conhecimento* (3ª ed.) (E. de Carvalho, Trad.). Dinalivro. (Obra originalmente publicada em 1996)
- Bourdieu, P. (2011). *O Poder Simbólico* (2ª ed.) (F. Thomaz, Trad.). Edições 70. (Obra originalmente publicada em 1989)
- Dias, D., & Baptista, M. M. (2006). *Identidades-Ficções*. Universidade de Aveiro.
- Didier, P., Nguyen-The, C., Martens, L., Foden, M., Dumitrascu L., Mihalache, O. A., Nicolau, A. I., Skuland, S. E., Truninger, M., Junqueira, L., & Maitre, I. (2021). Washing hands and risk of cross-contamination during chicken preparation among domestic practitioners in five European countries. *Food Control, Disponível online a 6 de março de 2021*.
- Graça, P. (2020). *Como Comem os Portugueses: alimentação*. Fundação Francisco Manuel dos Santos/PORDATA.

- Graça, P., & Gregório, M. J. (2012). Evolução da Política Alimentar e de Nutrição em Portugal e suas Relações com o Contexto Internacional. *Revista SPCNA*, 18(3), 79-96.
- Grenha, P. (2011). *Transformações do Consumo Alimentar na Época Contemporânea* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Coimbra.
- Guerra, P., & Marques, K. (2018). Culturas Alimentares: Identidades, Trânsitos e Metamorfoses. *O Público e o Privado*, (32), 15-38.
- Hatton, B. (2017). *Os Portugueses* (12ª ed.) (P. Vidal, Trad.). Clube do Autor. (Obra originalmente publicada em 2011)
- INE, Instituto Nacional de Estatística (2014, 2 de abril). *Padrão das disponibilidades alimentares altera-se privilegiando os hidratos de carbono e cortando nas proteínas*. [Destaque: informação à comunicação social].
- Martins, M. do C. A. (2009, 11 de dezembro). Globalização da Alimentação: Unidade ou Diversidade? *Repositório Científico do Instituto Politécnico de Castelo Branco*. Publicação eletrónica antecipada.  
<https://repositorio.ipcb.pt/handle/10400.11/82>
- Mascarelhas, M. P. (2012, junho). *Sociabilidades em Volta da Mesa*. VII Congresso Português de Sociologia, Porto, Portugal.  
[https://associacaoportuguesasociologia.pt/vii\\_congresso/?area=016&lg=pt](https://associacaoportuguesasociologia.pt/vii_congresso/?area=016&lg=pt)
- Mattoso, J. (2008). *A Identidade Nacional* (4ª ed.). Gradiva/Fundação Mário Soares.
- Mónica, M. F. (2020a). *Os Pobres* (2ª ed.). A Esfera dos Livros.
- Mónica, M. F. (2020b). *O Olhar do Outro: Estrangeiros em Portugal: do Século XVIII ao Século XX*. Relógio d'Água.
- Rosa, M. J. V., & Chitas, P. (2010). *Portugal: Os Números* (2ª ed.). Fundação Francisco Manuel dos Santos/Relógio d'Água Editores.
- Silva, L. F. da, Viera, C., & Soares, B. (2000, abril). *Práticas e Lógicas Quotidianas da Alimentação*. IV Congresso Português de Sociologia. Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos, Coimbra, Portugal.  
<https://aps.pt/pt/atas-iv-congresso/>
- Truninger, M. (2018). *Hábitos Alimentares dos Portugueses*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

**Data de submissão:** 31/01/2021 | **Data de aceitação:** 15/07/2021



# EITHER UNFREEDOM OR DEATH? A genealogy of the “freedom or survival” discourse

## OU AUSÊNCIA DE LIBERDADE OU MORTE? Uma genealogia do discurso “liberdade ou sobrevivência”

*Anastassia Tsoukala*

University of Paris, Humanities and Social Sciences, Research Center for Philosophy, Sociology, Semiology and Politics. Université Paris-Saclay, Bâtiment 335, 91440 Bures-sur-Yvette, France.

*E-mail:* tsoukala.anastassia@gmail.com

**Abstract:** This paper aims at highlighting the genealogy of what we may arguably consider as the ongoing shrinking of post-war democratic achievement in Western liberal democracies. In focusing on the 21<sup>st</sup> century, it analyzes the way threat, freedom and democracy have been redefined in the aftermath of the September 11<sup>th</sup> attacks in order to legitimize liberty-restricting rules, and seeks to show how this radical reframing of liberal democracy has been further enhanced during the management of the pandemic crisis as part of a constantly evolving political blackmail to citizens confronted with the dilemma “freedom or survival”.

**Keywords:** freedom, civil rights and liberties, counterterrorism, pandemic crisis.

**Resumo:** Este artigo explora a genealogia daquilo que pode seguramente ser interpretado como a contínua retração das conquistas democráticas do pós-guerra nas democracias liberais ocidentais. Focando-se no século XXI, o texto analisa como os conceitos de ameaça, liberdade e democracia foram redefinidos na sequência dos ataques do 11 de setembro, de modo a legitimar regras restritivas da liberdade. Procura também, por outro lado, demonstrar como este reenquadramento radical da democracia liberal foi aprofundado durante a gestão da crise pandémica, enquanto parte de uma chantagem política em constante evolução contra cidadãos confrontados com o dilema “liberdade ou sobrevivência”.

**Palavras-chave:** liberdade, direitos e liberdades civis, contraterrorismo, crise pandémica.

### Introduction

In Western liberal democracies, suppression is justified in the name of keeping public peace. It is part of a mechanism that seeks to prevent or restore breaches of an order that has been consensually accepted as social life frame by the citizens of a given country. In case of conjectural or systematic deviation, that is, when suppression is being instrumentalized in order to weaken the political opponents of the day, its justificatory ground becomes estranged from the democratic ideal but this move remains unmentionable. Formally speaking, repressive control of social and political unrest is legitimized in the name of public order-oriented policies. What lies beneath these policies – the need to protect political and economic order upon which rests the regime – is never admitted.

In the post-war period, this implicitly prevailing balance has been disturbed for the first time at a global scale in the aftermath of the 2001 Al Qaeda attacks, which stirred up an in-depth reframing of the prior citizen-executive relation, at the expense of civil rights and liberties, thus paving the way for a new form of governance to be established following the rhythm of successive Islamic attacks in many Western metropolitan centers across the world. Practically twenty years after the first Al Qaeda attacks, this gradually expanding reframing of the very structure of liberal democracy has been further boosted by the sanitary crisis caused by the COVID-19 pandemic, once again at a global scale, as its management has seriously jeopardized many different until then guaranteed civil rights and liberties across Europe.

In opting for a reflexive stance, this paper aims at highlighting the genealogy of what we may arguably consider as the ongoing shrinking of post-war democratic achievement in Western liberal democracies in order to show (dis)continuities in both its legitimization process and the nature of civil rights and liberties thus targeted. For this purpose, it will seek firstly to analyze the way certain key notions have been redefined from 2001 onwards to see afterwards how this radical reframing of liberal democracy has been implemented as part of a constantly evolving political blackmail to citizens confronted with the dilemma “freedom or survival”.

### **Redefining the threat in the aftermath of the 2001 attacks**

Ground-breaking attacks in the USA (United States of America) and, later on, in many European metropolitan centers stirred up an array of threat-defining communication strategies that held a hegemonic position in European mass media to frame the nature of threat, the attackers’ key features and endangered values. Public discourses that have been elaborated by politicians, law enforcers, intelligence officers, opinion leaders and journalists were aiming at the confirmation of the real or imaginary foundations of Western liberal democracies’ political past in order to draw the boundaries of a new order of things (Johnson, 2002; Steinert, 2003; Tsoukala, 2004, 2006, 2008a; Lazar & Lazar, 2004; Graham et al., 2004; Hodges & Nilep, 2007).

While, until then, the threat posed on many European governments by various armed organizations and groups was deemed to be intertwined with the transformations of a given domestic political field and integrated into a somewhat predictable repertoire of actions, the 21<sup>st</sup> century threat was presented in the public debate as the outcome of unfamiliar modes of action that were rendering it

uncontrollable because it was unpredictable, limitless, long-lasting, global and local (Tsoukala, 2008a). Media representation of this particularly fearful threat was completed by the image of a taken for granted osmosis between armed struggle and crime, as the attackers were believed to be also involved in organized crime networks.

Threat specificities were further highlighted by the embracing of many different communication strategies to define the attackers' identity. Schematically speaking, the formerly prevailing pattern in the social construction of the threatening other was relying on a rupture process, likely to exclude the perpetrator of the allegedly threatening acts from the mainstream society (Girard, 1972). By stigmatizing the other, this pattern was legitimizing the unreserved implementation on them of a series of coercive measures, even extreme ones, while allowing broad consensual confirmation of collective values to be protected (Cohen, 1972; Hall et al., 1978; Goode & Ben-Yehuda, 1994; Critcher, 2003). Political and social exclusion of the other, frequently achieved by putting forward an image of them as irrational and bestial people (Tsoukala, 2008b), was resting upon a binary logic that was serving the needs of a hegemonic public discourse due to its ability to simplify complex issues. Multifaceted causes of violent acts committed by the other were thus being hushed along with any calling into question of mainstream society's potential collective responsibility. Bearing in mind that such communication strategies are always designed in conjunction with the evolving specificities of the political field they are addressed to (Tsoukala, 2011), it is not a surprise that discursive management of the threat posed by 21<sup>st</sup> century attacks has been adapted to current geopolitical interests at stake. Former extreme forms of social and political exclusion, resting upon irrationality and bestiality, have thus been dismissed in order to avoid or, at least, lessen the hostility of the worldwide Muslim community and to defend domestic multicultural models. The rupture process was not structured anymore in terms of horizontal exclusion but in terms of vertical classification. Attackers were always being perceived following a binary logic but they were no longer seen as radically other than the rest of mankind. They were simply deemed to be morally and culturally inferior. Their moral inferiority was brought forth as evident in accordance with a Manichean worldview where the good lies with the threatened Western countries and the evil with the aggressors. The image of their cultural inferiority extended the aforementioned Manichean reasoning insofar as it reinforced the creation of an outer space, detached from contemporary allegedly violence-controlling societies, to relegate attackers and their leaders. This outer space has been constantly qualified as "barbaric" by contrast to the "civilized" space of Western societies (Tsoukala, 2008a).

These morally and culturally inferior attackers have been presented as enemies of freedom and democracy since they were overtly seeking to harm the democratic way of life of Western societies. The powerfulness of this image stemmed from its implicit global scope. While attacks targeted a specific way of life, which was related to a particular politico-economic ideology, prevalent in Western capitalist liberal democracies (Lazar & Lazar, 2004, p. 228), the identification of this way of life with freedom implied that the attackers were defying a universal, apolitical value and not an ideologically-driven definition of it. This semantic shift, which allowed drawing a clear line between the Western-freedom-loving countries and the allegedly freedom-hating attackers, rested upon a double silence. On the one side, freedom was never understood in the commonly accepted Kantian sense of the term, that is, as freedom to act following rational criteria. Attacks were presented as violent acts floating in a geopolitical/economic vacuum that deprived them from any rational political substantiation. On the other side, as freedom was implicitly believed to be an exclusive feature of the threatened countries, the attackers were never seen as other people freedom fighters. In the absence of any geopolitical/economic background, their attacks could not be possibly related to the defence of other people interests or needs. Being presented in a combined manner, these silenced freedom-related themes strengthened the image of the backward, undemocratic and illiberal attackers, allowing thus their categorization as radically external to the commonly shared value of freedom and its democratic corollaries.

### **The legitimization of counterterrorist emergency rules**

If we focus on counterterrorism policies introduced by EU (European Union) countries in the post-September 11<sup>th</sup> era, we realize that they converge on two points. On the one hand, they tend to reinforce international cooperation among law enforcers, judges and intelligence officers. On the other hand, they rely heavily on laws and emergency rules that restrict civil rights and liberties in the name of the efficiency of counterterrorism. In a nutshell, relevant laws provide namely for the creation of new offences; for the extension of the powers of law enforcement agencies; for derogatory procedures regarding prosecution and trial of a series of offences; and for harsher penalties and stiffer forms of detention. More often than not, the strengthening of the legal arsenal goes along with the declaration of a state of emergency and the subsequent introduction of initially temporary emergency measures that in certain cases are being turned into permanent elements of domestic legal systems (Vauchez, 2019), thus creating a *de facto* permanent state of emergency that

establishes the insecurity of the law in the name of the security of the state and unveils contradictions and shortcomings of Western liberal democracies.

Far from being a recent phenomenon, liberty-restricting states' responses to armed struggle have been a constant feature of post-war counterterrorism policies across Europe as governments faced with domestic armed organizations and groups have usually dealt with this form of political violence by introducing derogatory laws and, occasionally, by declaring a state of emergency to provide for suspension of certain civil rights and liberties (Groenewold, 1992; Della Porta, 1993; Donohue, 2001; Cettina, 2001). The introduction of emergency rules went always hand in hand with their legitimization by appropriate communication strategies so that governments would not lose their moral advantage over armed organizations and groups, which believed that the end justified the means, and therefore would not be denounced for their authoritarian stance. Yet, discursive approaches to security (Waeber, 1995; Buzan et al., 1998) have pointed out that, when successful, such political discourses were embedded into the implementation of new forms of governance, as inherent part of a broader process of transforming security into a key political stake (Huysmans, 2004). In seeking to establish these forms of governance, the legitimization of counterterrorism policies had relied heavily on the argument that civil rights and liberties were impeding the implementation of efficient counterterrorism policies and had therefore to be restricted in order to protect the security of the individuals.

Despite the fact that this thesis has been a constant object of vivid criticisms in international academia (Della Porta, 1993; Chalk, 1995; Donohue, 2001), the 21<sup>st</sup> century key argumentation does not differ in any significant way from former discursive schemes. Current emergency rules have been legitimized through public discourses that sought to reclassify and to redefine freedom, as political value, in order to reconfigure the relationship between the executive and citizens in Western liberal democracies.

From 2001 onwards, the introduction of liberty-restricting laws rested upon the argument that democracy, due to its intrinsic open nature, is vulnerable to serious security threats, especially when these originate from armed organizations and groups. It was therefore considered that the protection of citizens' freedom was conflicting with the protection of their security because it was hindering the implementation of efficient counterterrorism policies.

Since freedom and security were perceived as two equal but conflicting values, it was obvious that lawmakers would follow the general legal pattern that whenever the law protects two or more opposed values one of them must be sacrificed or redefined so that it becomes subordinated to the other. Public discourses,

both at the domestic and EU level, have thus been structured around the idea of a balance to be struck (Tsoukala, 2004), of a necessary readjustment between two conflicting values, freedom and security. In presenting this readjustment as an absolutely rational need, the defenders of this thesis obscured the fact that its acceptance would imply a fundamental distortion of the notion of democracy, which cannot be possibly dissociated from civil rights and liberties (Waldron, 2003). Contrary to the key argument of the established public discourse, democracy is the framework in the inside of which can evolve security and not a theoretically equal to security set of values that can be sacrificed if this is deemed to be necessary by the executive. In disregarding the fact that civil rights and liberties are a substantive part of this frame, the executive sought to pull them instead inside the frame, as one among other values to protect during the ordinary act of governing. This repositioning entailed their transmutation as it broke their fixed conceptual substance to turn them into fluid, flexible concept containers. Being thus transformed into a mere political instrument, civil rights and liberties became adjustable to the requirements of everyday governing. From then forth, they could be selectively implemented, variously interpreted or even temporarily suspended without entailing any major political crisis. Accordingly, law and security were no longer the means to guarantee the exercise of civil liberties but were turned into ends in themselves and, consequently, into internal restrictions of these freedoms. As for justice, it ceased to be the core element of the rule of law to become a relative, politically-oriented social value, in the service of the executive (Tsoukala, 2006).

The meaning thus given to the new order of things served a twofold political objective. Firstly, it suggested that the measures in question should not be attributed to undemocratic intentions. On the contrary, they were deemed to strengthen democracy; they were a necessary democratic response to new security problems, the emergence of which required the redefinition of political priorities through the establishment of a new balance between conflicting collective values and interests. Secondly, the idea of a balance to be struck between two allegedly opposed social values was very reassuring. While making an implicit reference to the notion of justice, it was perceived as the outcome of a thorough and rational consideration of the interests at stake that guaranteed by definition optimal crisis management without having recourse to excessive, disquieting undemocratic measures. Liberty-restricting measures were thus presented as positive aspects of evolving democratic societies and not as negative characteristics of a regressing democratic process. Accordingly, public discourses focused solely on the resolution of the value conflict, hence thrusting aside the question of the conflict itself.

To achieve this objective, reversed presentation of liberty-restricting measures rested upon an equally reversed definition of freedom, which ceased to be defined in positive terms, as freedom to think and act in a law-abiding way, to be understood in negative terms, as release from a threat. Acts committed by armed organizations and groups were not perceived as a threat posed on the freedom of people to think and act in democratic terms but as a threat that people had to set themselves free from so that they may remain alive – in the strict biological sense of the term, not as citizens living in democracy. The public discourse on freedom became a discourse on fear and insecurity in front of the allegedly forthcoming destruction and the protection of a freedom defined in such a way served to justify all future counterterrorism measures, regardless of their illiberal content. In other words, far from being identified with civil rights and liberties, freedom legitimized their restriction. People should accept restriction of their ontological freedom in the name of the protection of their freedom from fear. This transformation of fear into a key political stake allowed, in turn, the legitimization of a new form of governance, grounded on the management of fear and unease and relying both on sophisticated technologies of surveillance and permanent introduction of illiberal elements in the legal system of many Western liberal democracies (Bigo, 2002; Huysmans, 2004, 2006; Bigo & Tsoukala, 2008).

### **From counterterrorism to the pandemic crisis**

Representing freedom as a value opposed to one's survival depoliticizes political reality because it disregards both geopolitical stakes lying beneath Islamic attacks (Collectif, 2020) and longstanding racist policies that impoverish and marginalize Muslim communities in many European countries, thus enhancing their vulnerability to Islamic radicalization (Bonelli & Bigo, 2008; Guibet Lafaye, 2017). Academic research has further shown that this depiction of freedom is arbitrary as it does not rely on any reliable causal relation between the effective protection of security and the restriction of civil rights and liberties. Nonetheless, the counterterrorism discourse that opposes freedom to survival is nowadays dominant, as a taken-for-granted truth, thus framing people in a position of voluntary obedience or essentially fruitless resistance.

When the COVID-19 threat emerged at a global scale, this well-established perception of the citizen-executive relation served as a solid background to integrate new liberty-restricting policies that, once again, were relying on the necessity to sacrifice our freedom in order to remain alive. Introduction of wide-sweeping emergency rules was so intense that the US Freedom House (Repucci & Slipowitz, 2020, p. 1) considered that “since the coronavirus outbreak began, the condition of

democracy and human rights has grown worse in 80 countries”, while the European Parliament’s Civil Liberties Committee (European Parliament, 2020, p. 1) stressed that “emergency measures pose a ‘risk of abuse of power’ and (...) that any measure affecting democracy, the rule of law, and fundamental rights must be necessary, proportional and time-limited”.

The management of these two crises bears many similarities. In both cases, the threat is seen as exceptionally worrisome because it is hard to control due to its unfamiliar modes of manifestation that are rendering it unpredictable, limitless, long-lasting, ever-changing, global and local. In both cases, there is no reliable or even rational causal relation between liberty-restricting measures and the efficient protection of our security or safety. For example, there is no evidence that the introduction of derogatory criminal proceedings has had any impact on citizens’ security. Nor is there any plausible justification of the fact that, in many European countries, public health measures implied that restaurants or bookshops had to shut down, in spite of them respecting sanitary protocols, while everyday working people kept on being crowded in public transport systems. Finally, in both cases crisis management relied heavily on repressive policies that have been used as an instrument to control fear rather than to keep public peace, thus allowing the increasing strengthening of the executive.

At the same time, management of the abovementioned crises diverges in many respects. First of all, while in both cases reinforced suppression fulfills various political needs and interests at stake, the reluctance to adopt alternative strategies is associated with different temporalities as regards the manifestation of the threatening phenomenon. In counterterrorism, the hegemonic place held by suppression arguably reveals longstanding unwillingness to address the abovementioned origins of (inter)national political violence. In the management of the COVID-19 pandemic, the importance of the role conferred to suppression stems from the reluctance to address major facets of an already existent phenomenon. Though it is undeniable that efficient control of the pandemic requires strengthening of public health and education systems, improvement of public transport and slowing down of the production rhythms of key domestic economic sectors, such as heavy and small industry, neo-liberalism-oriented government plans seek to avoid all relevant reforms.

Secondly, while in both cases political management of the respective threat aims, among others, at weakening the position of the individuals-subjects of rights, their ensuing declining political existence is being established in a gradual way. Initially, individuals were asked to accept passively their rights to be restricted but responsibility for tackling the Islamic threat was resting on public authorities. Nowadays, people are asked to actively contribute to further restrictions of their

rights, are seen as heavily responsible for the (in)effective control of the pandemic and have to bear guilt for potentially threatening other people's life due to their alleged lack of discipline.

Thirdly, targeted civil rights and liberties differ greatly from one case to the other. Implementation of counterterrorism laws and measures seriously affected an array of legal rights (rules and guarantees in criminal proceedings, restricted privacy due to expanding surveillance, etc.). Individuals have been deprived from many protective filters that were meant to define their constitutional association with the repressive apparatus. Implementation of pandemic-related measures affects rights that concern people as political subjects (restricted/banned freedom of assembly) or refer to their ontological condition (restricted/banned freedom of movement, restricted social life, etc.). Individuals are being stripped off their immaterial needs, be they political or psychological, to be identified with mere living creatures that are endowed with only material needs and exist to serve the material needs of their respective political and economic system.

## Conclusion

This overview of the impact on democracy of two major events sought to seize the rationale of what underlies counterterrorism and pandemic-related policies in order to unveil the core concepts and correlated mechanisms that determined an ongoing consensus-oriented legitimization process of liberty-restricting measures, which made possible a worldwide regression of the post-war democratic achievement in many Western liberal democracies. In being placed in front of the arbitrary yet presented as rational and necessary dilemma "freedom or survival", people have been called to abdicate from many different forms and expressions of freedom. Management of respective threats thus ended up by enlarging fissures of liberal democracy. Worldwide gradual transformation of fissures into cracks, with subsequent sliding of post-war liberal democracy to authoritarian models of governance, is by definition detached from any specific power games within the (inter)national political field, hence allowing us to suppose that it does not uncover primarily the quest for power of illiberally-oriented political elites but liberal democracy's inherent political vulnerability. If, as I had argued elsewhere (2009), civil rights and liberties have been cherished by political elites during the first post-war decades as a major propaganda tool in a Cold War ideological struggle and, consequently, have lost most of their political appeal after 1989, it should be predictable that, from then onwards, governments would seek to modify, for their own benefit, prior balance of power in democracy.

Deconstructing discursive schemes that in the course of time generated current illiberal state of things entails awareness and, as such, it is a necessary stage to counter this ongoing transformation of the political field. Yet, the ground that has been lost as regards protection of civil rights and liberties cannot be possibly gained back, let alone be further expanded, if we do not meet the challenge to identify these initial fissures. The question is not so much to analyze why political elites relied on preexisting fissures to expand their power at the expense of civil rights and liberties but to understand what these fissures consisted of and why they remained unaffected during the post-war democratization process of Western liberal democracies. This question concerns all of us, both as scholars and political subjects.

## References

- Bigo, D. (2002). Security and Immigration: Toward a Critique of the Governmentality of Unease. *Alternatives: Global, Local, Political*, 27(1\_suppl), 63-92.
- Bigo, D., & Tsoukala, A. (Eds.) (2008). *Terror, Insecurity and Liberty: Illiberal Practices of Liberal Regimes after 9/11*. Routledge.
- Bonelli, L., & Bigo, D. (2008). *Preventing Violent Radicalisation and Terrorist recruitment in the EU: the threat to Europe by Radical Islamic terrorist groups* (PE 393.277). European Parliament.
- Buzan, B., Waeber, O., & de Wilde, J. (1998). *Security: A New Framework for Analysis*. Lynne Rienner.
- Cettina, N. (2001). *L'antiterrorisme en question*. Michalon.
- Chalk, P. (1995). The Liberal Democratic Response to Terrorism. *Terrorism and Political Violence*, 7(4), 10-44.
- Cohen, S. (1972). *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and Rockers*. MacGibbon and Kee Ltd.
- Collectif (2020, December 6). Terrorisme: les guerres ne résolvent pas le problème, elles l'aggravent. *L'Obs*.  
<https://www.nouvelobs.com/idees/20201206.OBS37144/terrorisme-les-guerres-ne-resolvent-pas-le-probleme-elles-l-aggravent.html>
- Critcher, C. (2003). *Moral Panics and the Media*. Open University Press.
- Della Porta, D. (1993). State Responses to Terrorism: The Italian Case. In R. Crelinston, & A. Schmidt (Eds.), *Western Responses to Terrorism* (pp. 151-170). Frank Cass.
- Donohue, L. (2001). *Counter-Terrorist Law and Emergency Powers in the United Kingdom 1922-2000*. Irish Academic Press.
- European Parliament. (2020, October 27). *European values: COVID-19 emergency measures pose a "risk of abuse of power"* [Press release].  
<https://www.europarl.europa.eu/news/el/press-room/20201024IPR90104/european-values-covid-19-emergency-measures-pose-a-risk-of-abuse-of-power>

- Girard, R. (1972). *La violence et le sacré*. Grasset.
- Goode, E., & Ben-Yehuda, N. (1994). *Moral Panics*. Blackwell.
- Graham, P., Keenan, T., & Dowd, A-M. (2004). A call to arms at the end of history: a discourse-historical analysis of George W. Bush's declaration of war on terror. *Discourse & Society*, 15(2-3), 199-221.
- Groenewold, K. (1992). The German Federal Republic's Response and Civil Liberties. *Terrorism and Political Violence*, 4(4), 136-150.
- Guibet Lafaye, C. (2017, November). *De l'ennemi global à l'ennemi intérieur, la territorialisation de la menace terroriste par l'État français dans les années 2000*. Réactions des États français et allemands aux menaces perçues comme terroristes dans les années 1970 et aujourd'hui, Leipzig, Germany.  
<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01635375/document>
- Hall, S., Critcher, C., Jefferson, T., Clarke, J., & Roberts, B. (1978). *Policing the Crisis: Mugging, the State and Law and Order*. Palgrave Macmillan.
- Hodges, A., & Nilep, C. (Eds.) (2007). *Discourse, War and Terrorism*. John Benjamins.
- Huysmans, J. (2004). A Foucaultian view on spill-over: freedom and security in the EU. *Journal of International Relations and Development*, 7, 294-318.
- Huysmans, J. (2006). *The Politics of Insecurity*. Routledge.
- Johnson, R., (2002). Defending Ways of Life: The (Anti-) Terrorist Rhetorics of Bush and Blair. *Theory, Culture & Society*, 19(2), 211-231.
- Lazar, A., & Lazar, M. (2004). The discourse of the New World Order: 'out-casting' the double face of threat. *Discourse & Society*, 15(2-3), 223-242.
- Repucci, S., & Slipowitz, A. (2020, October). *Democracy under lockdown: the impact of COVID-19 on the global struggle for freedom*. Freedom House.  
<https://freedomhouse.org/report/special-report/2020/democracy-under-lockdown>
- Steinert, H., (2003). The indispensable metaphor of war: On populist politics and the contradictions of the state's monopoly of force. *Theoretical Criminology*, 7(3), 265-291.
- Tsoukala, A. (2004). Democracy Against Security: The Debates About Counter-terrorism in the European Parliament, September 2001-June 2003. *Alternatives: Global, Local, Political*, 29(4), 417-439.
- Tsoukala, A. (2006). Democracy in the Light of Security: British and French Political Discourses on Domestic Counterterrorism Policies. *Political Studies*, 54(3), 607-627.
- Tsoukala, A. (2008a). Defining Terrorism in the Post-September 11<sup>th</sup> Era. In D. Bigo, & A. Tsoukala (Eds.), *Terror, Insecurity and Liberty: Illiberal Practices of Liberal Regimes after 9/11* (pp. 49-99). Routledge.
- Tsoukala, A. (2008b). Boundary-creating Processes and the Social Construction of Threat. *Alternatives: Global, Local, Political*, 33(2), 139-154.
- Tsoukala, A. (2009). Terrorist threat, freedom, and politics in Europe. In P. Noxolo, & J. Huysmans (Eds.), *Community, Citizenship and the 'War on Terror': Security and Insecurity* (pp. 71-88). Palgrave Macmillan.
- Tsoukala, A. (2011). Timing 'dangerousness': football crowd disorder in the Italian and Greek press. *Sport in Society*, 14(5), 598-611.

- Vauchez, S. H. (2019). La fabrique législative de l'état d'urgence en France. *Cultures & Conflits*, 113, 17-41.
- Waever, O. (1995). Securitization and Desecuritization. In R. Lipshutz (Ed.), *On Security* (pp. 46-86). Columbia University Press.
- Waldron, J. (2003). Security and Liberty: The Image of Balance. *The Journal of Political Philosophy*, 11(2), 191-210.

**Data de submissão:** 31/03/2021 | **Data de aceitação:** 02/08/2021





TRADUÇÃO  
TRANSLATION



# OU AUSÊNCIA DE LIBERDADE OU MORTE? Uma genealogia do discurso “liberdade ou sobrevivência”

## EITHER UNFREEDOM OR DEATH? A genealogy of the “freedom or survival” discourse

*Anastassia Tsoukala*

University of Paris, Humanities and Social Sciences, Research Center for Philosophy, Sociology, Semiology and Politics. Université Paris-Saclay, Bâtiment 335, 91440 Bures-sur-Yvette, France.

E-mail: tsoukala.anastassia@gmail.com

Tradução<sup>1</sup> do original em inglês [Tsoukala, A. (2021). Either unfreedom or death? A genealogy of the “freedom or survival” discourse. *SOCIOLOGIA ON LINE*, (26), 82-93.] de Guilherme Mira Godinho

**Resumo:** Este artigo explora a genealogia daquilo que pode seguramente ser interpretado como a contínua retração das conquistas democráticas do pós-guerra nas democracias liberais ocidentais. Focando-se no século XXI, o texto analisa como os conceitos de ameaça, liberdade e democracia foram redefinidos na sequência dos ataques do 11 de setembro, de modo a legitimar regras restritivas da liberdade. Procura também, por outro lado, demonstrar como este reenquadramento radical da democracia liberal foi aprofundado durante a gestão da crise pandémica, enquanto parte de uma chantagem política em constante evolução contra cidadãos confrontados com o dilema “liberdade ou sobrevivência”.

**Palavras-chave:** liberdade, direitos e liberdades civis, contraterrorismo, crise pandémica.

**Abstract:** This paper aims at highlighting the genealogy of what we may arguably consider as the ongoing shrinking of post-war democratic achievement in Western liberal democracies. In focusing on the 21<sup>st</sup> century, it analyzes the way threat, freedom and democracy have been redefined in the aftermath of the September 11<sup>th</sup> attacks in order to legitimize liberty-restricting rules, and seeks to show how this radical reframing of liberal democracy has been further enhanced during the management of the pandemic crisis as part of a constantly evolving political blackmail to citizens confronted with the dilemma “freedom or survival”.

**Keywords:** freedom, civil rights and liberties, counterterrorism, pandemic crisis.

### Introdução

Nas democracias liberais ocidentais, a supressão de direitos é justificada em nome da manutenção da paz pública. Faz parte de um mecanismo que procura impedir ou restaurar brechas numa ordem consensualmente aceite como quadro de vida social pelos cidadãos de diferentes países. Quando a supressão é instrumentalizada de modo a enfraquecer os opositores políticos do momento a sua fundamentação afasta-se do ideal

---

1 O texto foi traduzido segundo o novo acordo ortográfico.

democrático mas o movimento permanece indiscutível. Formalmente, o controlo repressivo do conflito social e político é legitimado em nome de políticas de ordem pública. Aquilo em que se baseiam esses procedimentos — a necessidade de proteção da ordem política e económica na qual assenta o regime — nunca é assumido.

Este equilíbrio implícito, prevalecente no pós-guerra, foi pela primeira vez perturbado à escala global na sequência dos ataques de 2001 levados a cabo pela Al Qaeda. Esses ataques suscitaram um substancial reenquadramento da anterior relação entre cidadão e poder executivo, com a supressão de direitos e liberdades civis, abrindo, por essa via, caminho à institucionalização de uma nova forma de governação que, por seu turno, se foi consolidando à medida que foram ocorrendo os sucessivos ataques do terrorismo islâmico em muitos outros centros metropolitanos ocidentais. Cerca de vinte anos depois dos primeiros ataques da Al Qaeda, este reenquadramento gradual da estrutura da democracia liberal ganhou novo impulso com a crise sanitária provocada pela pandemia de COVID-19. Trata-se novamente de uma crise à escala global, cuja gestão fragilizou seriamente uma multiplicidade de direitos e liberdades civis antes tidos como garantidos em toda a Europa.

Orientado por uma abordagem reflexiva, este artigo explora a genealogia daquilo que pode seguramente ser interpretado como a contínua retração das conquistas democráticas do pós-guerra nas democracias liberais ocidentais, procurando, em paralelo, revelar as (des)continuidades tanto no seu processo de legitimação quanto na natureza dos direitos e liberdades civis fragilizados. Para o efeito, analisa, em primeiro lugar, o modo como certas noções-chave foram redefinidas desde 2001, para, num segundo momento, demonstrar como este reenquadramento radical da democracia liberal foi instituído enquanto parte de uma chantagem política em constante evolução contra cidadãos confrontados com o dilema “liberdade ou sobrevivência”.

### **Redefinindo a ameaça depois dos ataques de 2001**

Ataques inéditos nos EUA (Estados Unidos da América) e, mais tarde, em vários centros metropolitanos europeus, desencadearam uma série de estratégias de comunicação da ameaça. Este trabalho de definição da ameaça tornou-se hegemónico nos meios de comunicação social europeus, no que concerne ao enquadramento da natureza do perigo, do perfil dos atacantes e dos valores ameaçados. Os discursos públicos elaborados por políticos, forças de segurança, serviços de informação, líderes de opinião e jornalistas apontavam para a validação dos fundamentos do passado político das democracias liberais ocidentais, sejam eles reais ou imaginários, de modo a traçar as fronteiras de uma nova ordem das coisas (Johnson, 2002;

Steinert, 2003; Tsoukala, 2004, 2006, 2008a; Lazar & Lazar, 2004; Graham et al., 2004; Hodges & Nilep, 2007).

Se, até então, se considerava que a ameaça colocada por várias organizações e grupos armados a muitos governos europeus se encontrava essencialmente ligada às transformações dos diversos campos políticos domésticos e se integrava num repertório mais ou menos previsível de ações, a ameaça do século XXI foi apresentada no debate público como o resultado de modos de ação inéditos, com os quais “o Ocidente” não estava familiarizado; modos de acção que a tornavam incontrollável, por ser imprevisível, ilimitada, persistente, global e local (Tsoukala, 2008a). A representação desta ameaça particularmente temível nos média foi complementada pela imagem, tida como evidente, de uma osmose entre luta armada e crime, na medida em que se acreditava que os atacantes estariam também envolvidos em redes de crime organizado.

As especificidades desta ameaça foram ainda vincadas pela adoção de estratégias de comunicação muito diversas para definir a identidade dos atacantes. De modo esquemático o padrão anteriormente prevalecente na construção social do outro-ameaçador assentava num processo de rutura que tendia a marginalizar da sociedade o perpetrador dos atos alegadamente ameaçadores (Girard, 1972). Ao estigmatizar o outro, este padrão legitimava a implementação incondicional de uma série de medidas coercivas, algumas delas extremas, permitindo ao mesmo tempo uma ampla e consensual confirmação de valores coletivos a serem protegidos (Cohen, 1972; Hall et al., 1978; Goode & Ben-Yehuda, 1994; Critcher, 2003). A exclusão política e social do outro, frequentemente alcançada ao apresentar a sua imagem enquanto agente irracional e animalesco (Tsoukala, 2008b), assentava numa lógica binária que servia os quesitos do discurso público hegemónico devido à sua capacidade de simplificar assuntos complexos. A identificação das causas multifacetadas que poderiam ajudar a compreender os atos violentos cometidos pelo outro era, assim, silenciada, tal como quaisquer questões relativas à eventual responsabilidade coletiva da sociedade dominante eram, na prática, suprimidas ou impedidas de serem formuladas. Atendendo a que a conceção dessas estratégias de comunicação emparelha sempre nas circunstâncias evolutivas do campo político no qual essas estratégias se integram (Tsoukala, 2011), não surpreende que a gestão discursiva da ameaça criada pelos ataques do século XXI se tenha conformado aos interesses geopolíticos contemporâneos. Formas extremas de exclusão social e política anteriores, assentes na irracionalidade e na monstruosidade do outro, foram então descartadas, de modo a evitar ou, pelo menos, reduzir a hostilidade da comunidade islâmica mundial, mas também para defender modelos multiculturais domésticos. O processo de

rutura deixou de ser estruturado em termos de exclusão horizontal, passando a sê-lo em termos de classificação vertical. Os atacantes foram sempre encarados segundo uma lógica binária, mas deixaram agora de ser vistos como algo radicalmente diferente do resto da humanidade. Presumia-se apenas que eram moral e culturalmente inferiores. A evidência da sua inferioridade moral repousava numa mundivisão maniqueísta em que o bem está do lado dos países ocidentais sob ameaça e o mal do lado dos agressores. A imagem da sua inferioridade cultural alargou o supracitado raciocínio maniqueísta, na medida em que reforçou a criação de um espaço exterior, separado das sociedades contemporâneas, em cujo seio a violência se encontra, aparentemente, controlada, de modo a desqualificar os atacantes e os seus líderes. Este espaço exterior foi constantemente rotulado como “bárbaro” em contraste com o espaço “civilizado” das sociedades ocidentais (Tsoukala, 2008a).

Esses atacantes moral e culturalmente inferiores foram apresentados como inimigos da liberdade e da democracia, dado que procuravam abertamente destruir o modo de vida democrático das sociedades ocidentais. A potência desta imagem resultou do seu alcance global implícito. Apesar de os ataques terem como alvo um determinado modo de vida, ligado a uma ideologia político-económica particular, predominante nas democracias liberais capitalistas ocidentais (Lazar & Lazar, 2004, p. 228), a identificação deste modo de vida com liberdade sugeria que os atacantes contestavam um valor apolítico universal e não uma definição ideologicamente construída do mesmo. Este desvio semântico, que permitiu traçar uma clara linha de separação entre os países ocidentais amantes da liberdade e os atacantes que supostamente odeiam a liberdade, apoiou-se num silêncio duplo. Por um lado, a liberdade nunca foi entendida no sentido kantiano convencional, isto é, enquanto liberdade de agir segundo critérios racionais. Os ataques foram apresentados como atos violentos a flutuar num vácuo geopolítico/económico, privando-os de qualquer fundamentação política racional. Por outro lado, dado que se pressupunha que a liberdade era um exclusivo dos países ameaçados, os atacantes nunca foram vistos como lutadores pela liberdade de outras pessoas. Na ausência de qualquer enquadramento geopolítico/económico, era impossível relacionar esses ataques com a defesa de interesses ou necessidades de outras pessoas. Sendo apresentados de forma combinada, o silenciamento desses temas relacionados com a liberdade reforçou a imagem de atacantes retrógrados, antidemocráticos e antiliberais, permitindo, assim, a sua categorização como radicalmente exteriores ao valor amplamente partilhado da liberdade e aos seus corolários democráticos.

## A legitimação de regras de emergência contraterrorista

Se nos focarmos nas políticas de contraterrorismo introduzidas nos países da UE (União Europeia) na era pós-11 de setembro, verifica-se que convergem em dois pontos. Por um lado, tendem a consolidar a cooperação internacional entre forças de segurança, tribunais e serviços de informação. Por outro lado, dependem fortemente de leis e regras de emergência que restringem direitos e liberdades civis em nome da eficácia do contraterrorismo. Objeto de uma espécie de encapsulamento, a legislação aplicável proporciona a possibilidade de criação de novos delitos; a extensão dos poderes das agências de segurança; a instituição de procedimentos derogatórios da formulação de acusações e julgamento de uma série de delitos; penas mais duras e formas mais severas de detenção. Com frequência, o reforço do arsenal jurídico é acompanhado pela declaração de um estado de emergência e pela subsequente introdução de medidas de emergência apresentadas inicialmente como temporárias, mas que, perante determinadas circunstâncias, se transformam em elementos permanentes de diversos sistemas jurídicos nacionais (Vauchez, 2019), criando, desse modo, um estado de emergência permanente *de facto* que estabelece a insegurança da lei em nome da segurança do Estado, revelando as contradições e lacunas das democracias liberais ocidentais.

Longe de ser um fenómeno recente, a restrição de liberdades como resposta à luta armada constituiu um recurso constante das políticas de contraterrorismo do pós-guerra em toda a Europa, dado que a réplica-padrão à violência política dos governos confrontados com organizações e grupos armados internos contemplou a adoção de leis derogatórias e, pontualmente, a declaração do estado de emergência para sustentar a suspensão de certos direitos e liberdades civis (Groenewold, 1992; Della Porta, 1993; Donohue, 2001; Cettina, 2001). A introdução de regras de emergência caminhou, a par e passo, com a sua legitimação através de estratégias de comunicação específicas, de forma a garantir que os governos, que acreditavam que os fins justificam os meios e que, em consequência, não seriam condenados pelas suas posições autoritárias, não perdessem a vantagem moral sobre as organizações e grupos armados. Contudo, os estudos discursivos de segurança (Waeber, 1995; Buzan et al., 1998) indicam que, quando bem-sucedidos, tais discursos políticos foram incorporados na implementação de novas formas de governação, como parte intrínseca de um processo mais amplo de transformação da segurança num tema político central (Huysmans, 2004). Ao procurar fundar essas formas de governação, a legitimação das políticas de contraterrorismo apoiou-se em larga medida no argumento de que os direitos e as liberdades civis impediam a implementação de políticas

de contraterrorismo eficazes, tendo, portanto, de ser restringidos de modo a proteger a segurança dos indivíduos.

Não obstante esta tese ter sido objeto de constantes e fortes críticas no campo académico internacional bem antes do “11 de setembro” (Della Porta, 1993; Chalk, 1995; Donohue, 2001), os pontos centrais da argumentação do século XXI não diferem de maneira significativa dos que informavam os registos discursivos anteriores. As regras de emergência atuais foram legitimadas através de discursos públicos que procuraram reclassificar e redefinir a liberdade enquanto valor político de modo a reconfigurar a relação entre o poder executivo e os cidadãos nas democracias liberais ocidentais.

De 2001 em diante, a introdução de leis restritivas da liberdade alicerçou-se no argumento de que a democracia, devido à sua natureza intrinsecamente aberta, é vulnerável a sérias ameaças de segurança, especialmente quando essas são causadas por organizações e grupos armados. Considerava-se, por conseguinte, que a proteção da liberdade dos cidadãos se encontrava em conflito com a proteção da sua segurança na medida em que aquela obstruía a implementação de políticas de contraterrorismo eficazes.

Com a liberdade e a segurança percebidos como dois valores equivalentes, embora conflituantes, tornou-se óbvio que os legisladores seguiriam o padrão jurídico que determina que sempre que a lei protege dois ou mais valores opostos, um deles deve ser sacrificado ou redefinido para que se subordine ao outro. Discursos públicos, tanto ao nível nacional como ao nível da UE, foram então estruturados em redor da ideia da necessidade de um equilíbrio (Tsoukala, 2004), de um reajustamento entre dois valores em conflito, liberdade e segurança. Ao apresentar este reajustamento como uma necessidade absolutamente racional, os defensores desta tese turvaram o facto de que a sua aceitação implicaria uma distorção fundamental da noção de democracia, a qual é indissociável dos direitos e liberdades civis (Waldron, 2003). Ao contrário do que considera este argumento central do discurso público dominante, a democracia é a configuração dentro da qual a segurança pode ser construída e não um conjunto de valores teoricamente equivalente à segurança que pode ser sacrificado se esse sacrifício for considerado necessário pelo poder executivo. Ao desconsiderar o facto de que os direitos e as liberdades civis são uma parte substancial desta configuração, o poder executivo procurou, ao invés, concebê-los como elementos por ela tutelados, como valores, entre outros, a proteger durante o ato corriqueiro de governar. Este reposicionamento implicou a sua transmutação, pois quebrou a sua substância concetual fixa para os transformar em recipientes de conceitos fluidos e flexíveis. Ao serem, então, transformados num mero instrumento político, os direitos e

liberdades civis tornaram-se ajustáveis às exigências da governação quotidiana. Daí em diante, os mesmos passaram a poder ser seletivamente implementados, variadamente interpretados ou até temporariamente suspensos sem que isso implicasse qualquer crise política grave. Desse modo, lei e segurança deixaram de ser um meio de garantir o exercício das liberdades civis, sendo então transformadas em fins por si só e, conseqüentemente, em restrições internas dessas liberdades. Quanto à justiça, ela deixou de ser o elemento nuclear do Estado de Direito para se tornar um valor social relativo, politicamente orientado, ao serviço do poder executivo (Tsoukala, 2006).

O significado então conferido à nova ordem das coisas atendia a um duplo objetivo político. Em primeiro lugar, sugeria que as medidas em questão não deveriam ser atribuídas a intenções antidemocráticas. Argumentava-se, pelo contrário, que elas fortaleciam a democracia; que foram uma resposta democrática necessária a novos problemas de segurança, cujo surgimento exigiu a redefinição das prioridades políticas através do estabelecimento de um novo equilíbrio entre valores e interesses coletivos em conflito. Em segundo lugar, a ideia de procurar um equilíbrio entre dois valores sociais alegadamente opostos era muito reconfortante. Embora se observasse uma referência implícita à noção de justiça, ela era encarada como o resultado de uma consideração minuciosa e racional dos interesses em jogo, que garantiam, por definição, uma gestão de crise perfeitamente equilibrada sem necessidade de recurso a medidas antidemocráticas, desproporcionais e alarmantes. As medidas restritivas de liberdade foram, pois, apresentadas como aspectos positivos de sociedades democráticas progressistas e não como características negativas de um processo democrático regressivo. Em consonância, os discursos públicos focaram-se exclusivamente na resolução do conflito de valores, deixando de lado a questão do conflito em si.

Para alcançar este objetivo, a apresentação inversa de medidas restritivas da liberdade assentou numa definição igualmente inversa de liberdade, que deixou de ser definida em termos positivos, como a liberdade de pensar e agir de forma cumpridora da lei, para ser entendida em termos negativos, como libertação de uma ameaça. Atos cometidos por organizações e grupos armados não foram entendidos como uma ameaça à liberdade das pessoas de pensar e agir em termos democráticos, mas como uma ameaça da qual as pessoas tinham de se libertar para que pudessem permanecer vivas — no estrito sentido biológico do termo, e não como cidadãos que vivem em democracia. O discurso público sobre a liberdade tornou-se um discurso sobre medo e insegurança diante de uma suposta destruição iminente e da proteção de uma liberdade definida de forma a justificar todas as futuras medidas de contra-terrorismo, independentemente do teor antiliberal das mesmas. Por outras palavras,

longe de ser identificada com direitos e liberdades civis, a liberdade legitimou a sua própria restrição. As pessoas deveriam aceitar a restrição da sua liberdade ontológica em nome da proteção da sua liberdade em relação ao medo. Esta transformação do medo num tema político central permitiu, por sua vez, a legitimação de uma nova forma de governação baseada na gestão do medo e da insegurança, assente tanto em sofisticadas tecnologias de vigilância como na introdução permanente de elementos iliberais no sistema jurídico de muitas democracias liberais ocidentais (Bigo, 2002; Huysmans, 2004, 2006; Bigo & Tsoukala, 2008).

### **Do contraterrorismo à crise pandémica**

Representar a liberdade como um valor oposto à sobrevivência despolitiza a realidade, na medida em que ignora tanto os interesses geopolíticos subjacentes aos ataques islâmicos (Collectif, 2020) como as medidas racistas que de forma persistente desqualificam e marginalizam comunidades muçulmanas em muitos países europeus, aumentando assim a sua vulnerabilidade à radicalização islâmica (Bonelli & Bigo, 2008; Guibet Lafaye, 2017). A pesquisa académica demonstrou ainda que esta representação da liberdade é arbitrária, na medida em que não é possível identificar nenhuma relação causal credível entre a eficácia da proteção securitária e a restrição dos direitos e liberdades civis. Não obstante, o discurso do contraterrorismo que opõe liberdade a sobrevivência é hoje dominante, como uma verdade axiomática, colocando assim as pessoas numa posição de obediência voluntária ou resistência essencialmente infrutífera.

Quando a ameaça COVID-19 surgiu a uma escala global, esta perceção há muito consolidada da relação entre cidadão e poder executivo serviu como um ponto de referência sólido para integrar novas políticas restritivas da liberdade que, uma vez mais, assentavam na ideia de que a nossa vida dependia do sacrifício da nossa liberdade. A introdução de um conjunto de regras de emergência muito abrangentes foi tão intensa que a Freedom House dos EUA (Repucci & Slipowitz, 2020, p. 1) considerou que “desde o início do surto de coronavírus, as condições da democracia e dos direitos humanos pioraram em 80 países”, enquanto a Comissão das Liberdades Cívicas do Parlamento Europeu (Parlamento Europeu, 2020, p. 1) alertou que “as medidas de emergência representam um ‘risco de abuso de poder’ e (...) que qualquer medida que afete a democracia, o Estado de Direito e os direitos fundamentais deve ser sempre necessária, proporcional e limitada no tempo”.

A gestão destas duas crises apresenta muitas semelhanças. Em ambos os casos, a ameaça é vista como excepcionalmente preocupante por ser desconhecida e

difícil de controlar, tornando-a imprevisível, ilimitada, persistente, instável, global e local. Em ambos os casos, não existe relação causal credível, ou até racional, entre as medidas restritivas da liberdade e a defesa eficaz da nossa segurança ou proteção. Por exemplo, não existe qualquer prova de que a introdução de disposições penais derogatórias tenha tido impacto na segurança dos cidadãos. Tão-pouco existe qualquer justificação plausível para o facto de, em muitos países europeus, as medidas de saúde pública terem contemplado o encerramento de livrarias e restaurantes, apesar de estes respeitarem os protocolos sanitários, enquanto um número elevado de trabalhadores continuava rotineiramente a utilizar sistemas de transporte público sobrelotados. Por fim, em ambos os casos, a gestão da crise dependeu em grande escala de políticas repressivas, usadas como um instrumento de gestão do medo mais do que de manutenção da ordem pública, permitindo desse modo o fortalecimento crescente do poder executivo.

Não obstante, a gestão destas duas crises diverge em muitos aspetos. Antes de mais, enquanto em ambos os casos o desdobramento da supressão de direitos atende a várias necessidades e interesses políticos em jogo, a relutância em adotar estratégias alternativas encontra-se associada a diferentes temporalidades no que diz respeito à manifestação do fenómeno ameaçador. No contraterrorismo, o lugar hegemónico ocupado pela supressão revela uma relutância já antiga para abordar as causas da violência política (inter)nacional. Na gestão da pandemia da COVID-19, a importância da função conferida à supressão de direitos deriva da dificuldade em lidar com as principais causas de um fenómeno já existente. Embora seja incontestável que o controlo eficaz da pandemia exige o reforço dos sistemas públicos de saúde e de educação, o aperfeiçoamento dos transportes públicos e a desaceleração dos ritmos de produção dos principais setores da economia, como a indústria pesada e a pequena indústria, os planos governamentais de índole neoliberal procuram evitar quaisquer reformas relevantes.

Em segundo lugar, enquanto em ambos os casos a gestão política da respetiva ameaça visa, entre outras coisas, enfraquecer a posição dos indivíduos-sujeitos detentores de direitos, as restrições subsequentes à sua existência política são implementadas de forma gradual. Inicialmente, perante a ameaça islâmica, pediu-se aos indivíduos que aceitassem passivamente a limitação dos seus direitos, sem que isso fosse acompanhado de qualquer transferência de ónus de responsabilidade das autoridades públicas para os cidadãos. Hoje, diante da ameaça pandémica, pede-se às pessoas que contribuam ativamente para uma maior restrição dos seus direitos, assumindo o ónus da responsabilidade pela sua neutralização, considerando-se a si mesmas altamente responsáveis pelo controlo (in)eficaz da pandemia, tendo, na eventualidade de se conduzirem de modo

negligente e indisciplinado, de arcar com a culpa de pôr em perigo as vidas de outras pessoas.

Em terceiro lugar, os direitos e liberdades civis suprimidos diferem substancialmente de um caso para o outro. A implementação de leis e medidas de contraterrorismo afetou de forma significativa um conjunto de direitos legais (regras e garantias em procedimentos penais, privacidade restringida devido à expansão da vigilância, etc.). Os indivíduos foram privados de muitos dos filtros protetores desenhados para definir a sua associação constitucional com o aparelho repressivo. A implementação de medidas relacionadas com a pandemia afeta direitos que dizem respeito às pessoas enquanto sujeitos políticos (liberdade de reunião restringida/banida) ou à sua condição ontológica (liberdade de movimento restringida/banida, vida social restringida, etc.). Os indivíduos vão sendo despojados das suas necessidades imateriais, sejam elas políticas ou psicológicas, para serem identificados enquanto meras criaturas vivas, definidas apenas por necessidades materiais que existem para servir as necessidades materiais do seu sistema político e económico.

## Conclusão

Este quadro geral do impacto de dois grandes eventos na democracia procurou captar a lógica do que é comum às políticas de contraterrorismo e às políticas relacionadas com a pandemia, de modo a desvendar os conceitos nucleares e mecanismos correlacionados que determinaram um processo em curso, organizado para a produção de um consenso em torno da legitimação de medidas restritivas de liberdade, que tornou possível uma regressão das conquistas democráticas do pós-guerra em muitas democracias liberais ocidentais. Ao serem postas diante do dilema arbitrário (embora apresentado como racional e necessário) “liberdade ou sobrevivência”, as pessoas foram incentivadas a abdicar de inúmeras formas e expressões de liberdade. A gestão das respetivas ameaças acabou então por alargar as fissuras da democracia liberal. A transformação gradual, sentida a nível mundial, de fissuras em fendas, com o subsequente deslizamento da democracia liberal do pós-guerra para modelos de governação autoritários, é, por definição, independente de quaisquer jogos de poder no campo político (inter)nacional, permitindo-nos assim supor que isso não resulta tanto da luta pelo poder encetada pelas elites políticas de orientação antiliberal quanto de uma vulnerabilidade política intrínseca à democracia liberal. Se, como argumentei noutro trabalho (2009), os direitos e liberdades civis foram valorizados pelas elites políticas durante as primeiras décadas do pós-guerra como uma

ferramenta central de propaganda na luta ideológica da Guerra Fria, instrumentalidade rapidamente extinta após 1989, seria expectável que, de então em diante, os governos procurassem modificar, para seu próprio benefício, o anterior equilíbrio de poder em democracia.

A desconstrução dos esquemas discursivos que, ao longo do tempo, geraram o atual estado das coisas iliberal requer uma tomada de consciência e, como tal, é uma etapa necessária para contrariar a transformação em curso do campo político. No entanto, a compressão do espaço da proteção dos direitos e liberdades civis não pode ser contrariada, e muito menos revertida, se não estivermos à altura do desafio de identificar essas fissuras iniciais. A questão não passa tanto por analisar o porquê de as elites políticas terem recorrido a fissuras pré-existentes para expandir o seu poder à custa de direitos e liberdades civis quanto por perceber em que consistiam essas fissuras e porque permaneceram incólumes durante o processo de democratização pós-guerra das democracias liberais ocidentais. Esta questão diz respeito a todos nós, tanto enquanto académicos como enquanto indivíduos políticos.

## Referências

- Bigo, D. (2002). Security and Immigration: Toward a Critique of the Governmentality of Unease. *Alternatives: Global, Local, Political*, 27(1\_suppl), 63-92.
- Bigo, D., & Tsoukala, A. (Eds.) (2008). *Terror, Insecurity and Liberty: Illiberal Practices of Liberal Regimes after 9/11*. Routledge.
- Bonelli, L., & Bigo, D. (2008). *Preventing Violent Radicalisation and Terrorist recruitment in the EU: the threat to Europe by Radical Islamic terrorist groups* (PE 393.277). Parlamento Europeu.
- Buzan, B., Waever, O., & de Wilde, J. (1998). *Security: A New Framework for Analysis*. Lynne Rienner.
- Cettina, N. (2001). *L'antiterrorisme en question*. Michalon.
- Chalk, P. (1995). The Liberal Democratic Response to Terrorism. *Terrorism and Political Violence*, 7(4), 10-44.
- Cohen, S. (1972). *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and Rockers*. MacGibbon & Kee Ltd.
- Collectif (2020, 6 de dezembro). Terrorisme: les guerres ne résolvent pas le problème, elles l'aggravent. *L'Obs*.  
<https://www.nouvelobs.com/idees/20201206.OBS37144/terrorisme-les-guerres-ne-resolvent-pas-le-probleme-elles-l-aggravent.html>
- Critcher, C. (2003). *Moral Panics and the Media*. Open University Press.
- Della Porta, D. (1993). State Responses to Terrorism: The Italian Case. In R. Crelinton, & A. Schmidt (Eds.), *Western Responses to Terrorism* (pp. 151-170). Frank Cass.

- Donohue, L. (2001). *Counter-Terrorist Law and Emergency Powers in the United Kingdom 1922-2000*. Irish Academic Press.
- Parlamento Europeu. (2020, 27 de outubro). *European values: COVID-19 emergency measures pose a "risk of abuse of power"*. [Comunicado de imprensa].  
<https://www.europarl.europa.eu/news/el/press-room/20201024IPR90104/european-values-covid-19-emergency-measures-pose-a-risk-of-abuse-of-power>
- Girard, R. (1972). *La violence et le sacré*. Grasset.
- Goode, E., & Ben-Yehuda, N. (1994). *Moral Panics*. Blackwell.
- Graham, P., Keenan, T., & Dowd, A-M. (2004). A call to arms at the end of history: a discourse-historical analysis of George W. Bush's declaration of war on terror. *Discourse & Society*, 15(2-3), 199-221.
- Groenewold, K. (1992). The German Federal Republic's Response and Civil Liberties. *Terrorism and Political Violence*, 4(4), 136-150.
- Guibet Lafaye, C. (2017, Novembro). *De l'ennemi global à l'ennemi intérieur, la territorialisation de la menace terroriste par l'État français dans les années 2000*. Réactions des États français et allemands aux menaces perçues comme terroristes dans les années 1970 et aujourd'hui, Leipzig, Alemanha.  
[Htts://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01635375/document](https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01635375/document)
- Hall, S., Critcher, C., Jefferson, T., Clarke, J., & Roberts, B. (1978). *Policing the Crisis: Mugging, the State and Law and Order*. Palgrave Macmillan.
- Hodges, A., & Nilep, C. (Eds.) (2007). *Discourse, War and Terrorism*. John Benjamins.
- Huysmans, J. (2004). A Foucaultian view on spill-over: freedom and security in the EU. *Journal of International Relations and Development*, 7, 294-318.
- Huysmans, J. (2006). *The Politics of Insecurity*. Routledge.
- Johnson, R., (2002). Defending Ways of Life: The (Anti-) Terrorist Rhetorics of Bush and Blair. *Theory, Culture & Society*, 19(2), 211-231.
- Lazar, A., & Lazar, M. (2004). The discourse of the New World Order: 'out-casting' the double face of threat. *Discourse & Society*, 15(2-3), 223-242.
- Repucci, S., & Slipowitz, A. (2020, outubro). *Democracy under lockdown: the impact of COVID-19 on the global struggle for freedom*. Freedom House.  
<https://freedomhouse.org/report/special-report/2020/democracy-under-lockdown>
- Steinert, H., (2003). The indispensable metaphor of war: On populist politics and the contradictions of the state's monopoly of force. *Theoretical Criminology*, 7(3), 265-291.
- Tsoukala, A. (2004). Democracy Against Security: The Debates About Counter-terrorism in the European Parliament, September 2001-June 2003. *Alternatives: Global, Local, Political*, 29(4), 417-439.
- Tsoukala, A. (2006). Democracy in the Light of Security: British and French Political Discourses on Domestic Counterterrorism Policies. *Political Studies*, 54(3), 607-627.
- Tsoukala, A. (2008a). Defining Terrorism in the Post-September 11<sup>th</sup> Era. In D. Bigo, & A. Tsoukala (Eds.), *Terror, Insecurity and Liberty: Illiberal Practices of Liberal Regimes after 9/11* (pp. 49-99). Routledge.

- Tsoukala, A. (2008b). Boundary-creating Processes and the Social Construction of Threat. *Alternatives: Global, Local, Political*, 33(2), 139-154.
- Tsoukala, A. (2009). Terrorist threat, freedom, and politics in Europe. In P. Noxolo, & J. Huysmans (Eds.), *Community, Citizenship and the 'War on Terror': Security and Insecurity* (pp. 71-88). Palgrave Macmillan.
- Tsoukala, A. (2011). Timing 'dangerousness': football crowd disorder in the Italian and Greek press. *Sport in Society*, 14(5), 598-611.
- Vachez, S. H. (2019). La fabrique législative de l'état d'urgence en France. *Cultures & Conflits*, 113, 17-41.
- Waeber, O. (1995). Securitization and Desecuritization. In R. Lipshutz (Ed.), *On Security* (pp. 46-86). Columbia University Press.
- Waldron, J. (2003). Security and Liberty: The Image of Balance. *The Journal of Political Philosophy*, 11(2), 191-210.

**Data de submissão:** 31/07/2021 | **Data de aceitação:** 02/08/2021





# NORMAS PARA AUTORES

## SUBMISSION GUIDELINES



## NORMAS PARA AUTORES

1. A *SOCIOLOGIA ON LINE* só aceita propostas para publicação de artigos originais, que não tenham sido anteriormente publicados nem que estejam em revisão noutra revista;
2. Os artigos poderão ser escritos em português, inglês, francês, ou espanhol;
3. Os artigos deverão ser submetidos para [sociologiaonline@aps.pt](mailto:sociologiaonline@aps.pt);
4. A Direção da revista procede a uma avaliação inicial de todos os artigos. No caso dos artigos se adequarem à *SOCIOLOGIA ON LINE* e cumprirem as normas de publicação, encetar-se-á um processo de revisão que recorre a avaliadores/as externos/as e decorre no formato de duplo anonimato, segundo o qual os/as revisores/as desconhecem o nome dos/as autores/as e os autores/as desconhecem o nome dos/as revisores/as. Este processo inclui pelo menos dois/duas revisores/as. A decisão final de publicação pertence à Direção da *SOCIOLOGIA ON LINE*.
5. Todos os artigos serão sujeitos a um sistema de deteção de plágio, implicando a sua deteção o impedimento de publicação do trabalho submetido e de outras publicações durante um período de tempo a definir pela Direção da revista;
6. Os artigos propostos à *SOCIOLOGIA ON LINE* devem ser enviados num ficheiro Word, a corpo 12, fonte *Times New Roman* e espaço 1,5 sendo a sua revisão gramatical e sintática da responsabilidade dos/as autores/as;
7. Os artigos não deverão ultrapassar 9000 palavras, incluindo notas finais e referências bibliográficas. Os textos de reflexão e ensaios não devem ultrapassar 6000 palavras, e as resenhas as 1500 palavras;
8. Sugere-se que os autores sigam a seguinte estrutura geral de artigos: Introdução; Enquadramento teórico; Metodologia; Resultados; Conclusões; Agradecimentos (opcional); Referências;
9. As notas devem ser em número reduzido e apresentadas em corpo 10. A sua numeração será contínua, do início ao fim do artigo;
10. Os textos escritos em português deverão incluir uma nota final que explicita a utilização ou não utilização do novo acordo ortográfico. Sugere-se a utilização de uma das seguintes opções “Por decisão pessoal, os/as autores/as do texto escrevem/não escrevem segundo o novo acordo ortográfico”;
11. Os elementos não textuais nos artigos devem ser organizados em tabelas e figuras, identificados com numeração árabe contínua para cada um destes tipos de elementos. Os textos poderão apresentar no máximo 6 tabelas e 6 figuras. Os títulos de tabelas devem ser apresentados a **Bold**, centrados, em corpo 12 e fonte *Times New Roman*; deve ainda existir um espaço entre o texto e o título do gráfico/tabela e um espaço entre o título e o respetivo gráfico/tabela. Sempre que uma tabela fique cortada, deve transitar para a folha seguinte;

12. Os elementos não textuais devem ser enviados num ficheiro separado no seu formato original (Excel, SPSS, outros) ou nos seguintes formatos:  
EPS (ou PDF): Desenhos vetoriais  
TIFF (ou JPG): Imagens a cor ou em escala cinza: Resolução mínima de 300 dpi;
13. No caso do recurso a elementos não textuais que não sejam originais e que estejam sujeitos a copyright e/ou outro tipo de direitos, é necessário uma autorização para a sua utilização ou aquisição dos direitos correspondentes;
14. Os artigos devem ser acompanhados de um título em Português e em Inglês; um resumo de 150 palavras em Português e outro em Inglês (incluindo uma breve introdução ao estudo; uma referência às abordagens teórica e metodológica utilizadas; os principais resultados; a conclusão e a relevância do trabalho); 4 palavras-chave em Português e 4 palavras-chave em Inglês. Os artigos escritos noutras línguas que não as anteriores deverão adicionalmente apresentar um título, resumo e palavras-chave na língua original do texto;
15. Os títulos dos textos submetidos para publicação na revista SOCIOLOGIA ONLINE não podem ser idênticos a títulos de outras publicações ou comunicações realizadas pelos autores;
16. Os dados de identificação de todos/as os/as autores/as terão de indicar as seguintes informações: instituição discriminada a três níveis (ex. Universidade; Faculdade; Departamento ou Unidade de Investigação); código postal; cidade; país e endereço de *email*. O autor de correspondência deverá apresentar a morada institucional completa;
17. No caso dos textos incluírem uma seção de “Agradecimentos”, esta deverá surgir após as “Conclusões” e antes da secção “Referências”;
18. As citações, as referências no texto e a referenciação bibliográfica devem obedecer às normas *APA 7th Edition*;
19. Os direitos de *copyright* são pertença da *Associação Portuguesa de Sociologia*. Todos os artigos encontram-se disponíveis livremente em <http://revista.aps.pt/pt/inicio/>



## SUBMISSION GUIDELINES

1. SOCIOLOGIA ON LINE publishes original research on Social Sciences that was not previously published or that is not being considered for publication elsewhere;
2. Articles may be written in Portuguese, English, French or Spanish;
3. Manuscripts must be submitted to [sociologiaonline@aps.pt](mailto:sociologiaonline@aps.pt);
4. All articles are initially evaluated by the Direction of SOCIOLOGIA ON LINE. Manuscripts that comply with the Journal's publication standards are independently evaluated by at least two experts. The Journal uses a double-blind peer review system, which means that the identities of the authors are concealed from the reviewers, and vice versa. The Direction of SOCIOLOGIA ON LINE is responsible for the final publication decision;
5. SOCIOLOGIA ON LINE uses a plagiarism detection software. Authors found to have plagiarized the work of others or their own will not be able to publish the submitted work and other publications in SOCIOLOGIA ON LINE during a period of time to be established by the Journal's Direction;
6. Manuscripts proposed to SOCIOLOGIA ON LINE must be submitted in a Word file with the text in 12-point Times New Roman and 1,5 line spacing. Authors are responsible for the grammatical and syntactical revision of the articles;
7. Manuscripts should not exceed 9000 words, including footnotes and bibliography. Reflections should not exceed 6000 words, and book reviews 1500 words;
8. Authors are encouraged to follow the following general structure of papers: Introduction; Theoretical framework; Methodology; Results; Conclusions; Acknowledgments (if applicable); References;
9. Footnotes should be used sparingly. In addition, they should be presented in 10-point Times New Roman, with continuous numbering, from the beginning to the end of the article;
10. Manuscripts written in Portuguese should include a final note stating whether they follow or not the spelling agreement;
11. Non-textual elements should be presented in tables or figures and identified with continuous Arabic numerals. A maximum of 6 tables and 6 figures is allowed. Table titles should be presented in 12-point Times New Roman, bold and centred. There should be a space between the text and the title of the table or figure and a space between the title and the corresponding table or figure. Tables/figures must be kept in one sheet;

12. Non-textual elements should additionally be sent in a separate file in their original format (Excel, SPSS, others) or in the following formats:
  1. EPS (or PDF): Vector drawings
  2. TIFF (or JPG): Color or grayscale images: 300 dpi minimum resolution;
13. The usage of non-textual elements that are not original and are subject to copyright and/or other rights, requires a permission or the purchase of the corresponding rights;
14. All manuscripts must present a title in Portuguese and a title in English. In addition, all articles must present a summary of 150 words in Portuguese and a summary of 150 words in English (including a brief introduction to the study and its theoretical and methodological approaches; the major results; conclusion and the relevance); 4 keywords in Portuguese and 4 keywords in English. Articles written in languages other than the previous ones should also present a title, abstract and keywords in the original language of the text;
15. The titles of the texts submitted to SOCIOLOGIA ON LINE must be different from the titles of other publications and communications by the authors;
16. Authors must specify the following information regarding their affiliations: institution discriminated at three levels (e.g. University, School, Department or Research Unit); Postal Code; City; Country and e-mail address. All authors must present the digital identifier ORCID. The correspondence author must present the complete institutional address;
17. If manuscripts include a section of "Acknowledgments", this should be included after "Conclusions" and "References";
18. Citations, references in the text and bibliographic references must comply with the APA 7th Edition;
19. The Associação Portuguesa de Sociologia retains copyright of all published manuscripts.

